

Lenio C. D. Tragnago



PORQUÊ A IGREJA CONDENOU A MAÇONARIA

a verdade escondida (ou temida?)



Os relatos apresentados são dados históricos, que constataam as atrocidades promovidas pelo clero, dando nome ao que se chamou de “período das trevas”, tão combatido pela Maçonaria, que é condenada pela Igreja, em promulgação de bulas papais, cujo tema é significativamente aprofundado no livro. A Maçonaria sem segredos, suas leis, filosofia, e relação com a Igreja. As alegadas incompatibilidades e os conflitos entre as duas instituições, encontram-se aqui expostas sem nenhuma reserva. A obra, ao que se observa, não tem por escopo fazer apologia da Maçonaria, nem a intenção se sugerir qualquer mudança no conceito que alguns membros do clero, ou quem quer que seja, ainda têm sobre a instituição. Tem por objetivo, trazer à luz, o conhecimento, alicerçado em vasta e séria bibliografia, ou seja: A Verdade Escondida (ou temida?), título deste livro.

Jorge Fantinel



editora *fi*.org



PORQUÊ A IGREJA CONDENOU A MAÇONARIA

PORQUÊ A IGREJA CONDENOU A MAÇONARIA

A VERDADE ESCONDIDA (OU TEMIDA?)

Lenio C. D. Tragnago



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

TRAGNAGO, Lenio C. D.

Porquê a Igreja condenou a Maçonaria: a verdade escondida (ou temida?) [recurso eletrônico] / Lenio C. D. Tragnago -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

260 p.

ISBN: 978-65-5917-512-3

DOI: 10.22350/9786559175123

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Maçonaria; 2. Igreja; 3. Política; 4. Estado; 5. Religião; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- À minha esposa Denise, por sua infinita paciência.
- À todas as pessoas dotadas da capacidade do livre pensar, capazes de concluir sem se deixar influenciar por ideias pré-concebidas ou por uma visão unilateral, determinada pela cegueira do fanatismo.
- À Igreja, na pessoa de seu representante legal, que, ao não me ordenar diácono, me induziu a descobrir que a fé está acima de qualquer religião.
- Ao meu irmão e amigo Fantinel, por dispor de seu tempo para analisar a obra e elaborar seu prefácio.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 15

Jorge Fantinel

INTRODUÇÃO GERAL. 17

PRIMEIRA PARTE

A BULA PAPAL IN EMINENTI APOSTULATUS SPECULA

1 22

A INQUISIÇÃO

1.1- INTRODUÇÃO.....22

1.2- O SEU INÍCIO.....22

1.3- OS MOTIVOS PARA SUA INSTALAÇÃO.....23

1.4- SUA MARCA PECULIAR.....25

1.5- CRIANDO INIMIGOS.....26

1.6- O PROCESSO.....28

1.7- TORTURA, O PRAZER PELA DOR.....29

1.8- AS PENAS.....32

1.9: AUTOS DE FÉ.....33

1.10- OS FAMILIARES.....35

1.11-QUE CIVILIZAÇÕES CRIOU.....37

1.12- A SUA HERANÇA MALÉFICA.....38

1.12.1- A LIMPEZA (OU PUREZA) DO SANGUE.....39

1.12.2- O RACISMO.....40

1.12.3- SUA INFLUÊNCIA SOBRE FUTUROS REGIMES TIRANOS.....42

1.13- OS NÚMEROS DA INQUISIÇÃO.....44

1.14- REAÇÕES CONTRÁRIAS A INQUISIÇÃO.....45

1.15- RESULTADOS ERRADOS DA INTENÇÃO INQUISITORIAL.....46

1.16- O SEU FIM.....47

1.17- RELATOS DO AUTOR TOBY GREEN, SOBRE AS SUAS SENSações EXPERIMENTADAS DURANTE SUA PESQUISA.....49

1.18- A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA INQUISIÇÃO.....	50
1.18.1- INTRODUÇÃO.....	51
1.18.2- O SANTO OFÍCIO.....	51
1.18.3- A REPRESSÃO SEXUAL COMO CAUSA DE DESVIOS DE CONDUTA POR PARTE DO CLERO E DOS LEIGOS.....	52
1.18.4- AUMENTANDO A OPRESSÃO AO CRIAR MAIS RESTRIÇÕES.....	54
1.18.5- A IMPOSIÇÃO DE PENITÊNCIAS.....	54
1.18.6- OS JESUÍTAS.....	55
1.18.7- MEMBROS DO CLERO NA INQUISIÇÃO.....	56
1.18.8- ONDE A IGREJA FALHO.....	57

2

60

ESCRavidÃO, O HOLOCAUSTO NEGRO

2.1- INTRODUÇÃO.....	60
2.2- A ESCRavidÃO NA HISTÓRIA.....	61
2.3- O INÍCIO DA ESCRavidÃO NEGRA.....	63
2.4- A CADEIA DE ENVOLVIDOS.....	65
2.5- OS NÚMEROS.....	66
2.6- O PREÇO DE UM ESCRAVO.....	67
2.7- CAUSAS DE MORTES DOS TRAFICANTES.....	68
2.8- OS PRIMEIROS SINAIS ABOLICIONISTAS.....	69
2.9- O SOFRIMENTO.....	70
2.9.1- POR QUE O NEGRO FOI TÃO MALTRATADO?.....	71
2.9.2- DO INTERIOR AO LITORAL.....	73
2.9.3- A ESPERA NO LITORAL.....	75
2.9.4 A "MARCAÇÃO".....	76
2.9.5- A VIAJEM.....	77
2.9.6- A CHEGADA.....	79
2.9.7- A "DOMA".....	80
2.9.8- O SOFRIMENTO CONTINUA.....	80
2.9.9- OS CAMPOS DE "PROCRIAÇÃO".....	82
2.10- A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA ESCRavidÃO.....	83
2.10.1- ALGUNS PINÇAMENTOS ISOLADOS.....	84
2.10.2- OS JESUÍTAS.....	85
2.10.3- A IGREJA NO TRÁFICO DE ESCRAVOS.....	86
2.10.4- O BATISMO E O SEU PREÇO.....	87
2.10.5- O PREÇO DE UMA VIAGEM.....	88
2.10.6- A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO ESCRAVO PARA AS FINANÇAS DAS DIOCESES.....	88
2.10.7- "ESCOLAS" PARA NEGROS.....	89
2.10.8- AS POSSES DA IGREJA NO BRASIL.....	90
2.11- O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E A ABOLIÇÃO.....	91
2.12- MINHA HOMENAGEM AOS NEGROS.....	92

A HISTÓRIA DA IGREJA

3.1- INTRODUÇÃO.....	94
3.2- O CRISTIANISMO PRIMITIVO.....	95
3.2.1- COMO VIVIAM OS PRIMEIROS CRISTÃOS.....	96
3.2.2- ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO DO CRISTIANISMO.....	97
3.2.3- AS PERSEGUIÇÕES E MARTÍRIOS.....	98
3.2.4- AS ACUSAÇÕES AOS CRISTÃOS.....	99
3.3- A UNIÃO DA IGREJA COM O IMPÉRIO ROMANO.....	100
3.3.1- INTRODUÇÃO.....	100
3.3.2- A OFICIALIZAÇÃO DA UNIÃO.....	101
3.3.3- OS PATRIARCADOS, E A LUTA INTERNA PELO PODER.....	102
3.3.4- A IGREJA ASSUME O PODER TEMPORAL – A FEUDALIZAÇÃO DA IGREJA.....	103
3.3.5- A DISPUTA ENTRE O PODER TEMPORAL E O PODER ESPIRITUAL.....	105
3.3.6- OS GRANDES CISMAS – CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.....	108
3.3.6.1- RUPTURA ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE.....	108
3.3.6.2- A REFORMA PROTESTANTE.....	109
3.3.7- OCONCÍLIO DE TRENTO E O CONCÍLIO VATICANO I: CAUSAS E OBJETIVOS.....	111
3.3.7.1- REFORMA CATÓLICA OU CONTRARREFORMA (CONCÍLIO DE TRENTO, 1545-1563).....	111
3.3.7.2- CONCÍLIO VATICANO I (1869-1870).....	112
3.3.8- A BAIXA IDADE MÉDIA (DO SÉCULO XI AO XV).....	113
3.3.9- A IDADE DAS TREVAS.....	115
3.3.10- O ALTO E O BAIXO CLERO.....	116
3.3.11- SOBRE PAPAS, BISPOS, CARDEAIS E PAPADOS.....	120
3.3.12- O PODER DA IGREJA.....	123
3.3.13- A IGREJA NAS NOVAS COLÔNIAS.....	124
3.3.14- AS AMEAÇAS AO SEU PODER.....	125

RENASCENÇA- O INÍCIO DO FIM DO DOGMATISMO INOCENTE

4-1- INTRODUÇÃO.....	128
4.2- CONCEITO.....	129
4.3- ESTRUTURA POLÍTICA DA ITÁLIA.....	131
4.4- O NOVO MODO DE PENSAR.....	131
4.5- O HUMANISMO (SÉCULO XV).....	133
4.6- OS GRANDES NOMES.....	134
4.7- A RELAÇÃO DA IGREJA COM O NOVO MOVIMENTO.....	134
4.7.1- UMA CONVIVÊNCIA PACÍFICA.....	135
4.7.2- OS PAPAS DA RENASCENÇA.....	135

4.7.3- COMO A IGREJA AGE A QUEM DELA DISCORDA.....	136
4.7.3.1- O CASO SAVONAROLA.....	136
4.7.3.2- A IGREJA SE UTILIZA DO SEU PODER.....	138
4.8- A EXPANSÃO DA RENASCENÇA PARA A EUROPA E SEU FIM NA ITÁLIA.....	140
4.9- DESCARTES, A PONTE ENTRE A RENASCENÇA E O ILUMINISMO.....	141

5

143

O ILUMINISMO (1715 A 1789)

5.11 CONCEITO.....	143
5.2- OS IDEAIS ILUMINISTAS.....	143
5.3- OS INIMIGOS DA RAZÃO.....	145
5.3.1- A TRADIÇÃO.....	145
5.3.2- A AUTORIDADE RELIGIOSA.....	145
5.3.3- O FANATISMO.....	146
5.3.4- A IGNORÂNCIA.....	146
5.4- A REVOLUÇÃO GLORIOSA.....	147
5.5- OS NOMES DO ILUMINISMO.....	148
5.5.1- RENÉ DESCARTES (1596 - 1650).....	148
5.5.2- FRANCIS BACON (1561 - 1626).....	149
5.5.3- GALILEU GALILEI (1564 - 1642).....	149
5.5.4- ISAAC NEWTON (1643 - 1727).....	150
5.5.5- JOHN LOCKE (1632 - 1704).....	150
5.5.6- FRANÇOIS - MARIE ARONET, AUTO NOMINADO VOLTAIRE (1694 - 1778).....	151
5.5.7- DENIS DIDEROT (1713 - 1784), JEAN LE ROND D'ALEMBERT (1717 - 1783) E A PRIMEIRA ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL.....	152

6

154

MAÇONARIA, SUA HISTÓRIA E SUA ASCENSÃO

6.1- INTRODUÇÃO.....	154
6.2- A MAÇONARIA ANTES DE 1717.....	155
6.2.1- DOS COLLEGIUM FABRORUM AS GUILDAS.....	155
6.2.2- DAS GUILDAS AO SURGIMENTO DAS LOJAS.....	157
6.2.3- COMO SURTIU O TERMO “MAÇONARIA”.....	158
6.2.4- OS SEGREDOS, E OS GRAUS.....	159
6.2.5- MAÇONARIA OPERATIVA E MAÇONARIA ESPECULATIVA.....	162
6.2.6- O SURGIMENTO DA MAÇONARIA ESPECULATIVA E FIM DA OPERATIVA.....	163
6.2.7- A FUNDAÇÃO DA GRANDE LOJA DE LONDRES.....	163
6.3- A MAÇONARIA APÓS 1717.....	164
6.3.1- INTRODUÇÃO.....	164
6.3.2- CONCEITO DE MAÇONARIA.....	165
6.3.3- A MAÇONARIA É ATEIA?.....	166
6.3.4- O PRESTÍGIO ALCANÇADO PELA MAÇONARIA.....	167

6.3.5- A RELAÇÃO DA MAÇONARIA COM O ILUMINISMO (MODERNIDADE).....	169
6.3.6- A INVESTIGAÇÃO POLICIAL DO CARDEAL FLEURY E OS MEMBROS DA MAÇONARIA.....	170
6.3.7- A CRIAÇÃO DE HERESIAS.....	171

7

173

SOBRE O PAPA CLEMENTE XII

7.1- HISTÓRICO:	173
7.2- SEU PONTIFICADO.....	173
7.3- DAS FINANÇAS DO PAPADO.	174
7.4- DA PROMULGAÇÃO DA BULA	174

8

175

A BULA “IN EMINENTI APOSTOLATUS SPECULA”

9

176

CONTEXTUALIZAÇÃO

9.1- INTRODUÇÃO.....	176
9.2- ACHADOS EXTRAS NA LITERATURA SOBRE A IGREJA.	177
9.3- ACHADO EXTRAS NA LITERATURA SOBRE A MAÇONARIA.....	181
9.4- REVENDO COLOCAÇÕES PARA ALICERÇAR A CONCLUSÃO FINAL.....	183
9.5- A PERSEGUIÇÃO CONTINUA.....	187
9.6- A MAÇONARIA NÃO É UMA RELIGIÃO.....	190
9.7- NOS DIAS DE HOJE.....	193
9.8- O ILUMINISMO, E SUA INFLUÊNCIA NAS CONSTITUIÇÕES MODERNAS.	197
9.9- FINALIZANDO. EM 1738:.....	198

10

201

CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA PARTE

A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA

1- INTRODUÇÃO.....	203
2- ESTRUTURA SÓCIO POLÍTICO DA ITÁLIA, ATÉ A SUA UNIFICAÇÃO.....	203
3- BREVE HISTÓRIA DA ITÁLIA ATÉ A UNIFICAÇÃO.....	205
4- A IGREJA NA VIDA DA ITÁLIA.....	207
5- COMO SE FORMOU O ESTADO DO VATICANO.....	211
6- A MAÇONARIA E A UNIFICAÇÃO	212
7- AS SOCIEDADES SECRETAS.....	213

8- GIUSEPPE GARIBALDI.....	214
9- GIUSEPPE MAZZINI.....	216
10- CONDE DE CAVOUR.....	216
11- A LUTA FINAL PELA UNIFICAÇÃO.....	217
12- A ITÁLIA UNIFICADA.....	218
13- ENTENDENDO AS DATAS.	219
14- CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE.....	220

TERCEIRA PARTE A QUESTÃO RELIGIOSA

1- INTRODUÇÃO.....	223
2- A MAÇONARIA NO BRASIL.	223
3- OS IDEAIS DA MAÇONARIA BRASILEIRA.....	224
4- O SEMINÁRIO DE OLINDA.	225
5- OBJETIVO PRINCIPAL DA MAÇONARIA NO BRASIL.	226
6- OS REGIMES POLÍTICOS PROPOSTOS PELA MAÇONARIA PARA O BRASIL LIVRE.	226
7- A QUESTÃO RELIGIOSA.	227
8- CONCLUSÃO DA TERCEIRA PARTE.....	231

POSFÁCIO 233

ADENDOS 238

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA COMO BASE, POR TEMA 254

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	254
--------------------------------	-----

PREFÁCIO

*Jorge Fantinel*¹

Lenio Carlos Dagnoluzzo Tragnago é médico, por cujas mãos vieram ao mundo mais de quatro mil crianças. Escritor, possui curso de extensão em Teologia, é pós-graduado em Maçonologia, acadêmico de filosofia, religioso com fé inabalável, e maçom com graduação no 33º grau. Nesta publicação, apresenta profundo estudo para nossa compreensão sobre os motivos que levaram, e em alguns casos ainda levam, a Igreja a condenar a Maçonaria.

Com precisão e segurança sem deslizar em nenhum momento em ética, conhecimento e formação, o autor percorre o caminho da história com pesquisa séria, fontes dignas de crédito e depoimento pessoal.

Lenio, como pai, médico, cidadão, maçom e pesquisador, é pleno em tudo o que faz. Coloca nesta obra a intensidade de quem é autor da própria história, sem tendências ou ideologias, nos levando a refletir com a retirada da venda da cegueira, sobre o que levou a Igreja a condenar a Maçonaria. Ainda assim, por conduta ética, deixa ao leitor a avaliação própria, após refletir sobre os fatos históricos, desde os tempos mais remotos, até os dias atuais.

O livro apresenta significativa pesquisa bibliográfica, aprofundando o estudo o qual aponta a estrutura de poder da Igreja, sua influência e ligação política, atestando legitimidade em suas ações, mantidas durante séculos sob a égide do medo e da dor, base de

¹ Gestor em comunicação, Jornalista e Radialista, acadêmico de Direito e Maçom grau 33.

manutenção da inquisição, exercendo o controle sobre tudo e sobre todos sempre em nome de Deus. A inquisição detinha o controle pelo medo, espionagem e hipocrisia. Este é o seu DNA.

O poder, o dinheiro e a luxúria conquistados pelo mercado de horrores, a perseguição racial e religiosa, com torturas, agonia e medo, disfarçados em rituais de purificação e em cortejos macabros, cujos gemidos de desespero e dor ainda ecoam pelas criptas da indiferença, são relatados em detalhes, mesmo assim, não conseguindo libertar ainda nos dias atuais, algumas consciências encarceradas pelo obscurantismo.

Os relatos apresentados são dados históricos, que constataam as atrocidades promovidas pelo clero, dando nome ao que se chamou de “período das trevas”, tão combatido pela Maçonaria, que é condenada pela Igreja, em promulgação de bulas papais, cujo tema é significativamente aprofundado no livro.

A Maçonaria sem segredos, suas leis, filosofia, e relação com a Igreja. As alegadas incompatibilidades e os conflitos entre as duas instituições, encontram-se aqui expostas sem nenhuma reserva.

A obra, ao que se observa, não tem por escopo fazer apologia da Maçonaria, nem a intenção se sugerir qualquer mudança no conceito que alguns membros do clero, ou quem quer que seja, ainda têm sobre a instituição. Tem por objetivo, trazer à luz, o conhecimento, alicerçado em vasta e séria bibliografia, ou seja: A Verdade Escondida (ou temida?), título deste livro.

INTRODUÇÃO GERAL.

“É comum afirmar que os fatos falam por si. Isso não é verdadeiro.

Os fatos falam apenas quando o pesquisador os aborda”.

Ney de Souza.

Optei por construir uma introdução um pouco diferente, devido a necessidade de que se tenha uma noção ampla do assunto que se pretende tratar neste livro. Acredito que assim, o leitor terá maior facilidade de entender os objetivos propostos, as razões da abordagem dos temas da primeira parte, e principalmente, sua conclusão.

1.1-*Das razões (ou motivos):* tenho 64 anos, sempre fui católico, sendo que a 26 anos fui convidado a ingressar na Maçonaria, onde consegui chegar ao grau 33, ou seja, percorri todas as etapas atingíveis nesta instituição. Neste longo período, tive uma convivência normal em ambas as instituições, sem que, a princípio, uma me impedisse ou me proibisse de frequentar a outra.

Em 2009, devido a um fato trágico em nossas vidas, eu e minha esposa Denise, passamos a ser muito mais ativos dentro da Igreja, sendo que, fomos ministros por 10 anos, eu realizava celebrações da palavra, mesmo não sendo diácono, e ajudava nos cursos de preparação para novos ministros. Realizamos um curso de extensão em teologia, ministrado pelo ITEPA de Passo Fundo, RS, e por último fui convidado a realizar o curso preparatório para o diaconato, com duração de três

anos, sendo que, ao longo desta trajetória, todos sabiam que eu era maçom.

Para minha surpresa, ao final do curso, o bispo da Diocese de Varcara, Dom Silvio Gutierrez Dutra veio em minha casa me comunicar que eu não poderia ser ordenado diácono, única e exclusivamente por ser maçom. Citou inúmeras prováveis razões para tal atitude, mas que foram insuficientes para me convencerem, uma vez que minha caminhada nas duas instituições, me permitiam não as aceitar.

Como a Maçonaria nunca interferiu em minha caminhada religiosa, não consegui entender o porquê de a Igreja ter me negado esta oportunidade de evolução e ainda mais, ter, discretamente, me convidado a me retirar do seu convívio. Por não entender e por não me dar por satisfeito, saí em busca de explicações, estudos estes que resultaram nesta obra.

1.2- *Da bibliografia*: tentando ser o mais imparcial possível, busquei obras cujo os autores não estivessem vinculados a uma das duas instituições, ou que, mesmo vinculado a uma delas me parecessem bem imparciais em suas colocações ou ainda, mesmo que vinculados a uma delas, o relato contido em suas colocações, fossem semelhantes aos relatos da outra instituição, e por tanto, dignos de confiabilidade, como veremos na questão religiosa no Brasil. Estas obras estarão em destaque na bibliografia e serão citadas de maneira especial no decorrer do desenvolvimento da obra.

1.3- *Do conteúdo*: As acusações que a Igreja fez contra a Maçonaria e que são usadas até hoje, se resumem em três pontos principais: A bula papal de 1738, a unificação da Itália e o conflito religioso no Brasil.

O que se observa é que só a Igreja se preocupou em produzir obras acusando e condenando a Maçonaria, sempre se utilizando dos mesmos

argumentos e sem a menor intenção de rever seus pontos de vista, mesmo após as várias tentativas de conciliação propostas pela Maçonaria.

Como veremos, a característica de atuação da Igreja durante os anos, sempre foi de ataque e desconsideração ao suposto “inimigo”, e de jamais modificar sua maneira de pensar, fato este que resultou nas várias cisões. Por esta razão considero este livro como uma oportunidade de dar voz à Maçonaria, em uma de defesa que nunca lhe foi oportunizada.

1.4- *Da estrutura*: como dito anteriormente, são três as situações utilizadas pela Igreja, para condenar a Maçonaria, por isto, também dividido o livro em três partes.

Na primeira parte, trataremos da bula papal que impôs à Maçonaria a condição de herege e inimiga da Igreja, buscando contextualizar a Igreja, a Maçonaria e a sociedade em seu momento político e sociocultural, no ano de 1738. Esta parte será mais longa, pois todas as atitudes tomadas pela Igreja contra a Maçonaria a partir de então, sempre têm por base, esta bula papal. Mesmo nos dias atuais, passados mais de 270 anos, a bula continua sendo invocada para ratificar essa “condenação”.

Na segunda parte, colocarei os fatos acontecidos durante o processo de unificação da Itália, outro ponto utilizado pela Igreja para condenar a Maçonaria, uma vez que, Giuseppe Garibaldi era maçom e foi um dos líderes da unificação italiana.

E na terceira parte, abordo o conflito ocorrido no Brasil, que recebeu o nome de “Questão Religiosa”.

1.5- *Do objetivo*: o objetivo único é buscar em fontes fidedignas e não tendenciosas, dados e fatos capazes de fornecerem argumentos convincentes para oportunizar à Maçonaria, condições de defesa, uma

vez que a condenação dela, pela Igreja, é uma decisão unilateral. A sua defesa nunca foi permitida ou sequer aventada e toda a vez que isto ocorreu, a Igreja apelou para a bula papal de 1738, e simplesmente declarou que os preceitos maçônicos não são compatíveis com a doutrina da Igreja e encerrou o assunto.

Traçando um resumo das obras pesquisadas, este objetivo fica mais fácil de ser alcançado, deixando a cargo de cada leitor aprofundar seus estudos, ou buscar confirmação dos dados apresentados, nas fontes indicadas.

PRIMEIRA PARTE

A BULA PAPAL *IN EMINENTI APOSTULATUS SPECULA*

1

A INQUISIÇÃO

“Maior é a chama que mata uma alma, do que a que queima cem mil corpos”. (Pg. 297)

1.1- INTRODUÇÃO.

Para entendermos a decisão da Igreja em condenar a Maçonaria, se torna indispensável termos nitidez do momento vivido pela Igreja em 1738 e principalmente sua atuação e participação na inquisição, fator de maior influência nessa decisão.

Nos reportaremos a inquisição espanhola e portuguesa, as quais estavam em vigor e muito ativas nesta data, uma vez que, a inquisição francesa (medieval) já havia terminado e a italiana apesar de ser contemporânea, foi muito mais amena e mantida dentro dos limites da legalidade, só condenando quem realmente cometesse uma heresia religiosa.

1.2- O SEU INÍCIO.

“Os gritos e as lamúrias dos supostos réus, tanto durante as torturas, como na queima de seus corpos, não abrandavam os corações dos “representantes” de Deus na terra e assim, esses “pobres pecadores”, eram “purificados”, ficando para os inquisidores, o botim”.

A inquisição se iniciou na Espanha no dia 01 de novembro de 1470, com a promulgação da bula papal *“Exigit sinural devotiones affectus”*,

assinada pelo papa Xisto IV, a pedido dos reis católicos Fernando e Isabel. Em Sevilha, a guerra oficial contra os convertidos iniciou com a leitura, em sua catedral, do “*édito da graça*”.

Em Portugal, a inquisição teve início em 23 de maio de 1536, quando o papa Paulo III promulgou a bula “*Cum ad nihil magis*”, cedendo à pressão do imperador Carlos V, e seu primeiro inquisidor geral foi o cardeal Henrique, o qual era irmão do imperador.

Em ambos os casos, os motivos políticos, econômicos e religiosos se fundiam, demonstrando claramente a existência de uma união muito forte entre Estado e Igreja.

No Brasil, a inquisição não chegou a ser instalada, tendo imperado o fator econômico para tal decisão, uma vez que, os “supostos” hereges europeus, detinham aqui, um poder de produção muito grande e suas expulsões acarretaria grandes prejuízos para os cofres da coroa portuguesa.

Nas colônias espanholas da América, a inquisição foi instalada, tendo sido muito ativa e cruel, principalmente no México.

1.3- OS MOTIVOS PARA SUA INSTALAÇÃO.

“Os inquisidores sabiam perfeitamente que alguns de nós tinham enriquecidos muito”. (Miles Phillips, inglês e protestante, México).

Após quase quatro séculos de dominação turca, a sociedade espanhola era um misto de três povos: os espanhóis (católicos), os turcos (muçulmanos) e os judeus (judaísmo). Existiam ainda, os cristãos novos, que eram os judeus convertidos e os mouros, que eram os muçulmanos convertidos ao cristianismo.

Toda esta mistura de costumes e religiões criou uma sociedade complexa, com uma forte miscigenação de hábitos e costumes entre eles, o que posteriormente, foi utilizado pela inquisição para criar as “heresias”¹.

Os judeus, eram artesãos, financistas e intelectuais. Os muçulmanos eram predominantemente agricultores e artesãos. Estas características profissionais, fizeram com que estes povos alcançassem uma condição sócio econômica elevada, chegando a ocuparem cargos públicos importantes e a pertencerem a burguesia. Por outro lado, os cristãos eram nobres, clérigos e militares, pertenciam a nobreza, e viviam às custas do trabalho das classes pobres, compostas principalmente por cristãos camponeses.

Quando, no século XV, a Espanha passou por séria crise financeira, a nobreza e os cristãos começaram a cobiçar os bens dos outros representantes da sociedade, sendo este então, o principal motivo da instalação da inquisição.

Os motivos religiosos mascararam o verdadeiro motivo, que era o econômico. Porém, devido a lucratividade proveniente dos processos, a Igreja passa a participar ativamente deles, sendo que membros do clero passaram a ocupar cargos em toda a cadeia estrutural da inquisição. O motivo econômico preponderou até quando todos os judeus e muçulmanos foram expulsos, seus bens confiscados e repartidos entre o povo e principalmente entre a coroa, os inquisidores (membros do clero). A partir de então, o cunho religioso passou a imperar e a Igreja assumiu o seu comando. A desculpa da criação de uma “religião pura”, motivou

¹ Heresias: era toda e qualquer ideia, pensamento ou conhecimento, que discordasse da doutrina ou dos dogmas da Igreja.

toda esta perseguição, criando inimigos, inventando heresias, forjando provas e torturando cruelmente seus réus, até confessarem algo que não tinham feito.

1.4- SUA MARCA PECULIAR.

“O fogo forja a fé. Ele não a destrói”.

Como toda a instituição opressora, a inquisição não se esquivou de utilizar todos os métodos capazes de manter um povo inteiro sob o seu jugo, tendo como principais armas, o terror e a hipocrisia.

A hipocrisia foi a sua principal fonte de produção do medo e do terror, pois tudo nela era criado, inventado e forjado. O povo era estimulado, pelo medo de ser acusado, a denunciar as “heresias” cometidas por seus vizinhos e até por seus parentes. Assim, não existia mais uma sociedade como tal, e sim, um agrupamento de pessoas onde um desconfiava do outro, onde o acusador de hoje, poderia ser o acusado de amanhã. Com essa tática, a inquisição conseguiu construir um povo manso, dócil e servil, pois, um povo amedrontado e inculto, se torna presa fácil para seus algozes.

Nesta “dança” inquisitorial, o ressentimento, a inveja e a vingança passaram a nortear as denúncias nos tribunais da inquisição, que simplesmente as acatavam e as transformavam em processos, sem nenhuma investigação.

O medo imposto pela inquisição ao povo, mais tarde chamada de “pedagogia do medo”, criou as fontes de denúncias, que possibilitaram sua longa sobrevivência.

Uma terceira marca pode ser acrescida as duas anteriores: a corrupção. Os inquisidores não possuíam o menor escrúpulo e aceitavam acintosamente toda e qualquer tipo de negociação, tanto para amenizar penas, quanto para não aceitar denúncias.

Também se tornaram promíscuos e devassos, abusando sexualmente de filhas e esposas de réus, sob a coação do processo.

1.5- CRIANDO INIMIGOS.

“Aquele gente, fingindo ser cristã, não é nem judia, nem cristã” (Bispo de Porto Alegre, século XVI). (Pg. 292).

Como na verdade não existia um motivo claro para que a inquisição fosse instalada possibilitando a coroa de encontrar meios de extorquir os mais ricos, foi necessário inventar uma maneira de “criar” estes inimigos e a tática usada foi a utilização da religião como base das acusações. Assim, tudo passou a ser “heresia” e consequentemente, motivo para que um processo fosse aberto contra o “herético”.

A base de acusações falsas de heresias, os inimigos foram sendo criados um a um. Quando a capacidade de extorsão de um inimigo se esgotava, logo outro era criado, o que determinou uma sequência de perseguidos muito bem descrita nos processos inquisitórios: convertidos, luteranos, mouros, franco-maçons, jansenistas, o iluminismo e outros movimentos filosóficos e literários que pregavam a liberdade de pensamento e suas obras, sodomitas, bígamos (fornicação), blasfemos, jesuítas e por fim, a própria inquisição.

Para que o processo se perpetuasse, as heresias também tinham que serem criadas indefinidamente, e o crime que mais cresceu aos

olhos da inquisição foi o ato de se confessar com certa frequência, pois essa necessidade poderia refletir uma conduta errada e não diagnosticada pelos sistemas de controle por ela instituídos, ou seja, se confessar passou a ser um “ato condenatório”.

Cabe aqui ressaltar, pela sua importância para a contextualização final, a criação do inimigo “conhecimento”. Novos inimigos foram criados: a liberdade, a igualdade e interdependência, sendo então perseguidos, livros, pensadores e as instituições a que pertenciam. O saber passou a ser a nova heresia. Autos de fé com queima de livros chegaram a acontecer.

“A inquisição sempre se dedicou a vigiar e investigar, a conduta dos homens sábios e da *intelligentsia*² {...} não consigo pensar em nenhuma pessoa esclarecida que eu conheça, que não tenha sido ameaçada pela inquisição”.

A obra Dom quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes, é o exemplo da nova literatura e da censura severa da inquisição, pois o Dom Quixote representava a inquisição, como uma instituição insana, atacando “monstros” inexistentes, bem como ridiculariza a queima de livros.

A Igreja foi mais longe, criou o chamado “*index*”³, sendo que as pessoas escolhidas pela Igreja para fazer essa seleção, eram de um nível cultural muito baixo, sem condições de discernir entre o correto e uma heresia. Esse acabou determinando que todas as obras fossem condenadas, criando um verdadeiro gnosticismo⁴ do conhecimento. Todo o

² Intelligentsia: a vanguarda intelectual ou artística de qualquer país.

³ Index Librorum Prohibitorum, ou índice dos livros proibidos, era uma lista de publicações consideradas heréticas, anticlericais ou lasciva e por isso, proibidos pela Igreja.

⁴ Gnosticismo: qualquer busca pelo conhecimento místico das verdades divinas ou transcendentais que se podem referir ao estado espiritual de um indivíduo.

saber era castigado. Esses “selecionadores” não conheciam sequer os evangelhos.

A inquisição só era amiga de seu próprio *Status quo* e da hierarquia.

1.6- O PROCESSO.

“A inquisição inventou inimigos e hereges, só para poder exorciza-los”.

O processo pode ser considerado a coluna vertebral da inquisição. Poderia durar anos, desde que o “réu” não confessasse a sua suposta culpa. Neste interim, todos os seus bens lhe eram confiscados e todas as custas processuais eram pagas pelos seus familiares.

A inquisição se solidificou como instituição, com a abertura dos escritórios inquisitoriais, os quais coordenavam sua ação nas comunidades onde eram instalados. Se os objetivos da inquisição eram obscuros e maquiados, os dos inquisidores eram, além de dissimulados, cruéis.

Para a instauração de um processo, bastava uma denúncia de heresia. O réu era simplesmente preso, não tinha direito de saber de que era acusado, muito menos quem foi o acusador. Não tinha direito de defesa e quando conseguia constituir um advogado, este era orientado pelos inquisidores a aconselhar seu cliente a confessar sua culpa. As testemunhas a favor do réu desapareceram no decorrer do tempo, pois tal atitude passou a ser vista pelos inquisidores, como cumplicidade.

Caso o réu não “confessasse” sua culpa através dos interrogatórios e da tortura psicológica, ele era submetido a tortura física, tão cruel, que só sua menção fazia com que muitos réus se considerassem culpados.

Na primeira audiência, era-lhe perguntado se ele tinha ideia ou desconfiava do porquê fora chamado ao tribunal, ou se ele havia feito

algo contrário aos mandamentos da Igreja. Se respondesse não, o que era óbvio, era encaminhado para uma sala⁵ para “pensar melhor”, e o processo entrava em um jogo de gato e rato, onde é claro, só o gato vence. Caso a confissão não ocorresse, os processos duravam anos, e os réus iam definhando nos porões da inquisição.

Para se ter ideia da crueldade da inquisição, transcrevemos uma descrição feita pelo padre jesuíta, Antônio Vieira, em um cárcere inquisitório: “nestes cárceres, estão de ordinários, quatro ou cinco homens, ou mais, nas celas [...], a cada um se lhes dá seu cântaro de água por oito dias (se se acaba antes, tem paciência) e outro para a urina e um para as necessidades, que também a oito dias se despejam e [...] são tantos os bichos que andam nos cárceres cheios, e os fedores tão excessivos, que é “benefício de Deus” sair dali, homem vivo”. Cabe aqui uma pergunta: como não confessar o que não se fez diante de tamanho sofrimento?

Assim, o processo inquisitorial, não passava de uma grande e vergonhosa farsa, onde tudo era inventado, utilizando motivos escusos, onde o que era heresia para o rico, não era para o pobre, pois dele nada podiam tirar e ao final, o réu, nunca era absolvido.

1.7- TORTURA, O PRAZER PELA DOR.

“A crueldade com que se praticava o tormento, as confissões e os gritos dos atormentados e o escárnio escandaloso com que os padres e inquisidores tratavam as suas vítimas”. (Pg. 101)

⁵ Sala de reflexão.

A tortura era a maior arma de opressão e imposição do terror. Era cruel e apenas sua menção já era suficiente para atemorizar, não apenas os réus, como toda a população.

A tortura era aplicada quando os outros meios de persuasão impu-
tados ao réu, não resultavam em confissão.

Os métodos de torturas utilizados eram basicamente três, mas va-
lia qualquer atitude do inquisidor para atingir seu intento.

Em um dos métodos, o réu era dependurado no teto da sala pelos
quatro membros, por cordas bem esticadas e lhe eram aplicados pesos
sobre o abdômen, o qual ia aumentando progressivamente, podendo
chegar ao ponto de lhe quebrar a coluna vertebral, caso não confessasse
a tempo.

Outro método, dependurava o réu de cabeça para baixo e lhe obri-
gavam a ingerir água em grandes quantidades, através de um “tubo” o
que levava ao risco de afogamento.

Mas o método mais utilizado era o do cavalete. O prisioneiro era
desnudo, seus braços presos, e uma corda era enrolada em redor de seu
corpo, prendendo-o em um cavalete, muito apertado, mas de maneira
que sobrasse um pequeno laço na corda, onde era passado um ferro, com
o qual iam apertando o “torniquete”. Todo este procedimento ia sendo
minuciosamente descrito pelos inquisidores.⁶

Difícilmente alguém resistia até a quinta volta e quem conseguia,
tinha seus membros superiores fraturados pela compressão.

⁶ Apesar de sua total parcialidade, ele era minuciosamente relatado pelo inquisidor, fato este que o
transforma, hoje, na fonte de pesquisa mais fiel de todas.

Quem resistisse mais, e há quem resistiu até dezessete voltas, com certeza não sobrevivia, pois ocorria o esmagamento de seu tórax e dos órgãos abdominais internos.

A inquisição tentava justificar o uso da tortura como um meio normal e “confiável” de se obter uma confissão, como coloca o conselheiro da inquisição, o teólogo e bispo de Zamorra, Diego de Simoncas (morto em 1564): “os inquisidores deveriam usar mais da prática da tortura, do que os demais juízes, pois o crime de heresia era secreto e difícil de provar”.

A hipocrisia usada pela inquisição fica evidente e inquestionável, quando do início de uma sessão de tortura. Em primeiro lugar, se fazia uma “*Christi nomine invocato*” – invocação a Cristo, isto sim uma heresia, depois era colocado que o tempo do processo era ilimitado e era declarado que, caso o prisioneiro viesse a sofrer danos físicos ou até mesmo a morrer, a culpa seria “sua” e não do “Santo Ofício”, pois ele, voluntariamente, se expôs ao perigo que poderia evitar, confessando suas culpas.

Tendo então os inquisidores “limpado” suas consciências de qualquer culpa, se iniciava a sessão de tortura. O torturador usava um capuz que só permitia lhe ver os olhos e os inquisidores acomodavam-se em cadeiras e se preparavam para o interrogatório.

Cabe aqui, portanto, mais uma pergunta: qual o valor de uma confissão obtida nessas condições?

“O que quereis que diga, quereis que eu diga que sou muçulmano? Não sei nada [...] admito que a verdade é o que vossas mercês queirais”.

⁷ A equipe de inquisidores e torturadores era formada por pessoas nomeadas pelo rei e membros do clero.

1.8- AS PENAS.

“Dê-me um judeu e eu o devolverei queimado”. Reverendo inquisidor Lucero. (Pg. 91)

Após o término do processo, eram aplicadas as penas, e vale a pena ressaltar que, nenhum réu foi absolvido.

As penas variavam muito conforme o réu. Dependiam do seu poder político e econômico, das acusações que lhe eram imputadas, se confessava ou não, e principalmente, se o réu se arrependia e pedia a “reconciliação”.

A mais usada era a pena máxima, que era a morte na fogueira, sendo que após sua condenação, o réu passava a chamar-se “relaxado”. Sua condução até o “quemadero”, local da execução, era uma verdadeira cena de teatro de horror, como veremos no próximo subtítulo.

A morte poderia ser breve, quando o relaxado era atado a uma fogueira que ardia rápida e intensamente, ou lenta e dolorosa, quando ele era colocado dentro de uma **“estatua” oca de metal**, e **“assado”** lentamente em fogo brando (tudo em nome de Deus e de uma religião pura).

Quando um relaxado demonstrava sinais **de conversão** durante o caminho para a fogueira, tinha sua **pena amenizada**: lhes era dada a oportunidade de serem **“decapitados”** antes de serem queimados, “**es-capando assim, do suplício máximo de ser queimado vivo**”.

Alguns réus recebiam penas mais leves e passavam a ser chamados de “reconciliados”. Mesmo assim, tinham seus bens confiscados, seus familiares deportados, eram açoitados e encarcerados nos porões das galés, por tempo indefinido. Ao pagar esta pena, o réu se “reconciliava” com a igreja.

Mesmo já reconciliado, ou seja, retornando a “liberdade”, o réu era obrigado a usar, permanentemente, um traje chamado **“sambenito”**, que era um tipo de camisola branca, com a cruz verde da inquisição e a figura de vários demônios estampados nela. O uso do sambenito era para sempre e servia para caracterizar seu usuário como um réu da inquisição reconciliado. Para disseminar o medo, vários “sambenitos” eram dependurados nas paredes das igrejas, como “enfeites”, durante as missas dominicais. (fotografia na contra capa).

Esta prática serviu de inspiração para governos tiranos e racistas posteriores, **“marcarem”** os povos por eles perseguidos, como logo veremos.

Quando um condenado já havia morrido, seus ossos eram exumados e queimados em praça pública. Caso seus ossos não fossem encontrados ou o réu tivesse conseguido fugir, era queimada, em seu lugar, uma esfinge, representando-o, e a pena era considerada como cumprida.

Grande quantidade de ilustrações desses meios de tortura e muito mais estão disponíveis em sites na internet. Vale a pena conferir e ver o tamanho da desumanidade ali praticada.

1.9: AUTOS DE FÉ.

“Muitos confessores choravam, “o que provocava copiosas lágrimas nos olhos da multidão, ao ver o espírito caridoso demonstrado pelos sacerdotes e o pouco interesse demonstrado pelo acusado”.

O auto de fé era o ápice da encenação teatral patrocinada pela inquisição, realizado com a finalidade maior de espalhar o medo e o pavor

na população. Digno do mais cruel dos filmes de terror, a cena era muito bem armada para que seus objetivos fossem alcançados.

Havendo um ou mais condenados, os preparativos eram iniciados, para que o traslado dos réus até o local da **fogueira** fosse um verdadeiro “**show**”.

Os inquisidores organizavam procissões, convocando o povo para participarem do auto de fé, as quais partiam do Quartel General do Santo Ofício, desfilavam pelas ruas com trombetas e os religiosos portavam os brasões da inquisição⁸, que refletiam em seus dizeres, a luta entre a paz e a violência existente no cerne daquela curiosa instituição: uma cruz cristã ao centro, um ramo de oliveira a direita e uma espada a esquerda. (fotografia na contra capa).

Avisos eram afixados nos edifícios do Santo Ofício, na casa do arcebispo, diante do palácio do vice-rei, no conselho da cidade e em várias ruas.

Um mês antes da data prevista, era construído, no centro da maior praça, um cadafalso, que passou a chamar-se de “quemadero”, o qual era todo ornado com motivos cristãos.

As pessoas eram assim, convidadas a virem assistir ao auto, chegando a ter ocasiões onde se reuniram cerca de 300.000 pessoas. No dia anterior ao auto de fé, ocorria uma procissão até o quemadero, sendo que as pessoas ali permaneciam até o outro dia (para obterem um lugar “privilegiado”), aguardando o desfecho.

Pela manhã, vinha a procissão com o (s) condenado (s). Cada relaxado vinha acompanhado de dois confessores, que não paravam de orar e de exortar ao condenado, o seu arrependimento. Para comover a

⁸ O ramo de oliveira significava a reconciliação, a cruz o perdão e a espada a justiça (castigo).

multidão de observadores, os confessores encenavam, como o descrito no início.

Atrás do cortejo, vinham os padres da inquisição, acompanhados de uma mula, que carregava um baú com os documentos do processo e as sentenças dos condenados. A cabeça da mula era enfeitada com placas de prata, gravadas com floreios de ouro; do pescoço pendiam sinos de prata e ouro e o baú com os documentos era lilás, com incrustações japonesas em elaboradas placas de cobre. Ao chegar na praça, os relaxados eram atados ao poste onde a fogueira estava armada e era ateado fogo.

Essas magníficas peças teatrais tinham o mérito de paralisar as colônias onde ocorriam. Esta, aqui descrita, ocorreu na cidade do México, em 11 de março de 1649 e “contou” com 15 relaxados, 67 esfinges e 23 caixas de ossadas. Essa ocasião ficou também registrada, nos comentários do frei jesuíta Matias de Bocanegra, que maravilhado com os feitos do inquisidor Mañozca, assim se manifestou: “grandiosa solenidade, capacidade de compreensão, inteligência sagaz, madura discrição, antiga experiência, zelosa integridade..., justificava sua obra; acima de tudo, estava a sua pacífica conduta. Ele sempre administra a justiça em uma bela aliança com a paz...”.

O lema da inquisição, medo e hipocrisia, atinge o seu máximo grau de propaganda na edição dos autos de fé.

1.10- OS FAMILIARES.

“Porém, se era legítimo vigiar as pessoas enquanto defecavam, o problema é que isso era simplesmente a sociedade defecando em si mesma”.

(Pg. 255).

Em 1553, um decreto inquisitório chamado, “concordia”, recriava uma instituição chamada “*familiares*”. Ao ativá-la, a inquisição lançou mão de sua última artimanha para obter um controle total sobre a população.

Os familiares nada mais eram do que meros espões nomeados pela inquisição, os quais pertenciam ao seio da sociedade, permitindo assim, que ela, a inquisição, se introduzisse no íntimo das famílias, o que levou a uma desestruturação, tanto dessas famílias, como da sociedade como um todo.

Eles informavam toda e qualquer suspeita aos inquisidores e para tanto, se utilizavam de todos os meios possíveis de espionagem, observando seus costumes, suas alimentações e o que é mais grave, as suas intimidades, como número de banhos semanais e a higiene íntima após as evacuações. Por exemplo, ofereciam alimentos proibidos aos judeus e se eles não começassem, eram denunciados como hereges.

A escolha dos familiares, não era de cunho religioso e o cargo lhes dava liberdade de ação e amenização de penas, se denunciados. Sua atuação foi tão intensa, terrível e corrupta, que as pessoas por eles roubadas, não denunciavam o ocorrido, pois o inquisidor acreditaria no familiar, até por que, muitas vezes, os inquisidores estavam ganhando uma parte do botim. Não tinham vergonha, nem falsos pudores. Seu poder era realmente imoral. A vida das pessoas era mero brinquedo em suas mãos e perseguiram aqueles que tinham bens ou aqueles de quem não gostavam. As pessoas ficavam pasmas ao verem a criatividade e a inovação serem eliminadas da sociedade, dando lugar a fofoca e a vingança (o “prêmio” pela fofoca).

Os familiares destruíram por completo a rede de união entre as pessoas das comunidades, pois ninguém mais sabia em quem confiar e o risco de uma denúncia estava sempre eminente.

1.11-QUE CIVILIZAÇÕES CRIOU.

“A espontaneidade das celebrações eram migalhas da memória, enterradas sob o medo”.

Ao semear tanto horror e medo na população, perseguir e destruir grupos religiosos ou étnicos, implantar a desconfiança no seio das famílias como vimos até agora, podemos imaginar em que foram transformadas as sociedades da Espanha e de Portugal.

Criou-se assim, nesses países, um mundo sem expectativas futuras, pois a qualquer momento, o cidadão poderia ser chamado a comparecer diante do inquisidor, denunciado, sem saber por que ou por quem. Os laços familiares e de amizade se desmancharam. Os réus denunciavam pessoas sem provas, na tentativa de amenizar suas penas. Amigo denunciava amigo. Pais denunciavam filhos e vice-versa, chegando-se ao cúmulo de esposo (a) denunciar esposa (o).

Esta situação de desconfiança criada pela inquisição, acabou privando as pessoas da liberdade de ouvir e falar, atingindo assim praticamente todos os aspectos da vida dessas pessoas.

Ao condenar as novas ideias (iluminismo) e o avanço científico e cultural, impôs um silêncio a todas as artes. A Espanha se torna assim, o país mais atrasado da Europa. A liberdade de consciência era totalmente tolhida. A censura aos livros tornou-se a nova marca da

inquisição e como os inquisidores eram pessoas de baixo nível cultural, tudo era censurado.

Na visão externa, a inquisição era a grande responsável pela ignorância espanhola, ao extinguir as artes, o comércio e as ciências.

Assim, a inquisição conseguiu destruir o tecido social que determinava a identidade espanhola e portuguesa. Sua metodologia opressora arruinou a sociedade que deveria defender, criando uma interdependência entre o amor e o ódio, pois os inquisidores diziam amar seus prisioneiros e seus familiares, mas os tratavam com ódio, os torturando e os queimando na fogueira.

O exemplo dado pela inquisição com o seu modo de agir, nos mostra claramente como uma instituição governamental pode criar uma civilização neurótica. Neurose essa que logo se transformou em paranoia. A inquisição, assim, criou inimigos, em vez de destruí-los e corrompeu sociedades, em vez de purificá-las.

1.12- A SUA HERANÇA MALÉFICA.

“A inquisição foi uma das instituições mais cruéis e corruptas da história da humanidade, e a “mãe” dos regimes totalitários e do racismo”.

O absolutismo, o terror e a perseguição a raças e credos desencadeados pela inquisição, não passou despercebido pelas gerações vindouras, muito pelo contrário, serviu de exemplo para vários governantes, que tomaram seu modo de agir como exemplo, o que estimulou a criarem governos totalitários e cruéis. Por sua perseguição a determinadas raças, é considerada a principal raiz do racismo.

1.12.1- A LIMPEZA (OU PUREZA) DO SANGUE.

“Uma pequena gota, pode contaminar o todo”.

Esta atitude da inquisição se caracterizou por uma pesquisa minuciosa do passado das pessoas, buscando o mínimo e/ou o longínquo parentesco destas, com um relaxado, sempre que alguém se candidatava a um cargo público. A árvore genealógica era investigada até onde era conhecida e há casos em que o tataravô, que havia sido um relaxado, impediu o candidato de assumir o cargo pleiteado. Só quem conseguisse comprovar a “limpeza do sangue”, podia então, se candidatar a um cargo público.

Nesse procedimento, a inquisição não levava em conta o que a pessoa era naquele momento, mas sim sua descendência. *Como os arquivos da inquisição eram minuciosos e organizados*⁹, ficava fácil buscar o passado de qualquer pessoa. Todas as custas do processo, é claro, era pago pelo postulante ao cargo.

O processo de limpeza de sangue, que se iniciou como exigência para cargos públicos, logo se estendeu para a igreja, sendo então que, para pertencer ao clero, o candidato tinha que comprovar sua pureza de sangue. Os jesuítas foram a última ordem a impor este estatuto.

Uniu-se assim, o preconceito racial, com o religioso, cujas consequências sentimos até hoje.

A pureza do sangue tomou firmemente o caráter racial, o que formou uma condição social única. Em 03 de fevereiro de 1548, o cardeal Henrique, irmão do rei de Portugal João III, e primeiro inquisidor, citou

⁹ A inquisição utilizava seus minuciosos arquivos para investigar o passado dos candidatos a cargos públicos. Os mesmos que hoje estão sendo utilizados para condená-la.

um dito de São Paulo: “uma pequena gota pode contaminar o todo”, ao se referir aos convertidos (judeus convertidos ao cristianismo), como se eles fossem os maiores hereges da sociedade. Os casos de limpeza de sangue percorrem meandros intermináveis nos arquivos inquisitórios, dando a entender que a heresia não acabava com a morte.

A inquisição pregava uma supremacia moral de um povo e de uma religião. Porém esta pregação, se transformou em um instrumento ideológico para o desenvolvimento de uma cultura “pura”, a partir de “impurezas” por ela praticada. Assim, ela, com a implantação da pureza do sangue, tentou demonstrar a incompatibilidade dos convertidos com a igreja católica e com a emergente nação espanhola

1.12.2- O RACISMO.

“Para ser ordenado sacerdote, o candidato deveria estar isento de qualquer mácula, incluindo-se, nesta categoria, judeu, mouro, mourisco, mulato, herético ou de alguma outra infecta nação reprovada”. Constituição Sinodal do arcebispado da Bahia, 1707.

Apesar do cunho religioso utilizado pela inquisição, ficou claro que esse instrumento de seleção era uma fraude. A arbitrariedade e a crueldade cresciam, na mesma proporção em que crescia o seu poder, transformando-a em uma espécie de perseguição “racial”

Não houve apenas perseguição aos judeus, muçulmanos, convertidos e mouros, mas sim, a esses grupos, conforme seu poder aquisitivo. Os mais visados eram os que, por posse ou matrimônio, passavam a fazer parte da nobreza. Aqueles que se casavam com escravas, índias ou com mulheres de poucas posses, eram ignorados, deixando claro que,

além de uma perseguição racial, existia também uma perseguição por classe social.

O racismo se torna mais evidente na ação inquisitória, quando se inicia uma verdadeira obsessão pela pureza do sangue, o que fez da Península Ibérica, um caso único de sociedade com “legislação” racial. Essa atitude fez com que alguns historiadores vissem, na pureza do sangue, o embrião da ideia moderna do racismo. Cria-se a “patologia de raça”. As Ordenações Manuelitas proibiam, sob pena de **morte**, que “se lance com os Negros em nenhuma parte da Guiné nem deixem lá ficar com os ditos Negros”¹⁰.

Como semelhança ao racismo atual, citamos o exemplo do discurso entusiasmado do arcebispo Selíceo, em defesa da pureza do sangue, na catedral de Toledo, onde compara os convertidos, a meros cavalos: ***“se o mercador de cavalos lhe oferece um cavalo imperfeito, mesmo como um obséquio, ele não o aceitará em sua manada, porque o que mais lhe importa é a raça do animal. Esta é a sua principal preocupação, mesmo que ele pense que o cavalo seja de uma raça nobre. No entanto, quando lidamos com a raça escura dos convertidos, há aqueles que desejam admiti-los nos melhores postos da igreja, mesmo que seus lábios ainda estiverem úmidos com a perversão de seus antepassados”***.

Em Portugal, o racismo de raça fica mais evidente, uma vez que, os mouros nunca foram perseguidos, pois, por serem uma grande fatia do povo português, possuíam muitas posses, cargos públicos, e eram a base da mão de obra portuguesa, e caso fossem expulsos, a economia do país sofreria grande colapso, e a coroa se deu conta disso. Já, os judeus e convertidos, foram duramente perseguidos.

¹⁰-Sobre os Lançados: brancos que optaram em morar na África, convivendo e até se casando com os nativos. Agiam por conta própria, e traficavam sem pagar impostos ou taxas

Esta perseguição de raça e credo, criou uma visão de uma península ibérica conservadora e quase medieval, centrada no desvio religioso, a qual ia na contramão da **modernidade** que aflorava na Itália e na Europa, e que condenava estas diferenças.

O incentivo ao ódio racial e religioso na Espanha, era imputado nas pessoas desde a mais tenra idade, pois, quando ainda crianças, lhes era imposta uma ideologia, a qual demonizava as crenças judaicas e muçulmanas, deixando bem claro que, aceitar os princípios destas religiões, poderia levar a morte.

O racismo teve seu início na intolerância racial e religiosa da inquisição e atingiu sua plenitude e significado final, contra a cor Negra, na escravidão. A inquisição se torna assim, a mãe do racismo.

1.12.3- SUA INFLUÊNCIA SOBRE FUTUROS REGIMES TIRANOS.

“A existência e o modo de agir da inquisição não ficou esquecida no passado. Vários ditadores a tomaram por modelo e como ela agiram”.

Com o seu ganho progressivo de poder, capaz de enfrentar o Papa, a inquisição se tornou uma instituição ditatorial, pois, fica bem claro quais seriam as consequências que sofreriam, quem ousasse lhe enfrentar. Sua ação repressiva implacável, serviu de modelo para os modernos ditadores.

O regime franquista, intensificou as visões revisionistas da inquisição (pureza do sangue), na tentativa de “higienizar” as opiniões das pessoas sobre o regime do General e o impacto desse regime sobre a Espanha.

Na tentativa de melhorar a imagem do regime, historiadores revisionistas foram treinados para escrever sobre a inquisição, amenizando ou menosprezando todos os seus malefícios. Todos os trabalhos por eles realizados, eram minuciosamente revisados pela Igreja, antes de suas publicações. Não havia a menor intenção, de ambas as partes, que a ação inquisitória fosse dissecada, como o é hoje, pois mostraria os horrores por eles patrocinados e que estavam se repetindo na ditadura franquista.

Existe uma semelhança muito grande entre o modo de agir dos inquisidores e de Mengele e Eichmann, durante o nazismo, pois como na inquisição, os relaxados eram obrigados a usar o sambenito, na ditadura de Hitler, os judeus eram obrigados a portar no peito, a estrela amarela, como modo de identificação racial. O holocausto não teria se iniciado aqui na inquisição?

O modelo de atuação inquisitorial se perpetuou e muito influenciou as gerações vindouras, sendo considerada a precursora a condição humana moderna, no que diz respeito às diferenciações de raça, classe social e credo.

Durante a guerra fria, a Alemanha Oriental criou a rede de informação Stasi, conhecida como *“Inaffizielle Mitarbeiter”*, que atuava à semelhança dos familiares, monitorando os politicamente “incorretos”.

Os carrascos de Mao Tse Tung, amputavam a laringe de suas vítimas, para que não pudessem protestar, à semelhança dos relaxados, que eram amordaçados antes de irem para a fogueira. Os familiares dos condenados por Mao, eram obrigados a pagar pelas projeteis utilizados no fuzilamento do réu, como as vítimas da inquisição tinham que pagar todo o seu processo e pela tarefa de seus torturadores.

A própria Igreja se utilizou da instituição “familiares”, por ela criada, para instituir, entre 1909 e 1921 a “*Sodalitium Pianum*”, que nada mais eram do que “espiões” laicos a seu serviço, com o objetivo de denunciar os modernistas ou meros suspeitos de serem modernistas.

A inquisição deixou, não só um rastro de dor, sofrimento e destruição física e moral, como também deixou um exemplo que foi seguido por aqueles que dominaram povos pelo abuso de poder.

1.13- OS NÚMEROS DA INQUISIÇÃO.

“[...] se o menino corrompido não denunciar o que lhe aconteceu em até um dia após ter sido violentado, ele será queimado por isso”. (Pg. 113).

A dificuldade em totalizar os números da inquisição é grande, pois, apesar da minuciosidade na descrição dos processos, os escritórios ou cortes inquisitórias, existiam em toda a Espanha, Portugal e em suas colônias na América, o que dificultou a reunião de toda essa documentação em um único local. Outro fator importante foi o fato de que, ao ser a inquisição extinta, muitos destes escritórios foram saqueados e queimados pela fúria do povo, e consequentemente muito se perdeu.

Milhares de judeus, muçulmanos e mouros foram expulsos da Espanha e mais de 20.000 judeus de Portugal.

Em Portugal, um decreto determinou que os filhos de judeus com idade de até 14 anos deveriam ser batizados e enviados a locais para serem criados por cristãos. Muitos judeus se suicidaram ou afogaram seus filhos para não permitir tal abuso. Números que não são computados.

Como fica difícil chegarmos ao número final, citamos alguns dados para se ter uma ideia do tamanho do número de vítimas.

Em Sevilha, foram queimadas 700 pessoas e outros 5.000 reconciliados tiveram seus bens confiscados.

Em Portugal, por volta de 1506, três frades dominicanos, já influenciados pela inquisição espanhola, incitaram a população contra os convertidos, fato este que levou ao trágico número de 500 convertidos queimados em um só dia, no rossio (na beira do rio). Para tanto, as fogueiras foram mantidas acessas pelos servos e escravos, por 24 horas, e os “condenados”, nelas sendo jogados.

Não bastasse este ato, no dia seguinte, a população cristã invadiu as casas dos convertidos, saqueou-as e matou seus ocupantes.

A intolerância aos mouros na Espanha chegou a tal ponto, que os cristãos começaram a matar mouros por crerem que, ao matar um mouro, estariam agradando a Deus (a semelhança dos fanáticos religiosos de hoje).

1.14- REAÇÕES CONTRÁRIAS A INQUISIÇÃO

“A toda ação, há uma reação oposta e de igual intensidade” (terceira lei de Isaac Newton).

A inquisição foi aumentando cada vez mais a seu poder, e com ele, a sua capacidade de disseminar a ruína social e econômica a todo um povo, expulsando-o de sua terra natal, confiscando seus bens, impedindo sua ascensão social. Este medo semeado por ela, fez com que, aos poucos, o medo se transformasse em ódio e raiva dos oprimidos contra os opressores.

A história nos mostra que o excesso de poder sempre acaba por destruir seus praticantes e os oprimidos se voltam contra os opressores

(exemplo, queda da Bastilha). Diante de tais situações, a terceira lei de Newton se encaixa perfeitamente, só que com uma variante agravadora: o ser humano não respeita as leis da física e, quando resolve reagir a opressão, sua reação normalmente não é proporcional a ação e aí, atos extremos também são cometidos, e em nome de uma liberdade a ser conquistada, muitas pessoas são sacrificadas incluindo neste rol, pessoas inocentes.

1.15- RESULTADOS ERRADOS DA INTENÇÃO INQUISITORIAL.

“A Igreja obrigava à conversão, mas não tinha o menor cuidado evangélico por eles. Abandonados, muitos retornaram às suas religiões de origem”.

- Seu descaso com os novos cristãos, em vez de reconciliar infiéis com a Igreja, transformou católicos fiéis (convertidos), em infiéis.

- A opressão apenas aumentou a raiva entre oprimidos e opressores, estimulando o surgimento de outras ideologias.

- Os perseguidos expulsos da Espanha, contavam histórias terríveis sobre a “Espanha católica”.

- Muitos convertidos retornaram ao judaísmo.

- A capacidade da inquisição em criar e destruir inimigos, ajudou o surgimento de rebeliões, que acabaram por minar o poder espanhol no mundo.

- “No entanto, no final, tudo que se conseguiu criar ao perseguir o “inimigo”, foi um fundamentalismo que nutria o ódio pelos códigos daqueles entre os quais, os perseguidos haviam nascidos”, (Pg. 190, 290-1)

- “Longe de assegurar a integridade da sociedade, a obsessão com a pureza do sangue, iniciara o processo para desvirtua-la. Em longo prazo, isso traria consequências terríveis”. (Pg. 235).

- A inquisição se auto destrói. Ajuda o surgimento do ceticismo (origem do iluminismo) e por ter estagnado a cultura Ibérica, não soube lidar com as mudanças sócio científicas e no final, a inquisição, que buscou bodes expiatórios por toda a parte, tornou-se ela mesma, o bode expiatório de toda a Espanha.

As instituições envolvidas na inquisição, governo espanhol, português e a Igreja, não tem porquê reclamar das reações desencadeadas contra eles, pois quem vai amar quem lhe ameaça, oprime e lhe rouba todos os seus bens materiais e espirituais? Nada justifica suas ações e de nada adiantou agirem como todo o abusador, que quando se vê acosado, se faz de vítima e se diz perseguido, pois a história, descrita em seus próprios anais, os condenaram.

1.16- O SEU FIM.

“Se não tivesse sido temida e seu poder tão desproporcional, certamente as coisas terríveis que seus oficiais se acharam no direito de fazer, não teriam sido toleradas”. (Pg. 265).

O poder da inquisição perdurou por mais de 300 anos, com uma ação que ultrapassou em muito, os limites da civilidade. Criando inimigos e os destruindo, chegou a ponto em que não havia mais a quem perseguir, iniciando assim, sua autodestruição. De perseguidora, se torna o alvo das perseguições.

Em Portugal, o grande responsável por sua extinção, foi o marques de Pombal. Defensor do livre comércio e do iluminismo, considerava a

inquisição um empecilho para o crescimento econômico ao perseguir os convertidos, os quais eram a principal fonte de divisas para a coroa.

Ele emitiu uma sequência de atos com o objetivo de terminar com a inquisição, iniciando com a expulsão dos jesuítas, em 03 de março de 1759, sob a suspeita de terem liderado uma revolta visando derrubar o rei José I. A inquisição é extinta então em 31 de março de 1821.

Na Espanha, a inquisição foi abolida por um único decreto em 09 de dezembro de 1808, como ápice de uma série de acontecimentos anteriores, como havia ocorrido em Portugal. Na Espanha, os jesuítas foram expulsos em 1767.

Vale ressaltar na Espanha, a luta pela liberdade de imprensa, uma vez que, um dos últimos inimigos criados pela inquisição foram os livros, principalmente os com ideias iluministas. A Igreja tentou ao máximo impedir que isso acontecesse, mas em 18 de outubro de 1810 foi emitido o decreto dando liberdade de imprensa, sem levar em conta a oposição católica.

Assim, o Parlamento espanhol declara que “a inquisição se opunha à soberania e a independência da nação e a liberdade civil e que sua extinção visava reestabelecer esses laços perdidos. O Parlamento espanhol reconhece a “malignidade” da inquisição.

Este ato determinou a liberação de toda a dor e de todo o ódio, reprimidos por séculos, e a inquisição passou a representar tudo o que havia de errado até então.

Por fim, toda a ação extrema provoca uma reação extrema, e assim como toda a instituição ou governo autoritário, a inquisição cultivou, com seus atos, as sementes, que uma vez germinadas, acabaram por destruí-la. (Pg. 296).

1.17- RELATOS DO AUTOR TOBY GREEN, SOBRE AS SUAS SENSAÇÕES EXPERIMENTADAS DURANTE SUA PESQUISA.

“No entanto, há uma diferença entre contextualizar a inquisição e desculpar os seus excessos”.

O objetivo maior deste subtítulo, é reforçar a veracidade dos fatos narrados em seu livro: “Inquisição, o reinado do medo”. Todo o conteúdo desta obra foi retirado do material presente nas bibliotecas citadas no início deste livro. Suas sensações vividas durante a pesquisa, impressionam.

- “Como todo mundo, eu ouvira falar da inquisição, mas quando comecei a fazer visitas solitárias aos arquivos, não tinha ideia das enormidades que descobriria”. (Pg. 338).

- Em referência a um quadro de Berruguete, onde são Domingos presidia um auto de fé: “o santo é retratado de forma benevolente, mas o que mais impressiona é o ar de serenidade e justiça que envolve os dignitários a sua volta. Os prelados, nobres e monges mal olham para os pequenos homens diante de si, que estão sendo levados para as chamas. Um dos monges inclusive está dormindo, com o rosto avermelhado em um torpor pós refeição” (Pg. 68).

- “Sempre que visito o Prado, vou ver esta pintura para descansar dos arquivos da inquisição. O que me chama a atenção é a calma, e até a indiferença dos dignitários, diante do destino dos condenados. [...] O sofrimento deles não deveria ser motivo de preocupação (Pg. 68) “.

- “Aquela sala agradável, repleta de pessoas bondosas e amáveis, que leem sobre acontecimentos desumanos e terríveis, adquiriu um novo aspecto quando li o trecho em que os inquisidores se recusavam a

assumir a responsabilidade pela morte de Álvares Pietro, devido a tortura (Pg. 109).

- “Quando examinamos as evidências francamente espantosas dos abusos do poder e da capacidade dos inquisidores de dizerem uma coisa e fazerem outra, a enorme diferença entre a teoria e a prática é inda mais perturbadora (Pg.268) ”.

- Quanto ao papel da inquisição sobre a formação da sociedade espanhola: “Enquanto eu frequentava os arquivos em Portugal e na Espanha, a afronta inicial provocada por essa ideia, foi sendo substituída por outras emoções. O que eram aquelas pilhas de papeis amarelados, senão uma tentativa de impor uma visão de mundo? Ali estavam aqueles papeis, firmemente atados com fitas de tecido, nas caixas que os protegiam esperando que sucessivas gerações de historiadores os destilassem e desmembrassem. Eles representavam jornadas de volta ao passado e à psicologia do passado que formara o presente, mas era também jornadas que de alguma maneira, tornavam mais fácil suportar a dor e a discórdia do presente, ao desloca-las para os traumas daqueles que não sofriam mais. (Pg.383) ”.

- Por muitos anos vasculhei os arquivos da inquisição em Portugal e na Espanha. Tanto em Lisboa como em Madri, eles foram instalados nos edifícios neofacistas construídos durante as ditaduras ibéricas de Franco e Salazar, no século XX.

1.18- A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA INQUISIÇÃO.

“Havia uma preocupação aparente com a moralidade, mas sem nenhuma ideia do que isso podia provocar nas emoções íntimas das pessoas”.

1.18.1- INTRODUÇÃO.

“Jesus nos diz que Ele é a cabeça e a Igreja os seus membros, mas a Igreja prefere perder “ramos”, do que abrir mãos de suas convicções. Na verdade, ela acaba desvirtuando o pensamento de Paulo”.

Diante dos fatos apresentados até o momento, se torna impossível negarmos a participação da Igreja na inquisição. Se em um primeiro momento, ela foi passiva ao autorizar sua instalação através das bulas papais, logo ela tomou gosto pela instituição e passou a participar ativamente da mesma, quando membros do clero, passaram a ocupar os mais variados cargos na hierarquia inquisitória.

É importante ressaltar a ação de alguns Papas, que diante dos abusos cometidos pela inquisição, tentaram freá-los, porém suas tentativas sempre acabaram frustradas devido ao imenso poder obtido por ela e também pela pressão exercidas pelos reis, que viam nela uma grande fonte de rendas para suas coroas.

Tendo em vista que essa tentativa de controle do Papa sobre a inquisição falhou, a participação da Igreja, acabou por fornecer ares de legalidade a essa instituição tão nefasta.

Fica claro também, que a Igreja se usufruiu da inquisição para reforçar o seu poder, o seu domínio e a sua fortuna, bem como para implementar sua jornada contra as demais religiões, conseguindo destruí-las, pelo menos na Península ibérica.

1.18.2- O SANTO OFÍCIO.

Também conhecido por *Suprema*, era o conselho máximo da inquisição, tendo o poder de criar leis e delegar poderes, de vigiar e denunciar

peças comuns. Comandava todo o processo inquisitório, da falsa denúncia, até a aplicação das penas e também da perseguição aos reconciliados e seus descendentes.

Chamava-se, inicialmente, Conselho Supremo da Inquisição Espanhola, passando a nominar-se depois de Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício e hoje, após o Concílio Vaticano Segundo (11/10/1962 a 08/12/65), chamasse Congregação para a Doutrina da Fé, o braço rígido e conservador da Igreja.

Era formada por cinco conselheiros eclesiásticos e um promotor, ou seja, cinco representantes da Igreja e apenas um leigo. Em Costella, o rei podia nomear dois representantes laicos, porém, pouca diferença fazia, uma vez que o poder dos representantes da Igreja era tamanho, que os anulava, ou os corrompia, ofertando regalias que eles logo aprendiam a usufruir.

1.18.3- A REPRESSÃO SEXUAL COMO CAUSA DE DESVIOS DE CONDUTA POR PARTE DO CLERO E DOS LEIGOS.

“Toda a repressão acaba determinando desvios de conduta”.

Dentre as proibições impostas pela Igreja na inquisição, a que mais danos causou à sociedade, foi a repressão sexual. Só para se ter uma ideia do tamanho desta repressão, as mulheres não podiam mostrar os pés, que seriam acusadas de heresia.

Em 1570, o Concílio de Trento colocou o comportamento sexual dos católicos sob a alçada da Inquisição. Essa situação de extremo controle levou ao surgimento de condutas pouco ortodoxas. Disfarçadas de rituais de purificação, criados pelo clero e corroborado pelas mulheres

reprimidas, resultou em frequentes casos de fornicação ou de abuso sexual.

Os “padres confessores” são um exemplo desses distúrbios. Criaram métodos extremamente eficazes de induzir sintomas neuróticos em suas “filhas de confissão”. Alegavam que só eles podiam confessar tais mulheres, instruindo-as a jejuar e se auto flagelar no mínimo uma vez a cada cinco dias, que rezassem rigorosamente e contemplassem a paixão de Cristo. Criavam um ambiente místico e sexualizado, acabando por manterem relações sexuais com suas “filhas de confissão”, levando-as a crer que estavam praticando um ato de purificação. A descrição da tática e do desfecho abusador de uma mulher, está muito bem descrito na pg. 322.

Outro grupo era o dos padres abusadores ou flagelantes. Sua tática era impor castigos as suas “filhas de confissão”, surrando-as nas nádegas e ordenando-as que levantassem suas saias, para em seguida, acariciarem as partes castigadas, criando um jogo repleto de conotações sexuais, o qual acabava levando a vítima a se entregar sexualmente ao confessor. Esse ritual iniciava na sacristia e terminava no quarto do padre.

Essa repressão sexual acabou por aumentar a bigamia e a homossexualidade, as quais também foram duramente combatidas pela inquisição.

Já as beatas, buscavam representar a virgindade de Nossa Senhora, mas devido as condições induzidas por padres, não eram nem virgens e nem puras, e sim, doentes, com um desvio sexual e abusadas por aqueles que deviam ser seus condutores espirituais.

1.18.4- AUMENTANDO A OPRESSÃO AO CRIAR MAIS RESTRIÇÕES.

“A Igreja não mediu esforços e nem consequências para se manter no poder”.

Por mais que ocorresse tímidas tentativas de reação, a violência repressora logo as abatia criando novas restrições.

Ao entardecer, os sinos das igrejas dobravam e todos deviam parar com o que estavam fazendo e rezar a Ave-Maria. Até os artistas de ruas e as carruagens se detinham para tanto.

Na hora da comunhão, era perguntado ao fiel: “a sua Majestade desceu? ”, para se certificar de que nenhuma migalha da hóstia tivesse ficado entre os dentes de quem comungava.

Em Portugal, quando os sinos repicavam a noite, atores e público tinham que se jogar ao chão gritando “Deus, Deus”.

Quando passava um padre segurando a eucaristia em uma liteira, levada por carregadores, todos tinham que parar e se ajoelhar, batendo no peito, até o cortejo ter passado.

Quem assim não agisse, corria o risco de ser tachado de herege pelo padre ou por outros agentes inquisidores e serem denunciados para a inquisição.

Até Santa Tereza de Ávila esteve muito perto de ser investigada pelo Santo Ofício, por desenvolver algumas ideias cristãs próprias, pregando uma vida mais humilde, o que contrastava e condenava, indiretamente, a opulência vivida pela Igreja.

1.18.5- A IMPOSIÇÃO DE PENITÊNCIAS.

“A submissão ao papa é necessária para a salvação da alma”.

A imposição de severas penitências aos fiéis “faltosos”, foi uma tática muito utilizada para mantê-los sob seu domínio, através da imposição do medo do castigo divino que lhes seria aplicado e do fogo do inferno, em caso de pecar, ou seja, ao não seguir as regras da Igreja.

Dar díizimos vultosos, impostos conforme o poder aquisitivo do fiel, a imposição do autoflagelo ou flagelo aplicado pelos próprios clérigos, até as mais cruéis invenções advindas da imaginação de cada padre ou bispo, eram “penitências” impostas pela Igreja, para “aliviar” os pecados.

No século IX, renova-se a obrigação de assistir à missa dominical, sob a ameaça de excomunhão, após três ausências (a obediência pelo medo).

Exemplo de “criatividade penitencial” era a prática de colocar a mão sobre a chama de uma vela e mantê-la assim pelo maior tempo possível, refletindo sobre a perenidade das chamas do inferno. O fiel sob o domínio do medo. Ou também poderíamos chamar de “escravidão pelo medo”.

1.18.6- OS JESUÍTAS.

“Suas ações foram tão danosas à humanidade, que não seria um exagero compará-los a uma nuvem de gafanhotos”.

A Companhia de Jesus foi fundada em 1534, por um grupo de estudantes universitários de Paris, liderados por Iñigo López de Loyola (santo Inácio de Loyola), com votos de pobreza e castidade. Logo adquiriu grande importância, tornando-se um expoente no mundo cristão.

Porém, ao iniciar sua participação na inquisição, todas as suas boas intenções foram esquecidas, e em nome de uma religião pura, participaram e praticaram todas as mazelas patrocinadas pela instituição.

Aos poucos, seus poderes dentro da inquisição foram aumentando, até chegar um momento em que a companhia praticamente assumiu todos os cargos dentro da hierarquia inquisitória.

Sua atuação foi tão expressiva, que acabou se tornando o principal alvo daqueles que viam, na inquisição, o motivo do atraso cultural e socioeconômico vivido pela Península Ibérica.

Quando um terremoto causou grandes estragos em Portugal, os desmandos inquisitórios dos jesuítas foram apontados pela população, como os causadores da ira divina, transformando-os de opressores em bode expiatório da desgraça. Fato este aproveitado pelo Marquês de Pombal para os expulsar do país, através de um decreto emitido em 3 de setembro de 1759.

A pressão política sobre ela foi tão intensa, que acabou sendo expulsa da França, de Roma e da Espanha (1767) e foi suprimida da Europa pelo Papa Clemente XIV, através do breve *Dominus ac Redemptor*.

1.18.7- MEMBROS DO CLERO NA INQUISIÇÃO.

“A Igreja dominou a inquisição, foi sua autorizadora e maior beneficiária”.

A lista de nomes de padres e bispos que atuaram como membros ativos da inquisição (inquisidores) e, conseqüentemente, de seus abusos, é imensa e listá-los em sua totalidade é desnecessário. Citamos alguns

que se destacaram por sua relevância (ou crueldade) dentro da instituição

- Tomas de Torquemados: frei dominicano e confessor dos reis Fernando e Isabel (reis católicos e pais da inquisição), primeiro inquisidor geral. Foi o organizador da inquisição na Espanha e seu grande disseminador. Sob seu domínio, as fogueiras “iluminaram” o país.

- São Domingos: representado em um quadro de auto de fé.

- Cardeal Henrique: primeiro inquisidor geral de Portugal e irmão do rei João III.

- Bispo de Osma: confessor do rei Carlos V.

- Reverendo Diego Rodrigues Lucero: *El Tenebrero*. É dele o lema: “Dê-me um judeu e eu o devolverei queimado”. Seu lema demonstra sua crueldade.

- Diego de Simancas: teólogo e bispo de Zamorra.

- Pedro de Arbuís: frei dominicano, inquisidor de Salibera.

- Juan de Zumárraga: bispo no México, extremamente cruel.

- Bartolomé de Carranza: bispo dominicano. Foi tão cruel que recebeu a alcunha de “o monge negro”.

1.18.8- ONDE A IGREJA FALHOU.

“Ninguém adquire uma fé por decreto”.

A participação da Igreja na inquisição, por si só, já pode ser considerada uma grande falha, pois a ação nefasta inquisitória feriu todos os princípios éticos, morais e religiosos por ela pregados. Falhou desde a permissão para que membros do clero participassem ativamente da farsa inquisitória, ao benefício próprio dos bens “sequestrados” dos

perseguidos, e até na sua impotência em castigar os abusos cometidos pelo clero e reconhecidos por Roma.

Porém os pesquisadores apontam como maior falha, a sua incapacidade de evangelizar os judeus e muçulmanos que haviam sido obrigados a se converterem ao cristianismo.

Sob a pressão da inquisição, os reis de Portugal e Espanha, “decretaram”, ou a conversão ou a expulsão, destes povos de seus territórios, determinando aquilo que podemos classificar de uma nova “diáspora” dos judeus. Em seguida, decretaram o batismo obrigatório de todas as crianças judias e a sua adoção por casais católicos para que os criassem dentro dos princípios cristãos.

Pode-se imaginar o caos que essas medidas causaram. Pais judeus, afogavam seus filhos antes de partirem, para que não lhes fossem retirados, como já vimos. As filas de milhares de judeus e muçulmanos chegando ao porto de Lisboa, a pé, após percorrer grandes distâncias, magros, sujos e famintos, era uma cena aterradora.

Tendo em vista que um grande número de perseguidos, optaram por se “converter” e permanecer com suas posses, houve a necessidade de sua evangelização, e aqui é que a Igreja falha, pois o número de padres era pequeno e eles estavam mais preocupados em perseguir do que em evangelizar.

Esse somatório de acontecimentos acabou criando um grande número de convertidos, que ficaram abandonados pela Igreja, obrigados a praticar uma religião da qual pouco ou nada conheciam.

Por outro lado, não devemos nos esquecer de que, após 350 anos de domínio muçulmano, a Península Ibérica, apresentava uma cultura que era uma miscigenação de três povos e três religiões, católicos, muçulmanos e judeus, o que permitiu que uns, adquirissem costumes dos

outros, ou que os convertidos ao cristianismo espontaneamente, permanecem com alguns hábitos antigos.

Estes dois fatores, a persistência de costumes e a falha na evangelização dos novos cristãos, propiciou que a criação (invenção) de heresias se perpetuasse por mais de duzentos anos. Só para exemplificar, a simples menção a uma lei mosaica era considerada uma heresia.

Como essas pessoas poderiam adotar essa religião e acreditar neste Deus?

Bibliografia utilizada neste subtítulo: ***Inquisição*** -o reinado do medo, de Toby Green.

2

ESCRavidÃO, O HOLOCAUSTO NEGRO

*“Senhor Deus dos desgraçados,
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se é mentira, se é verdade
Tanto horror perante os ceos!
O’ mar, porque não apagas
Coma a esponja das tuas vagas,
Do teu manto este borrão?
Astros! Noites! Tempestades!
Rolai das immencidades!
Varrei os mares, tufão!
O Navio Negreiro, Castro Alves.*

2.1- INTRODUÇÃO.

“Era um sonho dantesco!...o tombadilho, que das luzernas vermelhas o brilho, em sangue a se banhar! Tinir de ferros, estalar de açoute, legiões de homens negros como a noute, horrendos a dançar...” . O Navio Negreiro, Castro Alves.

Concomitante à inquisição, outro flagelo humano se desenrolava, manchando mais ainda a nossa história: a escravidão.

Só se comemora a libertação do Negro e o fim da escravidão, mas a hipocrisia do ser humano esconde sobre estas datas comemorativas, toda a dor, a humilhação e o sofrimento que infligiu ao Negro escravo. Jamais a humanidade vai conseguir limpar esta mancha.

O conhecimento da dor causada por esta mancha da história, tem o objetivo de deixar claro as razões do surgimento dos movimentos abolicionistas. Estes sim, foram fortes influenciadores da opinião pública contra os abusos dos regimes absolutistas e escravocratas.

2.2- A ESCRAVIDÃO NA HISTÓRIA.

“Negras mulheres suspendendo as tetas, magras creanças, cujas boccas pretas, rega o sangue das mães; outras, moças, mas núas e espantadas, no turbilhão de espectros arrastadas, em ancia e magua vãs!” O Navio Negreiro, Castro Alves.

O ato de escravizar é inerente ao ser humano e está presente em sua história desde o início dos tempos, como a história de José, no Gêneses (Gn37, 18-28). O mais forte sempre subjugou o mais fraco, quer pela força, quer pelo conhecimento.

Desde que o ser humano se reuniu em grupos (sociedade), adotou a tática de expandir seus domínios e escravizar os vencidos. Assim, a escravidão nasce quase que junto com o surgimento da civilização.

Os “vencidos”, eram então utilizados nos mais variados serviços, conforme seus graus de instrução. Do simples limpador de cocheiras, até o professor dos filhos dos nobres¹.

Assim, a escravidão era praticada e aceita normalmente, até o século XIX, tanto que Aristóteles afirma: “existe no mundo, dois tipos de pessoas, as que nasceram para mandar, e as que nasceram para obedecer”, opinião essa, ratificada por São Tomás de Aquino, sendo que, ambos possuíam escravos. Outras pessoas famosas também tinham

¹ É daí que se origina o termo pedagogo, ou seja, aquele que educava os filhos de nobres, em todos os sentidos. Este cargo era ocupado pelos escravos com o mais alto nível de conhecimento.

escravos, como Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos e Tiradentes.

Até o século XIII, quando surgiu a escravidão Negra, a quase totalidade dos escravos eram da cor branca. Ainda em 1800, em plena escravidão Negra, o número de escravos brancos no mundo era maior do que o de Negros. Na antiguidade, respeitava-se o escravo, o homem e o cristão.

Brancos escravizavam brancos, Negros escravizavam Negros, índios escravizavam índios, até que o comércio escravagista Negro surgiu, se tornando um grande e rendoso negócio. Esses comerciantes se apoderaram do “mercado” e passaram a negociar escravos de qualquer cor. Esses mercadores de escravos, no entanto, eram meros comerciantes, o aprisionamento em si, ficava a cargo de outro segmento da cadeia comercial.

A origem do termo *escravo*, em português, *esclave*, em francês, *schiaivo*, em italiano, *sklave*, em alemão ou *slavus*, em inglês, vem do termo em latim, *slavus*, que designava o povo eslavo, habitantes dos Balcãs, no Leste Europeu, sul da Rússia e margens do Mar Negro, a qual era a grande fornecedora de mão de obra escrava para o oriente médio e mediterrâneo, até o começo do século XV, quando teve início da escravidão negra. Até então, os escravos eram brancos, de olhos azuis e cabelos loiros.

A escravidão branca coexistiu com a escravidão Negra, pelo menos até 1725, na Rússia, porém, o que diferenciou estas “duas” escravidões, foi o modo como os escravos eram tratados.

Este “desvio de conduta humana”, escravizar seus semelhantes, existiu desde os primórdios de nossa história e persiste até nossos dias, uma vez que ainda é frequente encontrarmos pessoas vivendo em

condições análogas à escravidão, demonstrando que a ganância humana e o desrespeito por seus semelhantes, continua sendo uma característica comum entre nós. A ganância e a ânsia pelo poder, não avaliam as consequências finais de seus atos, para que seus objetivos sejam atingidos.

2.3- O INÍCIO DA ESCRAVIDÃO NEGRA.

“E ri-se, a Orchestra ironica, estridente, e da ronda phantástica a serpente, faz doudas aspiraes... Se o velho arqueja, se no chão resvala, ouve-se gritos, o chicote estala, e voam mais e mais!” O Navio Negroiro, Castro Alves.

A partir do século XIII, Portugal se torna a mais poderosa frota naval da Europa², descobre o caminho para as Índias, descobre as correntes marinhas, passando assim, a dominar os mares.

Em suas expedições pela costa africana, descobre, além de suas riquezas naturais, a possibilidade de “comercializar” os seus habitantes, nascendo assim, o comércio **legal** do Negro, primeiro para a Europa, depois para as colônias americanas.

Em 08 de agosto de 1444, foi realizado, em Logos, Portugal, o primeiro leilão de escravos Negros na Europa. Antes do seu início, quatro escravos foram destinados a igrejas, sendo um deles vendido no leilão pelo padre, com o objetivo de trocar os ornamentos do altar, e um menino, foi doado para o monastério Convento São Vicente do Cabo, da Ordem Mendicantes de São Francisco, para ser monge.

² Quando os Templários foram extintos na França, no início do século XIV, parte de seus membros e sua frota naval, migraram para Portugal e passaram a chamar-se Companhia de Jesus, por isso é que as caravelas de Colombo carregavam em suas velas, a cruz dos templários.

O comércio escravagista proporcionava grandes lucros, e a coroa portuguesa, seu grande financiador, busca reforçar a sua “legalidade”, através da autoridade da Igreja. Assim, em 18 de julho de 1452, o papa Nicolau V, promulga a bula “*Dum adversos*”, concedendo ao rei de Portugal, dom Afonso V, o direito de conquistar e escravizar as nações recém descobertas.

Reproduzo um fragmento da bula, com o objetivo de ressaltar o poder da Igreja e o tamanho das concessões por ela permitidas: “... nós vos concedemos, por esse presente documento, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar, os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo³, onde quer que estejam, como também, seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades (...) e “reduzir” suas pessoas à perpétua escravidão e apropriar e converter em uso e proveito e de seus sucessores, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes”.

Em 1455, foi promulgada, pelo mesmo papa, beneficiando o mesmo rei, a bula *Romanus Pontifex*, a qual ratificava todos os direitos e benefícios concedido pela bula anterior.

Nascia assim, o mais cruel e devastador comércio que a história já vivenciou, a “escravidão Negra”, que, pelo sofrimento imposto aos Negros, e pelo número de mortes, podemos, sem medo de cometer exageros, chama-la de **O Holocausto Negro**.

³ Por si só, um ato inquisitório.

2.4- A CADEIA DE ENVOLVIDOS.

“Presa nos élos de uma só cadeia, a multidão faminta cambaleia e chora e dança alli! Um de raiva delira, outro enlouquece, outro, que de martyrios embrutece, cantando, geme e ri!” O Navio Negreiro, Castro Alves.

Quando se fala em escravidão, a dignidade e a vida do Negro é o que menos importa, é o que tem o menor significado, pois para seus mercadores, não passavam de meras “mercadorias”, portanto, a lei que regia a escravidão era a possibilidade de lucros e, como ele ocorria de maneira farta, a ambição tomou conta de todas as camadas sociais e de todos os governos.

O tráfico negreiro era o maior e o mais internacional de todos os negócios do mundo até o início do século XIX. Os comerciantes europeus eram credenciados pelo seu soberano, porém, eram os africanos que determinavam as regras do jogo, o que permitia que todo o comércio escravagista da África, permanecesse sob o comando dos governantes e das elites africanas.

Eram os chefes africanos quem definiam os preços, controlavam a oferta, faziam alianças e fechavam negócios com os comerciantes europeus.

O negócio era tão lucrativo, que na Espanha, o governo vendia os *assientos*, que nada mais eram do que contratos exclusivos de fornecimento de escravos ao Rei, o qual os vendia ou leiloava para armadores, banqueiros e grandes comerciantes, que ao revende-los, repassavam parte dos lucros a coroa. Assim, a coroa ganhava duas vezes.

No século XVIII, eram os comerciantes brasileiros que detinham o domínio quase absoluto do comércio de escravos. Uma de cada três

viagens negreiras, era organizada no Brasil, sendo o Rio de Janeiro, responsável por 17% delas, por isso é considerado o maior porto negreiro da história.

Participaram deste negócio vários países da Europa, sendo o principal, Portugal, em segundo a Espanha e a seguir, França, Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca e Alemanha. A Inglaterra participou por pouco tempo, foi a primeira a se afastar do negócio, tornando-se a principal defensora dos Negros.

2.5- OS NÚMEROS.

“No entanto, o capitão manda a manobra, e olhando após o céu que se desdobra, tão puro sobre o mar, diz do fumo entre os densos nevoeiros: “vibrai rijo o chicote, marinheiros! Fazei-os mais dançar”. O Navio Negreiro, Castro Alves.

Sendo o comércio de escravos estatal, o seu rígido controle sobre ele nos fornece dados mais precisos do que os da inquisição, pelo menos nos dados oficiais. Fica mais difícil contabilizar as mortes ocorridas na viagem entre o interior da África e a sua costa, bem como fica impossível calcular o número de Negros que foram contrabandeados.

Em um estudo realizado no Brasil em 1877, dos 10 milhões de habitantes, apenas 3,2 milhões eram brancos, o restante era de Negros (principalmente), índios e mestiços.

O historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins, em revisão de 1880, calculou em redor de 20 milhões o número de Negros desembarcados na América⁴.

⁴ Só se tem conhecimento de um único negro que retornou para a África.

Com os novos métodos de pesquisa e armazenamento de dados, uma revisão atualizada aponta, com relativa precisão, que 12.521.337 negros foram embarcados para a América, em 36 mil viagens de navios negreiros, sendo que destes, 10.702.657 chegaram vivos, ou seja, 1.819.680 negros morreram só na travessia do Atlântico.

Quando ao número de mortes mencionados acima, somarmos o números de Negros que morriam logo após o desembarque em consequência das péssimas condições de saúde, decorrente dos maus tratos e más condições de vida nos navios, o número de Negros que se suicidaram por não suportarem o sofrimento e a saudade, o número de Negros que morreram de banzo⁵, o número de Negros que morreram pelos maus tratos ou em tentativas de fuga e o número de Negros que morreram no percurso entre o interior e o litoral africano (ver 2.9.2), temos a confirmação do termo anteriormente utilizado de: **“o holocausto Negro”**.

2.6- O PREÇO DE UM ESCRAVO.

“Quem são estes desgraçados, que não encontram em vós, mais que o rir calmo da turba, que excita a fúria do algoz? ” O Navio Negreiro, Castro Alves.

Se o Negro era considerado uma “mercadoria”, obviamente que o mesmo deveria ter um “preço” preestabelecido, o qual era estipulado tanto em valores de moeda corrente, como em equivalente em outras mercadorias. Uma vez escravo, seria escravo para sempre e seus donos,

⁵ Banzo: estado profundo de nostalgia que afligia o Negro escravo, o qual poderia levar a loucura.

os de maiores posses, costumavam os dar de presente, como um outro objeto qualquer.

Um Negro, “em boas condições físicas, adulto, e saudável”, podia ser comprado, no século XVIII, em Luanda, capital de Angola, por 15 chapéus de feltro, 14 pares de meias de seda, 3 barris de pólvora ou ainda, por 23 cadernos.

No século XVII, na Costa dos Escravos, hoje Togo e Nigéria, um escravo, em iguais condições citadas acima, podia ser comprado por 80 conchas de búzios, 12 barras de ferro, 100 manilhas de bronze, 5 espingardas, 3 peças de tecido da Índia ou por 45 litros de cachaça.

Na região da Alta Guiné, hoje Senegal e Serra Leoa, um cavalo arreado, valia entre 9 e 14 escravos.

*“Um Negro bem feito, valente e ladino, custava em Minas Gerais, 300 oitavos de ouro, o equivalente a três vezes o valor de um cavalo sandeiro”*⁶ trecho do livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, do padre jesuíta André João Antonil, retirado secção intitulada “O preço dos escravos e das cavaladuras”.

O Negro, considerado como “mercadoria”, como tal era avaliado. Tanto podia ser vendido como trocado por outras mercadorias, sem que sua condição de ser humano fosse sequer aventada.

2.7- CAUSAS DE MORTES DOS TRAFICANTES.

“Hontem, a plena liberdade, a vontade por poder... hoje...cum’lo de maldade, não são livres pra morrer! ” O Navio Negroiro, Castro Alves.

⁶ Cavalo sandeiro: cavalo pequeno, porém robusto, utilizado para carga.

Ao contrário do que se imagina, a não ser nas primeiras viagens, os traficantes de escravos não invadiram a África para escravizar o Negro, e sim, viu a oportunidade de grandes lucros, ao fazer parte de um comércio já estabelecido entre os próprios africanos.

Não foram guerras e escaramuças que mataram muitos brancos na África, e sim, o desconhecimento do clima que ali existia, com suas doenças típicas do clima tropical, sendo então, as diarreias e, principalmente a malária, as causas da grande mortalidade de traficantes.

2.8- OS PRIMEIROS SINAIS ABOLICIONISTAS.

“Pende-os a mesma corrente, férrea, lugrube serpente, nas roscas da escravidão; e assim, zombando da morte, dança a lugrube cohorte ao som do açoite...Irisão! ”. O Navio Negroiro, Castro Alves.

As atrocidades praticadas contra os Negros, foram sendo rejeitadas gradativamente, até que o movimento abolicionista se consolidou. A Inglaterra, foi um dos últimos países a participarem do comércio negreiro e o primeiro a se dar conta da crueldade com que ele era praticado, fato este que a levou, não só a suspender o tráfico em seus domínios, bem como a policiar os mares combatendo os navios piratas e após a suspensão deste comércio, navios de qualquer bandeira que estivesse traficando escravos. Desse episódio é que se criou toda a lenda dos navios piratas ingleses.

O alerta soou em uma disputa judicial, a respeito da cobrança de um seguro de viagem, quando o estabelecido seria que o Negro que morresse no navio, não teria seu valor ressarcido, enquanto que, o que caísse vivo no mar, sim.

Em 1781, o capitão Luke Collingwood, do navio Zag, de Liverpool, diante do risco de perder grande parte de sua “carga”, jogou os Negros doentes ao mar para posteriormente, descaradamente, cobrar o seguro como se eles tivessem “caídos”, mostrando o descaso com a vida dos Negros, dispensado por seus “donos”.

Em 1807, o Parlamento Inglês proibiu o tráfico em todos os seus domínios e este fato é considerado como o ponto de referência para o movimento abolicionista.

Com a efervescência das novas ideias iluministas, reinantes entre os artistas, escritores, intelectuais e pessoas influentes da política e da sociedade, surgiram os movimentos abolicionistas, no século XVIII, que pressionaram as autoridades governamentais e a Igreja, para que a escravidão fosse abolida.

O Brasil foi o último país da América a abolir o tráfico, em 1850, e também o último país a abolir a escravidão em 1888, e isto só aconteceu sob forte pressão internacional e a Igreja mantinha escravos até quatorze meses antes da Lei Áurea.

2.9- O SOFRIMENTO.

“São os guerreiros ou ados, que com os tigres mosqueados, combatem na solidão! Hontem, simples, fortes, bravos. Hoje, míseros escravos, sem ar, sem luz, sem razão”! O Navio Negreiro, Castro Alves.

O sofrimento é sem a menor sombra de dúvida, a marca peculiar da escravidão. Enquanto o escravo “branco” era conquistado nas guerras e assim tratado como um “igual”, o Negro era “comprado”, como uma mera mercadoria e por isso tratado como um ser inferior.

O Negro nunca foi considerado um ser digno, e sim, como um mero animal capturado, sem história, sem conhecimento, e por isso, sem futuro.

Nada justifica a escravidão, independente de que raça é o escravo, mas a que o Negro foi submetida, extrapolou todos os parâmetros de civilidade. Sem nenhuma benevolência com o ser humano que ali estava, o seu “dono” transformava sua vida em uma verdadeira via crucis, como veremos a seguir. O Negro, diante de tanta dor e sofrimento, preferia “cometer heresias”, para ser castigado pela inquisição, pois nela, os castigos seriam mais brandos ou a morte na fogueira encurtaria seu sofrimento.

2.9.1- POR QUE O NEGRO FOI TÃO MALTRATADO?

“São mulheres desgraçadas, como Agar o foi também, que sedentas, alquebradas, de longe bem longe vem! Trazendo, com túbios passos, filhos e algemas nos braços, n’alma lágrimas e fel”; O Navio Negreiro, Castro Alves.

Quando se quer justificar ou autenticar um ato, mesmo o mais vil, sempre se encontra uma desculpa, por mais ignóbil que seja e nada se modificou quanto as utilizadas para justificar o porquê, de a escravidão Negra ter sido tão cruel.

Cada participante deste “comércio”, buscava justificativas próprias, as quais, na verdade, não justificavam nada.

Os historiadores europeus, afirmavam que o continente africano em nada contribuiu para a evolução da civilização, como veremos nas citações de filósofos importantes, a seguir.

David Hume, suspeitava que os Negros, como em geral todas as outras espécies de seres humanos, seriam naturalmente inferiores aos brancos....

“Os olhos redondos, o nariz achatado, os lábios sempre grossos...e mesmo a sua capacidade mental, estabelecem uma prodigiosa diferença entre eles e as outras espécies de seres humanos”, afirma Voltaire.

Para Immanuel Kant, os Negros africanos não receberam da natureza qualquer inteligência que os coloque acima da tolice...

E por último, citamos George Hegel, um dos principais formadores da ideologia racista, que afirma que a África não merecia atenção do ocidente, por ser um continente sem qualquer contribuição significativa para a história da humanidade.

Outros justificavam seu menosprezo pelos Negros, fazendo uma analogia da cor de sua pele, com o que a cor preta significava na vida das pessoas. A cor preta, sempre teve uma conotação negativa e significava o lado ruim, o lado obscuro dos fatos e dos acontecimentos. Enquanto o branco significava inocência, pureza, santidade, a cor preta significava infortúnio, tristeza, maldade, impureza. Na Bíblia, os bons eram os filhos da “luz” e os maus os filhos das trevas.

As obras de arte medievais, sempre retratavam as figuras divinas com a pele clara dos europeus, e as que retratavam o mal, com traços que lembravam o povo africano.

Mesmo Platão, quando criou a alegoria sobre a evolução da alma, comparando-a a uma carruagem puxada por dois cavalos, o branco era o nosso lado bom e o preto, o nosso lado ruim e a evolução da alma, dependia do cocheiro (nossa inteligência), em fazer com que o cavalo branco se sobrepusesse ao preto.

Já, a Igreja utilizava como desculpa a “maldição de Cam”, passagem bíblica de gêneses (Gên. 9, 18-26), em que Noé, após embriagar-se e dormir nu, amaldiçoou sem filho Cam, por ele ter lhe visto assim e em vez de o cobrir, contou para seus irmãos. A maldição de Noé não recaía somente sobre seu filho, mas também sobre seu neto, filho de Cam, Canaã: “maldito seja Canaã, que se torne o último dos escravos de seus irmãos”. Pela tradição, Cam e sua família teriam migrado para a África, onde se tornariam escravos até o fim dos tempos. Esta passagem deixa claro, mais uma vez, a relação da cor preta, com o lado ruim das coisas, pois Cam e Canaã, representariam o lado “ruim” do povo de Israel.

Enfim, todas as desculpas para escravizar o Negro eram bem aceitas. Juntava-se a vontade da Igreja em “salvar” suas almas imortais, ao desejo dos comerciantes em “escravizar” seus corpos vis, resultando em uma fórmula capaz de justificar os tantos horrores aos quais o Negro foi submetido.

2.9.2- DO INTERIOR AO LITORAL.

***“Um dia, os homens brancos chegaram em navios com asas que brilhavam como facas ao sol. Travaram batalhas com Angola e cuspiram-lhe fogo. Conquistaram as suas salinas e o angola fugiu para o interior”.
Tradição oral do povo pende.***

Em suas primeiras viagens em busca de escravos, os navios portugueses atacaram as aldeias litorâneas, travando duras batalhas e aprisionando seus moradores⁷. Este fato determinou que os Negros se

⁷ Essas foram as únicas batalhas praticadas pelos portugueses na África. Após o povo litorâneo se refugiar no interior, ficou mais prático para os comerciantes negreiros, comprar em vez de capturar.

refugiassem no interior do continente, o que dificultava a ação dos negreiros e favorecia a sua defesa.

Ao conquistar pontos no litoral, os traficantes logo descobriram o comércio interno de escravos e se deram conta de que era mais prático e mais barato, negociar, do que guerrear.

Com o aumento do comércio de escravos, cada vez mais os Negros se embrenhavam na floresta, o que acabou criando um especial e organizado método de comércio, que propiciava, ao comprador, as facilidades de aquisição de sua “mercadoria” preferida.

Os Negros capturados no interior, eram “armazenados” em locais chamados de *Kitanda ou pumbo*⁸, junto com as demais mercadorias ali negociadas.

Os mercadores, “adquiriam” os escravos e demais mercadorias e formavam o que se chamou de *libambos*, que nada mais era do que uma longa fila de Negros, unidos uns aos outros por correntes, atadas em pés trocados (direito de um, esquerdo do outro), o que permitia um avanço em redor de apenas trinta quilômetros por dia. Além desta condição de locomoção, cada escravo carregava em sua cabeça, em média, trinta quilos de outras mercadorias compradas pelos mercadores.

Com o tempo, este meio de comércio chegou a ingressar 800 quilômetros no continente africano, podendo então, a viagem durar até 3 meses e em consequência, o índice de morte de escravos no trajeto era muito alto. De cada dois escravos comprados no interior, um morria no percurso até o litoral.

⁸Kitanda ou pumbo: de onde se origina o nome “quitanda” para os comércios que vendem vários tipos de mercadoria.

2.9.3- A ESPERA NO LITORAL.

“Lá, nas areias infindas, das palmeiras do paiz, nasceram creanças lindas, viveram moças gentis... Passa um dia a caravana, quando a virgem na cabana, scisma da noite nos véus... Adeus, ó choça do monte, adeus, palmeiras da fonte, adeus, amores, adeus”. Navio Negreiro, Castro Alves.

Uma vez chegado ao litoral, o escravo passaria por um período de espera, até que uma “carga” se completasse. Esta espera podia durar até cinco meses, sendo que neste período, ficava sobre a custódia do comprador, o qual o “alugava” para serviços nas redondezas.

Neste espaço de tempo, poderia ocorrer uma “perda” de até 7% dos cativos, quer por fuga, quer por doenças, por isso, para os navios, o ideal seria, chegar, completar a “carga” e zarpar. Quem tinha mais dinheiro, pagava mais e completava sua carga mais rápido.

Nada mais era fácil para a vida do Negro, após ser escravizado. Nesta espera, ficavam “armazenados” em barracões imundos, escuros, sem ventilação, com janelas a aproximadamente 3 metros de altura, para evitar a fuga, o que permitia que apenas réstias de sol entrassem.

Cada barracão “acomodava” entre 150 e 200 Negros, acorrentados entre si, misturados com porcos, cabritos e outros animais domésticos. Cada Negro dispunha de 2 metros quadrados para se acomodar, o que lhes permitia no máximo, esticarem as pernas. Comiam feijão, farinha de mandioca e um pouco de charque ou peixe seco.

Faziam suas necessidades fisiológicas no próprio local, o que determinava um fedor tão intenso, que quem ali entrasse, sentiria náuseas ou até mesmo, vomitava. Estavam seminus, dormiam no chão, e eram tratados como “gado”. As 10 horas saiam para tomar banho no mar. No

dia do embarque, se vestiam com tangas ou camisolas de tecido cru e eram “batizados” antes de subirem ao navio.

2.9.4 A “MARCAÇÃO”.

“...o desejo de salvar suas almas imortais, associado ao anseio de escravizar seus corpos vis”. Charles Boxer, sobre as desculpas para a escravidão.

Tratado como mera mercadoria, ou como vimos e veremos, como “gado”, o Negro recebia quatro ou mais marcas em seu corpo, afixadas com ferro em brasa. Os que vinham do interior, já chegavam com a marca do comerciante que o enviou para o litoral. Após seu novo “dono” pagar todas as taxas à coroa portuguesa, era-lhes aplicada, no peito direito, o selo da mesma. A terceira marca, era uma cruz, que significava que este escravo estava “batizado”. E a última em solo africano, aplicada sobre o peito ou nos braços, era o nome do traficante que o estava “despachando”.

De cada novo dono, o Negro poderia receber uma nova marca e se fosse “dado” a fugir, recebia a marca com a letra F, de fujão, em uma das faces.

O trabalho de “marcação”, chamava-se *carimbar* e era executado por um funcionário do governo conhecido por “marcador de Negros”, o qual por sua vez, era supervisionado por outro funcionário chamado de “capitão das marcas”.

O “ritual” de marcação era assustador até para quem o assistia. O marcador de Negros colocava o carimbo de metal na brasa, até o mesmo ficar incandescente. Vários assistentes do marcador, “dominavam” o Negro a ser marcado. No local da marca, era passada uma cera e

recoberto por um papel lubrificado com óleo, para evitar que a pele se aderisse ao carimbo. A dor era intensa e o Negro “em marcação”, urrava e se debatia. Com o passar dos dias, a marca ia se tornando visível. Enfim, os escravos estavam “aptos” a serem embarcados.

Nestes locais de embarque, hoje erguem-se memoriais (portais) da UNESCO, chamados de “*Portas do Não Retorno*”.

2.9.5- A VIAJEM.

“Aquele barco[...], pelo intolerável fedor, pela escassez de espaço, pelos gritos contínuos e pelas infinitas misérias de tantos infelizes, parecia um inferno”. Sorrento, frei capuchinho.

O simples fato de entrar em um navio, algo desconhecido e monstruoso, já era por si só aterrador, agora podemos imaginar o seu grau de terror, se a esse momento, somarmos a sua viagem até o litoral, a sua permanência no litoral a espera deste embarque e a marcação.

O embarque era, portanto, um momento tenso extremamente vigiado, pois ali ocorria a maioria das tentativas de fuga. Por isso o Negro era conduzido acorrentado e era vigiado por um grande número de pessoas, contratados especialmente para este serviço, entre os quais se incluía outros escravos à espera do embarque.

Até o navio atingir o alto mar, o risco de fuga ainda era grande, por isso estes navios eram equipados com um grande número de artefatos de contenção, como correntes com cadeado, tornozeleiras e colares de ferro e o mais temido era o “bacalhau”, um pequeno chicote de couro, tendo nós ou lâminas de metal nas pontas, capaz de cortar facilmente a pele do Negro.

Os Negros eram logo transferidos para os porões, ficando os homens na parte traseira e as mulheres na dianteira⁹, mais próximas da tripulação, pois seriam usadas como concubinas pelos tripulantes, durante a viagem.

Estes compartimentos eram minúsculos, insalubres, sem ventilação e sem iluminação. O espaço era tão exíguo, que foi assim descrito pelo abolicionista britânico Thomas Clarkson: “acorrentados aos pares, perna direita, com perna esquerda e mão direita com mão esquerda, cada escravo tinha menor espaço do que um homem dentro de um caixão”.

Sendo impossível chegar aos tonéis que lhes serviam de latrina, os escravos faziam suas necessidades ali onde estavam, o que, com o passar do tempo, transformava o ambiente em um lugar fétido e irrespirável, como registra o frei Sorento, em 1649: “aquele barco [...], pelo intolerável fedor, pela escassez de espaço, pelos gritos contínuos e pelas infinitas misérias de tantos infelizes, parecia um inferno. [...] Esta é a navegação mais dolorosa que existe em todo o mundo”.

Diante do descrito, fica fácil deduzir o porquê de tantas mortes durante o trajeto. Calcula-se que, 1,8 milhões de Negros morreram em 350 anos de tráfico, fato que levou os navios negreiros a serem chamados de “navios tumbeiros”.

Os corpos dos negros eram jogados ao mar, e como o número era grande, os tubarões começaram a seguir estes navios, mudando por completo a sua rota normal de migração, pois para eles, seguir os navios significava “alimentação” farta e garantida¹⁰.

⁹ As escravas passavam a ser “damas de companhia” dos tripulantes, os quais escolhiam a sua, por ordem de hierarquia, sendo que muitos Negros eram estuprados.

¹⁰ Às vezes, os corpos nem atingiam o mar e eram devorados pelos tubarões.

2.9.6- A CHEGADA.

“Os navios negreiros que chegavam ao Brasil, são um retrato terrível das misérias humanas [...] Suas faces melancólicas e seus corpos nus e esquelídidos são o suficiente para encher de horror [...] enquanto caminhavam até o depósito, onde ficarão expostos para a venda, mais parecem esqueletos ambulantes, em especial, as crianças...” James Anderson, cônsul inglês no Rio de Janeiro.

Os escravos começavam a ser “preparados” para o desembarque, vários dias antes da provável chegada. Era-lhes retirada as correntes, as feridas tratadas, eram higienizados, cabelos e barbas cortadas, cabelos brancos arrancados ou pintados e próximo da chegada, seus corpos eram untados com óleo de dendê, para que, brilhosos, parecessem bem hidratados.

Todo esse preparo se justificava pelo passo seguinte que era a venda do “negro”, pois pela sua aparência era estabelecido o seu “preço”. Os comerciantes de escravos criaram técnicas para transformar o Negro, maltratado pela viagem, em “mercadorias atraentes”.

A venda era feita em leilões na maioria das vezes. Os Negros eram escolhidos de acordo com o sexo, idade, porte físico e condições de saúde, sendo os mais “valiosos”, os do sexo masculino, entre 10 e 14 anos. Um Negro entre 15 e 25 anos, forte e sem defeitos físicos, era chamado de “peça da Índia” ou seja, “mercadoria padrão” e referência para o valor de compra dos demais escravos. Muitas vezes eram vendidos em “lotes”, como hoje se arremata gado em leilões.

Existia também um mercado secundário de escravos, onde, pessoas de menores posses, compravam os Negros doentes ou em mau estado de

nutrição, os tratavam e os recuperavam, para posteriormente revende-los por um preço melhor.

Na vida do Negro escravizado, desde o interior do continente africano, até a chegada ao destino final, estes eram os poucos momentos existentes na pausa de seu sofrimento, pois logo em seguida, seu martírio recomeçava.

2.9.7- A “DOMA”.

“A trégua acabou. O Negro foi entregue ao seu novo dono e todo o seu sofrimento recomeça”.

A chegada do Negro na fazenda era considerada a hora certa para “temperá-lo”¹¹, ou seja, aplicar-lhe uma série de castigos para que logo compreende-se quem seria o dono de seu destino a partir de então. No Brasil, o costume era aplicar-lhe uma grande surra. Muitos Negros eram estuprados por seus novos donos, logo em sua chegada, costume esse, também adotado por parte do clero.

2.9.8- O SOFRIMENTO CONTINUA.

“Pergunto eu agora, aos senhores do Brasil, se é castigo racionalável queimar ou atazanar (que tão ímpio e cruel é este gênero de castigo) com lacre os servos; cortar-lhes as orelhas e os narizes; marca-los no peito e ainda na cara; abrasar-lhes os beijos e as bocas com tições ardentes?” Padre Jorge Benci.

¹¹ O termo doma foi utilizado por mim, uma vez que o Negro era considerado um “animal” selvagem.

Infrações mínimas, eram castigadas de maneira desproporcional, como vários relatos citados. O relato: “Tive, por mais que chocasse, de presenciar a transformação de um homem em carne de boi salgada”, demonstra a desproporção do castigo aplicado.

Existiam vários tipos de castigos, mas todos eles capazes de determinar grandes danos físicos ao castigado. Podemos assim citar, os instrumentos de captura e contensão como, correntes e colares de ferro, algemas, machos e peias (que prendiam um dos braços ou um dos pés, tronco (semelhante ao usado em junta de bois), vira mundo (tronco de ferro, o qual o Negro tinha que carregar), máscara de Flanders¹², e o cepo (tronco pesado de madeira, o qual o Negro tinha que carregar para se locomover).

Vários eram os instrumentos de castigo, como o “anjinho”, de origem medieval, era formado por dois anéis com capacidade de torniquete, que era introduzido nos dedos e sucessivamente apertados, que além da dor, poderia quebrar os ossos. (Utilizado como meio de tortura, buscando uma confissão).

Mas o método mais comum de castigo, era a surra, aplicada de várias maneiras, mas o instrumento mais usado era a palmatória ou “bacalhau”, chicote de cabo de ouro ou madeira, com cinco cordas de couro, tendo nós ou metais nas pontas, capazes de cortar a pele do Negro (o mesmo utilizado nos navios).

O Negro fujão, além de marcado com a letra F em uma das faces, passava a usar o “libambo”, que constava de um anel de ferro colocado

¹² Máscara de ferro que cobria o nariz e a boca, impedindo o escravo de chupar cana de açúcar ou comer açúcar. Foto na contracapa.

no pescoço, com duas hastes longas laterais no sentido vertical, com chocalhos nas pontas (como um boi de fujão).

O castigo em demasia era contestado por alguns, entre eles padres, mas não no sentido do mal que se possa estar causando a um ser humano e sim, no sentido do risco em se perder o “bem” adquirido, caso este viesse a morrer. (Era o “castigar com amor”).

Por exemplo, o padre Jorge Benci, o mesmo citado anteriormente, recomendava que o número de chibatadas, não ultrapassem de 40 por dia, pois poderia comprometer a saúde do Negro, diminuindo sua capacidade laboral. Caso ele merecesse mais, que o castigo se repetisse por tantos dias mais, quanto fossem necessários.

Além dos sofrimentos físicos a eles aplicados, os Negros eram ainda submetidos ao abuso psicológico, sexual e emocional. Sempre foram considerados seres inferiores e incapazes e por isso submetidos as maiores humilhações. Se Negros eram abusados sexualmente, as Negras eram submetidas a esses abusos com maior frequência, sendo que ao patrão, era dada a liberdade de se “deitar” com a escrava que escolhesse. Mas talvez, o maior sofrimento infligido ao Negro, tenha sido o emocional, pois, ao ser arrancado de sua terra natal e separado de sua família, em um dos vários pontos de seu comércio (às vezes a família permanecia junto até a venda), sua “morte social” foi determinada.

2.9.9- OS CAMPOS DE “PROCRIAÇÃO”.

“Não houve na história da humanidade, nenhuma raça tão humilhada, desprezada e maltratada como a raça Negra”.

Tão aviltante e vergonhosa foi esta atitude dos escravagistas, que os historiadores pouco comentam sobre a sua existência, talvez por vergonha, talvez por hipocrisia, mas o certo é que, muitas vezes, o que é vergonhoso, não é conveniente recordar. Muito melhor manter, se não no esquecimento, pelo menos no anonimato.

Mas na verdade eles existiram e não passavam de locais de procriação como os dos demais animais domésticos. Escravos e escravas eram colocados em locais reservados para isso, com a função única de “procriar”. Assim, com a reprodução sistemática de cativos, o lucro com a venda era muito maior, pois ali eram “criados” escravos de “alta qualidade”, o que valorizava muito o “produto”¹³.

Por seu caráter repulsivo, são poucos os relatos destes locais, isto não quer dizer que não possam ter existido outros. Os registros mostram a existência destes campos em Portugal, Espanha e nos Estados Unidos. Em Portugal, havia um no palácio de Ducal de Vila Viçosa, sede dos Duques de Bragança, futuros reis do país.

A indignação com tal atitude fica muito bem expressada na observação do italiano Giambattista Venturino: “aqui, os Negros são tratados como as manadas de cavalos na Itália”.

2.10- A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA ESCRAVIDÃO.

“Bem-aventurados vós, se soubéreis conhecer a forma de vosso estado, e com a conformidade e imitação de tão alta e divina semelhança, aproveitar e santificar o trabalho. [...] Em um engenho, sois imitadores de Cristo Crucificado [...] porque padeceis de um modo muito semelhante ao que o

¹³ Cada criança Negra era vendida a um valor entre 30 e 40 escudos.

mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão”. Sermão do padre Antonio Vieira aos escravos.

Pelas várias passagens já descritas, fica inquestionável a participação da Igreja no comércio escravagista, essa mancha histórica da humanidade. Quer passivamente, com a promulgação das bulas papais permitindo o comércio, quer ativamente usando, comprando e vendendo escravos.

O fragmento do sermão acima mostra a contradição com que o Negro era tratado pela Igreja, tentava justificar o seu sofrimento à semelhança ao de Cristo, mas o explorava e lhe aplicava castigos. Na Verdade, o que ela queria era que o Negro escravo apenas aceitasse sua condição de escravo.

Tendo em vista a negação da Igreja em ter participado da escravidão, se torna importante ressaltarmos mais a sua atividade neste **negro** período.

2.10.1- ALGUNS PINÇAMENTOS ISOLADOS.

“[...] e o castigo não se deve ministrar com cólera e furor, se não com brandura e caridade [...] Padre Manuel Ribeiro Rocha.

- O primeiro leilão de Negros ocorreu em Lagos, Algarves, sul de Portugal em 08/08/1444, quando 235 Negros foram vendidos, sendo que 4 foram doados para igrejas e monastérios, e um logo foi vendido, porque o padre precisava comprar ornamentos novos para o altar. Este fato está registrado, porque no local, estava presente Gomes Eames de Azurara, cronista real e filho de padre, que tudo anotou.

- A Igreja apoiava a escravidão dando como desculpa que, o suplício aplicado ao Negro, era uma oportunidade de salvar-lhes a alma (do mesmo Azurara).

- O jesuíta Jorge Benci, escreveu em 1705, *Economia cristã dos Senhores no governo dos escravos*, livro que o tornou o principal ideólogo da escravidão.

- O bispo de Algarves, dom Rodrigo Dias, era proprietário de um navio, e, ao ver o lucro do primeiro leilão, resolveu entrar no comércio negreiro. Seu navio naufragou perto de Cabo Verde (castigo de Deus?).

- No Congo, bispos, padres e cônegos, recebiam seus “salários” e doações, em zimbos¹⁴, que eram trocados por escravos a serem vendidos depois. A Casa de Misericórdia de Angola recebia um pagamento anual de 2 mil zimbos de cada casal de nativos, na ilha de Luanda.

2.10.2- OS JESUÍTAS.

“Aqui se pode encontrar todos os escravos de que se precise; e eles custam praticamente nada”. Do padre Simão, chefe da missão jesuíta para a África, por ordem do rei de Portugal”.

A colocação acima não deixa a menor dúvida sobre a atuação da Igreja na escravidão.

No Brasil, os jesuítas, além de participarem do comércio negreiro e se usarem dos serviços escravos, tornaram cativos os índios, os quais eram “alugados” como operários nas construções civil das cidades em desenvolvimento, como está registrado nos arquivos da construção da Fonte da Carioca e dos Arcos Velhos, RJ, quando a empresa construtora

¹⁴ Zimbos: concha de um molusco, que servia de moeda entre os congueses.

justifica o atraso nas obras, devido ao alto custo do aluguel da mão de obra indígena pelos jesuítas.

Os jesuítas criaram um sistema de “aldeamento”, que visava a mistura e a transferência de diferentes povos indígenas, mas controlados por eles nas “missões”.

Com a desculpa de educar e evangelizar os índios, eles os utilizavam como mão de obra barata em suas vastas propriedades, doadas pela coroa portuguesa. Suas fazendas espalhadas por todo o Brasil, se transformariam nas mais rentáveis nos séculos seguintes, sempre tocadas, primeiro pelos índios e depois pelos escravos.

Vale aqui um adendo sobre a escravidão de índios. Os bandeirantes reconhecidos pelas suas “bandeiras”, que determinaram a ampliação de nossas fronteiras, também escravizavam índios. As bandeiras de Raposo Tavares aprisionaram, entre 1628 e 1630, entre 40 a 60 mil índios Guaranis, invadindo inclusive, os índios aldeados nas missões.

Além dos jesuítas, as ordens carmelitas e beneditinos, eram donas das maiores fazendas açucareiras da região nordeste, todas tocadas por escravos.

2.10.3- A IGREJA NO TRÁFICO DE ESCRAVOS.

“Até os padres e missionários se mostravam mais interessados em traficar escravos, do que em evangelizar”.

O superior dos jesuítas, Jorge Vaz, era um conhecido traficante de escravos. Muitos membros do clero se deixaram envolver pelo clima de abuso de poder e acabaram se desvirtuando, conforme frequentes reclames enviados ao rei de Portugal, como no caso de que um padre havia

enchido sua casa de “putas” e engravidado uma professora da escola, fato este que determinou com a saída de um grande número de alunos.

Vale a pena repetir a fala do padre Antonio Vieira, em 1648: “*Sem Angola não há Negros, e sem negros, não há Pernambuco*”, pois ela deixa clara qual era a visão da Igreja sobre a escravidão. A bibliografia base está repleta relatos que certificam a atividade escravagista da Igreja, tanto como usuária, quanto como traficante.

2.10.4- O BATISMO E O SEU PREÇO.

“A partir de agora, vocês já são filhos de Deus”. Final da cerimônia do batismo.

Ser batizado, era um pré-requisito para o embarque do Negro para a sua derradeira viagem. O batismo constava de três fases, pagamento dos honorários dos padres, a cerimônia em si e a marcação com a cruz em brasa. Para os comerciantes, era importante batizar o Negro, pois na condição de “batizado”, valia mais na hora da venda.

Pelo relatório de gastos do capitão de um navio, podemos pensar que era cobrado caro pelo batismo. Ele declara o gasto de 7.500 réis pelo batismo de cinco Negros, o que equivalia quase que o dobro dos gastos com refeições e mais de três vezes os gastos com despesas médicas e com remédios.

A cerimônia se realizava da seguinte forma: um ou mais Negros eram colocados à frete do padre, o qual ia dizendo em voz alta o novo nome do Negro, e lhe entregava um papel com este nome escrito, colocava sal embaixo de suas línguas e os aspergia com água benta e um

intérprete Negro lhes comunicava: “a partir de agora, vocês são filhos de Deus”.

Na sequência, o negro era “marcado” a ferro quente com a cruz e o padre entregava ao capitão um bilhete, que era o “certificado de batismo”.

2.10.5- O PREÇO DE UMA VIAGEM.

O preço para que um padre acompanhasse uma viagem era de 450 réis, preço considerado alto pelos traficantes, por isso, mesmo que a Igreja tenha tentado impor a presença de um capelão nos navios, seu intento não foi alcançado e muitas viagens seguiram sem a presença de um padre.

2.10.6- A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO ESCRAVO PARA AS FINANÇAS DAS DIOCESES.

“Os brancos só servem para determinar aos escravos, o que hão de fazer”.

Dom Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo de Salvador.

Com o valor arrecado com as inúmeras taxas cobradas e com o dízimo exigido, as dioceses conseguiam se manter em um padrão financeiro bem elevado, o que ressalta a importância deste comércio para a Igreja.

Em Luanda, em 1748, o salário anual de um catequizador de Negros era de 60 mil réis, o equivalente ao preço de um Negro de “primeira qualidade”. Quando ocorreu o fim do comércio negreiro, a maioria destas dioceses passaram a ter sérias dificuldades financeiras.

O bispo do Congo e de Angola, recebia um salário anual de 600 mil réis, pago pela cora portuguesa, pagamento esse que tinha o objetivo de que o mesmo, permitisse o tráfico de escravos pelos portugueses.

O colégio jesuíta de Luanda, “abastecia” com escravos seus colégios em Salvador e Olinda, que os revendia.

Estes mesmo jesuítas, no início do século XVII, vendiam escravos para Cartagena das Índias.

É importante ressaltar que este era um negócio extremamente lucrativo para a Igreja, uma vez que, a mesma estava isenta dos impostos e taxas alfandegárias cobrados pela coroa portuguesa.

2.10.7- “ESCOLAS” PARA NEGROS.

“O Negro vivia entre a cruz e o chicote”

Em Ribeira Grande, no Cabo Verde, missionários ganhavam dinheiro “educando” Negros, ou melhor, compravam escravos incultos chamados de “boçais”, que não eram nem cristãos e nem portugueses, e os transformavam em “ladinos”, ao batizá-los e lhes oferecer uma alfabetização mínima, onde adquiriam o conhecimento de algumas palavras em português. O escravo “ladino”, valia muito mais na hora da venda.

Assim, ao transformar negros boçais em ladinos, a Igreja conseguia uma grande diferença de valores entre a compra e a venda, o que se revertia obviamente, em grandes lucros.

2.10.8- AS POSSES DA IGREJA NO BRASIL.

“Nunca consideramos este tráfico ilícito. Na América, todo escrúpulo é fora de propósito”. Luiz Brandão, reitor do colégio jesuíta de Luanda, justificando o envolvimento da ordem no tráfico negroiro, no Brasil.

O objetivo de listar parte dos bens da Igreja no Brasil, é reforçar a participação da Igreja na escravidão, uma vez que aqui, os bens foram adquiridos a partir dessa prática nefasta. O crescimento da instituição nas américas se deu por ação local, com pouca ou nenhuma ajuda de Roma, o que acontece até hoje, uma vez que as paróquias sustentam a diocese e a diocese envia dinheiro para Roma. A atuação da Igreja na escravidão tinha então, o claro objetivo de obter lucros financeiros e não o de “evangelizar” negros e índios.

O Negro foi utilizado como escravo sem disfarces, desde o início da escravidão. Já os Índios, reunidos em missões, eram escravizados sob a desculpa de sua “evangelização”. Os Índios tanto eram usados como escravos, como “alugados” para realizarem serviços para terceiros.

Os bens da Igreja eram de grande monta, e existiam em todo o território brasileiro. Para exemplificar, no Nordeste, além dos jesuítas, padres carmelitas e beneditinos eram donos de algumas das maiores fazendas de açúcar, todas elas tocadas por um numeroso plantel de escravos. Nos conventos das ordens femininas, clarissas, ursulinas, confeccionistas e carmelitas descalças, todos os serviços eram prestados por escravos.

Portanto, esses dados corroboram a participação da Igreja na escravidão, dela se utilizando para aumentar suas posses e seu poder.

2.11- O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E A ABOLIÇÃO.

Em 1738, o movimento abolicionista estava em sua fase inicial, mas, os pensadores iluministas já se manifestavam contra esse modo de agir. Como um dos itens do lema do Iluminismo era “liberdade”, seus adeptos começaram a rejeitar e a condenar a escravidão. Todo o abuso de poder era condenado por ele. Com certeza, não podemos nominar o movimento abolicionista como um motivo preponderante na ruptura da Igreja com a Maçonaria, mas com certeza esta oposição aos ganhos financeiros da Igreja com o tráfico de escravos, já começava a ocupar um espaço importante no ideário persecutório da Igreja, transformando-o em mais um de seus supostos inimigos.

Mesmo com a condenação da maçonaria a perseguição intensa aos pensamentos iluministas, a abolição da escravatura só veio a ocorrer mais de um século depois, mostrando que a luta não foi em vão.

Vale apenas ressaltarmos que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e que a Igreja mantinha escravos até março de 1887, ou seja, até catorze meses antes da Lei Áurea.

A lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888, sob o número 3.353 e é considerada a lei mais breve da história do Brasil, contendo apenas dois artigos: 1º: é declarada extinta desde a data desta lei, a escravidão no Brasil. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Apesar de não fazer parte do objetivo deste livro, gostaria de deixar um questionamento sobre a “liberdade” dada ao Negro. Os Senhores, donos de escravos que não eram abolicionistas, libertaram seus escravos e os deixaram na rua, transformando-os em pessoas sem teto. Abandonados ao léu, passaram a ser chamados de preguiçosos, bandidos e perigosos, vivendo em guetos, na mais completa miséria e vigiados

pela polícia. É bem provável que este abandono seja a causa de tanta discriminação e de tanta diferença socioeconômica, observadas nos dias de hoje. O Negro escravo, jogado ao léu, teve que se fazer sozinho e lutar pelo seu reconhecimento como ser humano digno e de igual competência perante as demais cores, supostamente “superiores”.

Bibliografia utilizada neste subtítulo: Escravidão, Volume I, Do primeiro leilão de cativos em Portugal, até a morte de Zumbi dos Palmares, Laurentino Gomes.

2.12- MINHA HOMENAGEM AOS NEGROS.

“A cor da pele, não muda a cor do sangue”.

Peço a benevolência dos eventuais leitores da cor negra, por ter sido contundente no uso do termo **“Negro”**. Peço que não interpretem como ofensa, mas sim como uma referência respeitosa a sua cor e ao sofrimento a que sua raça foi submetida.

Vejam que sempre utilizei o termo com letra maiúscula, como um sinal de respeito. Não cabe aqui, a hipocrisia antiga e nem a atual, que simplesmente tenta esconder o racismo através da mudança de denominações. Ou seja, de nada vale eu vos chamar de “Afro Descendentes”, se não vos respeitar como seres humanos, igual a mim. O politicamente correto se utiliza da propaganda, mostrando uma vida “maravilhosa” dos Negros na televisão, enquanto, nas ruas, nos ônibus, nos shoppings, vocês continuam a serem tratados como “escravos” ou de “classe inferior”, sendo sempre vistos como “um elemento em atitude suspeita”. A

reedição da democracia racial, de Gilberto Freire¹⁵, não trará nenhum benefício para o dia a dia do Negro¹⁶.

¹⁵ Gilberto Freire, vindo dos Estados Unidos onde a luta de cor se dava através de combates violento, encontrou um Brasil onde esses fatos não aconteciam e achou que aqui não havia racismo. Foi necessária a formação de uma comissão estrangeira de estudo para ver que o Negro sofria racismo sim.

¹⁶ Temos um filho Negro, que adotamos antes de nos casarmos.

3

A HISTÓRIA DA IGREJA

“Uma das primeiras instituições persecutórias da modernidade”.

3.1- INTRODUÇÃO.

“Para ganhar dinheiro, o alto clero iludia a boa-fé dos cristãos, com a venda de relíquias”¹.

Tendo em vista que nosso objetivo é conhecer as instituições, Igreja e Maçonaria e principalmente, contextualizá-las no ano de 1738, quando a Igreja condena a maçonaria, é indispensável que se tenha, pelo menos, um conhecimento mínimo de ambas. Quem eram, suas importâncias no contexto socioeconômico e político, como agiam no período em questão.

Neste subtítulo, tentaremos traçar a trajetória da Igreja, desde o seu nascimento, até o ano de 1738. De seu sofrimento inicial até seu ingresso como religião oficial do Império Romano e na sequência, até a data em questão. Sua ascensão, poder, domínio pela força, luta para manter-se no poder e início do declínio desse poder.

A literatura por mim pesquisada, mostra de maneira inquestionável, que a Igreja se utilizou de todos os meios possíveis, na maioria das vezes ilícitos e contrários aos ensinamentos de Jesus, tanto para conquistar o poder, como para manter-se nele. Auto intitulando-se a “guardiã” da ética, da moral e do conhecimento, mentiu, inventando

¹ Simonia: compra ou venda ilícita de coisas, como indulgências, relíquias e sacramentos, ou temporais ligados a espiritualidade, como benefícios eclesiais)

heresias, perseguiu inimigos fictícios e condenou a prisão e a fogueira milhares de pessoas inocentes.

Para conseguir seus intentos, desenvolveu uma tática agressiva, na qual reconhecia como herege todo aquele que externasse um pensamento discordante do seu. Só aquilo por ela determinado, é que era tido como uma verdade. Suas regras e seus dogmas eram leis irrefutáveis e quem dela discordasse, era sumariamente condenado, sem direito a defesa. Aquele considerado como seu “inimigo” era perseguido e aniquilado, quer pelo uso de sua influência, quer através da inquisição.

As perseguições, a dor e o sofrimento dos primeiros cristãos, são agora utilizados e reproduzidos, pela própria Igreja, sem escrúpulos, contra raças e religiões para atingir o seu objetivo maior: o poder.

3.2- O CRISTIANISMO PRIMITIVO.

“Para o apóstolo Paulo, o dom de Deus não era privilégio de uma “raça” eleita”.

Este é o período mais conhecido da história da Igreja e também o mais difundido, pois foi nele que as bases de sua doutrina se alicerçaram e a estrutura administrativa se organizou.

Foi o período cristão marcado pelas perseguições, pela dor e pelo sofrimento. Período em que, o número de mártires se tornou incontável.

Mesmo neste período de instabilidade, as disputas internas, quer por poder, quer por divergências doutrinárias, deixaram marcas visíveis até hoje.

Apesar de tantos fatores contrários, o cristianismo não parou de se expandir, tornando-se, aos olhos do Império Romano, uma ameaça.

Quanto mais cristãos morriam, mais pagãos se convertiam, o que fez com que o Império os olhasse de uma maneira diferente e respeitosa, fato este que acabou culminando com a adoção do cristianismo como sua religião oficial.

3.2.1- COMO VIVIAM OS PRIMEIROS CRISTÃOS.

“O culto cristão era reservado aos iniciados, e por isso, considerado secreto”.

Os cristãos vivam nas cidades, como cidadãos comuns, mas em vez de seguir ritos e costumes locais, praticavam os seus costumes e seguiam o cristianismo. As reuniões se realizavam em uma casa emprestada. Já no final do século II, as comunidades compravam casas para a realização dos cultos e para a organização administrativa. Estes locais passaram a chamar-se de “casa da eclesia”.²

Tendo como tripé de sustentação de sua doutrina a unidade na fé, a unidade de culto e sacramentos, e a unidade nos serviços de caridade, traçaram um novo modo de viver, completamente diferente do habitual, o qual era voltado para o luxo, para os banquetes e para a esbórnica. Este novo modo de agir, provavelmente foi a causa dos atritos e das perseguições, pois ao criarem uma “nova moral”, automaticamente condenaram a antiga. A mesma situação e a mesma tática acabou sendo recriada pela Igreja, e por ela utilizada para combater falsos inimigos, como veremos logo a diante.

Era permitido: a prática de esportes para adolescentes e adultos, mas era proibido para moças a luta e as corridas, ir à escola, mas sem

² Eclesia: palavra grega que significa assembleia, que se passaria a abreviar por “igreja”.

praticar idolatrias e os pais eram incentivados a oferecer a educação religiosa para suas famílias.

Era proibido: o luxo, a ostentação de joias, banquetes, frequentar as termas romanas, locais de promiscuidade, espetáculos, jogos dos circos e exercer profissão que construísse ídolos pagãos.

Vale aqui, fazermos uma ressalva sobre as catacumbas, pois segundo Ney de Souza, (HDI,2020), elas nunca foram utilizadas pelos cristãos como refúgio ou local de cultos ou reuniões. Eram cemitérios subterrâneos e como tal, respeitados.

3.2.2- ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO DO CRISTIANISMO.

“Uma aliança que trará benefícios econômicos e políticos para a Igreja, mas que será instrumentalizada pelo império”.

Apesar da oposição do Império Romano e dos demais contrários, o cristianismo não sessa a sua expansão e no final do século III, ele já se faz presente em todo o território do Império e no início no século IV, nasce o que foi chamado de “cristianismo de massa”.

Para conseguir manter essa expansão de uma forma ordenada, se fez necessário montar uma estrutura organizacional, a qual acontece através da criação de cargos, nos mais variados graus, instituindo assim, uma hierarquia interna, que subsiste, quase que intacta, até o presente.

No final do século I, o bispo era a figura máxima e era escolhido pelo povo. Depois, pelo povo e pelo clero, mas sob a orientação do clero e a aprovação do Imperador. Pouco a pouco, porém, o clero vai se afastando dos fiéis, e a escolha deste cargo passou a ser exclusivamente

interna. Logo abaixo, vinham os presbíteros, que celebravam a eucaristia junto com o bispo e organizavam as paróquias.

Seguiam-nos, na hierarquia, os diáconos, com a função de organizar e distribuir as doações aos necessitados (viúvas, órfãos etc.).

Conforme as necessidades iam surgindo, outros cargos eram criados, como o de subdiáconos,ostiários, leitores, exorcistas, acólitos e coveiros, cargos estes denominados de secundários. Os cargos de sacristão e catequistas surgiram mais tarde.

Vale aqui ressaltar o cargo de “confessores”, o qual era dado a cristãos que haviam sobrevivido a torturas e perseguições.

Também foram criadas as ordens femininas, sendo as principais, as viúvas, as virgens e as diaconisas.

Ao final do século IV, o clero estava bem distante dos fiéis, a luta interna por cargos e funções já se fazia presente. O poder dos cargos e a cobiça por eles se tornou muito mais intensa após o cristianismo se tornar a religião oficial do Império Romano.

3.2.3- AS PERSEGUIÇÕES E MARTÍRIOS.

“Bem-aventurados os que são perseguidos, porque deles é o reino”.

(Mt5,11-12)

Os cultos dos cristãos eram reservados apenas aos “iniciados”, ou seja, aos catequizados e batizados³. Eles eram vistos como um grupo que praticava um “culto secreto”, levantando assim, suspeitas sobre seus objetivos, sendo esta, provavelmente, uma das principais causas das perseguições, junto com a sua condenação à moral pagã.

³ Ver batismo, adendo nº6

As perseguições aos cristãos ocorreram entre os anos de 64 e 313, entremeados de períodos de acalmia, na dependência do imperador no poder. Para o imperador Tertuliano, o cristão deveria ser punido, não por ser culpado, mas pelo simples fato de ser cristão⁴.

Essa tática de condenar pelo simples fato de pertencer a uma religião ou a uma ordem secreta, foi utilizada pela própria Igreja para perseguir, condenar e executar um sem número de “inimigos”, por ela inventados.

Os primeiros cristãos foram submetidos a todo o tipo de penalidades e torturas, sendo a mais conhecida e utilizada, a sua exposição ao ataque de feras selvagens nos estádios, para divertimento da corte e dos pagãos. Estes suplícios foram utilizados posteriormente pela Igreja, para perseguir e destruir seus “inimigos”.

3.2.4- AS ACUSAÇÕES AOS CRISTÃOS.

“Como ser cristão, em um mundo não cristão?”

As acusações contra os cristãos eram todas inventadas, uma vez que suas atitudes morais condenavam as condutas pagãs e, mesmo que eles se comportassem corretamente como no caso pagamento dos impostos, dos quais eram régios pagadores, eram acusados de maus cidadãos.

Por praticarem uma nova religião, eram considerados ateus, por viverem em comunidades exclusivas, de incestuosos. Também eram

⁴ Na inquisição, a Igreja agiu da mesma maneira, condenando, porque a simples suspeita, já era merecedora de castigo.

acusados de antropófagos⁵, sem a mínima comprovação. Por sua fé, eram considerados ignorantes, ateus e irracionais.

O que chama a atenção aqui, é que, como vimos no subtítulo da inquisição e como veremos a seguir, a Igreja aprendeu bem a lição e utilizou esse aprendizado, usando os mesmos métodos e as mesmas desculpas, para criar heresias, acusar, perseguir e eliminar aqueles que dela, por desventura, pensassem diferente e caíssem em suas garras.

3.3- A UNIÃO DA IGREJA COM O IMPÉRIO ROMANO.

“Não foi o império que se converteu ao cristianismo, ele fez suas, as novas estruturas estatais”.

3.3.1- INTRODUÇÃO.

Apesar de toda a perseguição, no final do século IV o cristianismo continuava a se expandir, ganhava novo sentido nas comunidades onde se instalava, e já possuía uma hierarquia de cargos formada. Estava assim, estruturado como instituição.

Com a conversão do imperador Constantino ao cristianismo e em seguida, a transformação do cristianismo na religião oficial do Império Romano, a história destas duas instituições mudam radicalmente, uma vez que, o poder temporal e o poder espiritual misturam intimamente seus destinos.

Historiadores questionam o que foi melhor para o cristianismo, essa aliança, ou a dor e o martírio das catacumbas. A Igreja passou, da humildade para os palácios, o que acarretou grandes prejuízos para a fé

⁵ Antropófago: humano que se alimenta de carne humana. Canibalismo.

cristã, sendo, essa, a provável causa dos grandes cismas, como foi a Reforma Protestante.

A sensação que fica é a de que não foi o Império Romano que se converteu ao cristianismo, e sim, que esse, o cristianismo, fez sua a estrutura estatal já existente, facilitando e perpetuando as antigas formas de domínio de classes. A Igreja estruturada, se utiliza do poder temporal, para impor o poder espiritual, ou seja, ao fazer parte do Império Romano, a Igreja ganha poder e visibilidade.

3.3.2- A OFICIALIZAÇÃO DA UNIÃO.

“De perseguida, a Igreja se torna privilegiada e detentora de muitos bens patrimoniais”.

Em 311, o imperador Dioclesiano publica o Édito de Galério, o qual proibia qualquer perseguição aos cristãos.

Em 313, o imperador Constantino converte-se ao cristianismo e promulga o Édito de Milão, concedendo liberdade de culto e igualdade de direitos aos cristãos e restituição de todos os bens anteriormente deles confiscados, reconhecendo também a jurisdição episcopal.

Em 380, o imperador Teodósio, através do Édito *cunctus populos*, instituiu o cristianismo como religião oficial do império.

Este édito incluía também, a condenação e perseguição aos pagãos, com interdição de seus cultos, fechamento de seus templos e confisco de seus bens, em uma ação exatamente igual à que a Igreja vinha sofrendo até então e que passaria a se utilizar no futuro. É a primeira concessão que a Igreja faz aos poderes absolutistas. Muitas outras

viriam, objetivando sempre, transformar-se na detentora de poder e de riqueza.

3.3.3- OS PATRIARCADOS, E A LUTA INTERNA PELO PODER.

“No percurso da história do cristianismo é possível verificar que o joio e o trigo estão sempre presentes”.

Se apesar das oposições, o cristianismo conseguia se expandir eficientemente com a utilização da estrutura imperial esta expansão ficou ainda mais fácil e rapidamente o Império inteiro era cristão, quer por conversão, quer por imposição.

Essa nova situação criou a necessidade de um novo arranjo administrativo. Em virtude do tamanho de sua área de abrangência, foram então criados cinco “patriarcados”, ou seja, cinco centros de “comando”, visando uma igualdade administrativa e litúrgica, bem como uma divisão de poder decisório igual para todos os cinco patriarcas.

Foram criados assim, o patriarcado de Roma, Constantinopla, Alexandria, Jerusalém e Antioquia.

A paz entre eles não foi duradoura, e o patriarcado de Roma, por estar junto a capital do Império e pelo apoio do Imperador Teodósio, que reconheceu o bispo de Roma como autoridade suprema de toda a cristandade, se achou no direito de exigir para si o comando de toda a instituição, submetendo os demais patriarcados sob suas ordens. Os patriarcas de Constantinopla e Alexandria não aceitaram o domínio de Roma e passaram a exigir o direito de participarem por igual, nas decisões da Igreja.

Como Roma se autoproclama representante de Cristo, os dois patriarcados bizantinos rompem com Roma. Várias tentativas de reconciliação foram feitas, mas não foi possível chegarem a uma concordância, ocasionando uma ruptura definitiva entre eles, nascendo assim a Igreja Ortodoxa Grega.

Este fato caracteriza a primeira grande cisão da Igreja e consolida a formação da Igreja Católica Apostólica Romana, tal qual a conhecemos hoje.

A Igreja se torna então, extremamente poderosa, sendo os bispos considerados superiores ao poder temporal, o que fortalecia a primazia da autoridade papal. Poder esse que subsistiu, mesmo após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476. Ela passa a influenciar a vida de todas as comunidades, interferindo na administração dos reinos e impedindo o desenvolvimento cultural e científico. Impõe leis, regras e dogmas e os faz cumprir, mesmo que para isso seja necessário o uso da força, passando, indiscutivelmente, de perseguida a perseguidora. O absolutismo passa a ser então o seu regime de governo.

3.3.4- A IGREJA ASSUME O PODER TEMPORAL – A FEUDALIZAÇÃO DA IGREJA.

“Para Deus, os fins não justificam os meios”

O Estado da Igreja foi criado no ano de 756, fazendo com que o poder temporal do papa aumentasse rapidamente. O papado justificava sua avidez pela posse territorial através de um documento **falso**, *Donatio Constantini*, segundo o qual, o imperador Constantino (312) teria

doado para a Igreja não só as terras da Itália, como as de todo o ocidente⁶.

A monarquia pontifícia se fortaleceu e para cobrir suas despesas, foi criado o *fisco pontifical*, espécie de tesouro da Igreja, centralizando nele todos os recursos arrecadados nas mais diversas fontes, como rendas proporcionadas pelas propriedades do papado, impostos pagos por estados que se reconheciam como vassalos da Santa Sé, óbulos de São Pedro⁷ e diversas taxas cobradas pelos serviços que prestava.

Sendo o poder do bispo de Roma, superior ao dos reis, o poder da Igreja só aumentou, criando com isso um constante conflito entre o poder temporal e o poder espiritual, porém não o suficiente para uma ruptura, pois sempre foi tentado delinear as competências de cada poder.

Aos poucos, estes poderes foram se confundindo, com a Igreja buscando chamar para si o comando do poder temporal, alegando sempre que o poder espiritual estava acima do poder temporal.

Ocorreu, na Idade Média, um fenômeno econômico chamado ruralização, criando o sistema de feudalismo⁸, obrigando a Igreja a sair dos palácios e ir para o campo⁹. A interferência dos senhores feudais na escolha dos abades provocou um desregramento do clero regular. Esse fato, porém, não trouxe maiores problemas uma vez que os bispos e

⁶ Esse documento foi utilizado várias vezes pela Igreja, para requerer essas terras juntos aos novos conquistadores da Itália.

⁷ Óbulo de São Pedro: segundo o Vaticano, é a ajuda econômica que os fiéis oferecem ao Santo Padre como sinal de adesão à solicitude do sucessor de Pedro, visando cobrir as "múltiplas carências da Igreja e para obras de caridade. É coletada no dia 29 de junho, dia de São Pedro e São Paulo.

⁸ Regime político-econômico onde o senhor feudal, o suserano e dono da terra, cedia parte dela ao vassalo, em um sistema de submissão.

⁹ O termo pagão vem do termo *paganus*, que significa camponês, o que paga. Em outro sentido, é aquele que não pertence a uma religião referenciada (ex. os não cristãos).

abades logo se transformaram em verdadeiros senhores feudais. Essa “feudalização” da Igreja trouxe enormes prejuízos à instituição religiosa, sendo o principal, o de desvia-la de seu principal serviço e missão, que era a evangelização e o profetismo, causa da cisma protestante no futuro.

Os membros da nobreza leiga eram incultos e somente parte do clero sabia ler e escrever, fato este que lhes trouxe grandes vantagens, permitindo que seus membros passassem a ocupar cargos de destaque na administração pública, nas funções notarias, como secretários e chanceleres.

Aos poucos, a Igreja aperfeiçoa sua estrutura como instituição religiosa, fato este que a nobreza por ser inculta, não conseguia imitar. Com isso ela conquista uma autoridade moral expressiva, passando a exercer influência na administração financeira dos principais principados medievais, o que demonstra o tamanho da importância por ela adquirida naquela sociedade e o tamanho alcançado pelo seu poder, passando a ser assim, a instituição medieval mais poderosa, capaz de competir com o poder dos reis e de determinar como a sociedade, as artes e as ciências deveriam se comportar, sendo esse o poder que ela vai tentar manter a todo custo, mesmo que para isso, tenha que se desviar dos ensinamentos de Jesus.

3.3.5- A DISPUTA ENTRE O PODER TEMPORAL E O PODER ESPIRITUAL.

“A sua liberdade e os numerosos favores do poder, dão à Igreja uma figura inteiramente nova”.

A união do Império com a Igreja, trouxe vantagens para os dois lados. Enquanto o temporal (Império), protegia o espiritual (Igreja), o espiritual legitimava o temporal e seu domínio sob opressão, promulgando bulas e emitindo concessões, as quais justificavam as ações abusivas das monarquias absolutistas.

O bispo de Roma, avalizado pelo Imperador Teodósio, passa a ser a figura mais importante da cristandade e aos poucos, começa a ter reservada para si, no ocidente, o título grego de “veneração” (*pappas*), provável origem do título atual de papa. O primeiro papa da Igreja foi Gregório Magno, empossado em 590.

O reconhecimento do bispo de Roma como autoridade suprema da cristandade pelo Imperador Teodósio, desencadeou dois movimentos internos na Igreja, o primeiro como vimos, a luta interna dos patriarcados e o segundo, a luta do patriarcado romano pelo poder total sobre a Igreja, e sobre o poder temporal.

Aproveitando-se da falência do poder imperial na Itália, o papa Gregório I, o Magno (590-604), assume o poder temporal, reúne os bens da Igreja e torna-se soberano da antiga Roma, desliga-se do Império Bizantino, conquista toda a Europa, formando o Sacro Império Romano Germânico, que durou até 1806.

O poder temporal tentava dominar o poder espiritual, sendo a nomeação do papa um privilégio do imperador. Porém, essa proteção prestada pelo Império impunha à Igreja um custo muito alto. Aos poucos, a Igreja foi se libertando do jugo imperial, chegando ao ponto de ela subjugar o poder temporal. Esta luta pelo poder e essa alternância do

domínio de um sobre o outro, foi a característica predominante até a modernidade¹⁰.

Como exemplo desta alternância de poder, citamos a nomeação do imperador alemão Oto I (962), pelo papa João XII. Uma vez no poder, o imperador assumiu o poder temporal e espiritual no Império Germânico. Esse domínio do imperador Oto I e de seus sucessores, levou a uma total desvirtuação do poder espiritual, com um distanciamento dos objetivos da Igreja de evangelização e vivência de fé, ocasionando uma decadência moral e religiosa, principalmente na Alemanha.

O clero alemão levava uma vida mundana, fora das regras da Igreja, os bens da Igreja e coisas religiosas eram negociados, o cargo de bispo podia ser comprado e imperava o nepotismo e o concubinato, sendo um mau exemplo para o clero no geral. Apesar de ainda não existir o celibato¹¹ como uma lei, ele era recomendado pela maioria dos líderes da Igreja.

Reformas foram feitas, mas as refregas entre esses poderes persistiam. O papa Gregório VIII (1703-1085), publicou em 1077 o *pictatus papae*, reorganizando a Igreja, mas também lhe dando autoridade absoluta sobre os dois poderes. O Imperador alemão Henrique IV não aceita as novas regras e depõe o papa. O papa por sua vez, depõe e excomunga o Imperador. Por pressão interna, o Imperador vai a Roma pedir perdão ao Papa, enquanto isso, na Alemanha era eleito um novo Imperador. Mero exemplo para se ter uma ideia de como esta luta era real, onde a palavra dada não tinha valor e a traição era o ato mais comum.

¹⁰ Ver Renascença e Iluminismo, subtítulos 4 e 5.

¹¹ Ver adendo nº 2: sobre o celibato.

Buscando no passado, veremos que a história da Igreja, após a sua adoção pelo Império Romano, nada mais é do que uma luta constante para conquistar o poder e uma vez conquistado, para se manter nele. Para alcançar seu intento, não mediu esforços e nem limitou suas ações ao domínio do justo e do correto. Com frequência fez uso do abuso de poder, inventou inimigos, os perseguiu, julgou sem provas e os condenou sem direito de defesa, como já vimos nos subtítulos 1 e 2.

3.3.6- OS GRANDES CISMAS – CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.

“A disputa pelo poder institucional e as discordâncias sobre a doutrina em si, determinaram grandes rupturas internas”.

3.3.6.1- RUPTURA ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE.

“O bispo de Roma é proclamado chefe da Igreja”.

Como vimos anteriormente, a ruptura entre o patriarcado de Roma e os patriarcados bizantinos, principalmente o de Constantinopla, pode ser considerado o primeiro cisma, com a formação da Igreja Ortodoxa Grega e a consolidação do patriarcado romano como o detentor do poder sobre a cristandade, nascendo aí, a instituição que hoje conhecemos como Igreja Católica Apostólica Romana.

A luta pelo poder pode ter sido a principal causa desta ruptura, mas não foi a única. A discordância sobre a base fundamental do dogma e da fé cristã, Jesus Cristo, foi outro fator importante. Enquanto Roma aceitava outros intermediários na busca de Deus (santos e Nossa Senhora), o Oriente afirmava que somente Cristo era este elo.

O presbítero Ário, de Alexandria, em 318, contesta a divindade de Cristo, pois houve um período em que ele não existiu, sendo, portanto, filho de Deus e não divino e o bispo de Constantinopla nega que Maria fosse a mãe de Deus, pois se Cristo não era divino, Maria não seria a mãe de Deus.

Várias fissuras ainda ocorreram e outras tantas tentativas de união foram feitas através de concílios convocados por imperadores, mas a reconciliação não foi possível, uma vez que, os imperadores sempre favoreciam Roma.

Discussões de dogmas e brigas pelo poder persistiram até que, em 1054, o bispo de Roma excomunga o de Constantinopla e este, por sua vez, excomunga o de Roma e a cisão foi consolidada de forma definitiva.

3.3.6.2- A REFORMA PROTESTANTE.

“Diferenças doutriniais, má conduta do clero e venda de indulgências determinam a nova divisão”.

O segundo grande cisma veio a ser a Reforma Protestante em 1517, tendo na figura de Martinho Lutero¹² seu grande idealizador.

Neste período, a maioria dos bispos viviam em uma situação não condizente com suas funções, onde existia uma total ausência de cuidados com os fiéis (*cura animarum*), ou seja, sem nenhuma ação pastoral, pois estavam ocupados nos setores mundanos da sociedade, atividades políticas e com o cuidado com suas “famílias”, no geral concubinas, com filhos, na maioria das vezes, ilegítimos. Eram verdadeiros príncipes

¹² Martinho Lutero: bacharel em estudos bíblicos em 1509, doutor em teologia em 1512 e cônego do convento de Witenberg.

feudais, membros da nobreza ou dela dependentes. Eles foram convertidos pelo feudalismo, em vez do contrário. Os bispos pertenciam a nobreza e muitas vezes seus títulos haviam sido comprados.

Lutero discordava da Igreja quanto ao motivo da salvação do cristão. Enquanto a Igreja pregava que a salvação viria pelas obras, Lutero acreditava que ela viria pela fé e pela graça e misericórdia divina.

Outro ponto de discordância era o fato de Lutero não aceitar Maria e os santos como mediadores com Deus, uma vez que ninguém podia falar com eles. Jesus Cristo é o único mediador. Também não aceitava a assunção, e a tinha como uma idolatria, não condizendo com os escritos bíblicos.

Porém, o grande ponto de discórdia e que realmente ocasionou a ruptura, foi a venda das indulgências¹³ pela Igreja.

“A alma do defunto seria libertada do purgatório, assim que a moeda oferecida para obter a indulgência tocasse o fundo da caixa de esmolas”, afirmava o frei dominicano Johannes Tetzel.

A venda de indulgências surgiu pela necessidade do cardeal Alberto em pagar suas dívidas contraídas para a realização de sua luxuosíssima pompa de posse. Esta prática se expandiu na Igreja com o objetivo de aumentar os ganhos financeiros, sendo logo adotada pelo papa Julio II, com o objetivo de arrecadar fundos para concluir a basílica de São Pedro. A venda de indulgências, logo se transformou em um grande negócio, o qual envolvia bispos, banqueiros, o papa e o próprio imperador.

¹³ Indulgência: remissão dos pecados, cuja culpa já havia sido perdoada pela Igreja. Muitas vezes, esse “perdão” ofertado era regamente “comprado”, desvirtuando por completo, o significado do ato em si.

Inconformado com todos estes descaminhos da Igreja, Lutero publica suas 95 teses, com a intenção de promover uma reforma na Igreja. É claro que sua intenção não vingou, mas foi aceita por toda uma ala descontente, surgindo assim, a Igreja Luterana (Protestante).

Vale ressaltar aqui, que nos dois episódios de cismas, o eixo romano não teve a menor preocupação com a perda de parte do seu clero e de muito de seus fiéis, mas sim, em manter o seu poder e seus dogmas. A Igreja, em momento algum, sequer pensou em rever seus preceitos e sua conduta, indiferente das consequências possíveis.

3.3.7- O CONCÍLIO DE TRENTO E O CONCÍLIO VATICANO I: CAUSAS E OBJETIVOS.

3.3.7.1- REFORMA CATÓLICA OU CONTRARREFORMA (CONCÍLIO DE TRENTO, 1545-1563).

“Teve como principal objetivo, combater a reforma protestante”.

Realizado sob imensas dificuldades devido a instabilidade política da época, se fundou basicamente em ratificar suas regras doutrinárias e contestar e condenar o pensamento luterano, em uma clara demonstração de antiprotestantismo.

A eficácia prática das mudanças estabelecidas foi mínima, principalmente pela falta de uma adequada preparação litúrgica do clero, que ao pertencer a nobreza, possuía uma baixa escolaridade e por se dedicar mais aos cuidados mundanos, se esqueceu do espiritual.

Nessa época, a modernidade estava sendo forjada, sem a presença da Igreja, a qual iniciou sua reação neste concílio. Em nome da unidade religiosa e da obediência ao papa, passou a reprimir qualquer mudança

que colocasse em risco seus domínios, passando a considerar a emancipação política, cultural, científica e religiosa do mundo “moderno”, apenas um somatório de erros que o envenenavam. No fundo, não era o medo do homem se afastar de Deus que preocupava a Igreja, e sim, o medo de perder seu poder e seus bens.

A condenação da modernidade pela Igreja foi ratificada em 1854, pelo papa Pio IX. Pela sua apologética, que incluía o Dogma da Imaculada Conceição, realçou a postura da Igreja em defender-se da modernidade e em afirmar sua identidade construída no Concílio de Trento.

3.3.7.2: CONCÍLIO VATICANO I (1869-1870).

“Teve como principal objetivo, combater a modernidade”.

Além de uma tentativa de apaziguar as contendas internas, este concílio se caracterizou em condenar tudo o que se referisse a modernidade, já em franco e inevitável desenvolvimento.

Dos assuntos internos, destaca-se a discussão sobre a infalibilidade papal, que se aprovada, dava ao papa a soberania total sobre a Igreja, e os bispos temiam perder alguns direitos adquiridos, ficando reduzidos a uma posição inferior diante do “pastor da Igreja”, em uma clara demonstração do que era a luta interna pelo poder. Se a infalibilidade papal fosse aprovada, os bispos chegariam a Roma como príncipes e retornariam às suas dioceses como funcionários de um monarca absoluto. Ao tornar-se “infalível”, o papa tomava para si todo o poder, tornando-se, como é hoje, o “monarca” da Igreja, a quem todos devem submissão. Muitos bispos não queriam perder seus poderes.

Quanto aos assuntos externos, ratificou a condenação dos protestantes, alegando que eles eram a fonte de todos os erros e de todos os males.

Porém, o grande alvo desse concílio foi a modernidade, esta sim, uma ameaça ao seu domínio, condenando tudo o que a ela se relacionasse.

A Igreja declara que as duas fontes do mal, são a liberdade de imprensa e o indiferentismo religioso. O primeiro, porque ao ler, pensar e refletir, o ser humano começava a pensar por si, não aceitando mais as imposições da Igreja e o segundo, porque o indiferentismo religioso permitia uma liberdade religiosa, até então negada por ela.

Essa reação ao modernismo, já havia se iniciado antes desse concílio, quando o papa Gregório XVI, na encíclica *Mirari Vós* (1832), condena as ferrovias, as pontes, a energia elétrica e todos os demais avanços científicos, denominando este período da história de: “a hora do domínio das trevas”.

Fica claro então que na modernidade, não existiu “um único inimigo” como a Igreja tenta passar até os dias de hoje, mas sim, todo um movimento sócio cultural e científico, o qual envolveu todas as classes sociais, tornando-se, esse sim, o “inimigo” da Igreja, pois teve a coragem de enfrentar o seu poder e a sua opressão.

3.3.8- A BAIXA IDADE MÉDIA (DO SÉCULO XI AO XV).

“Deus tem ojeriza dos que, ensinando a sua lei, não a guardam, e pregando o bem, não o praticam”. São João da Cruz.

Este período da história caracteriza-se por importantes mudanças na sociedade, na economia, na política e na religião. A decadência do feudalismo levou junto consigo as instituições a ele atreladas, como a Igreja e as Monarquias absolutistas.

Surgem então, os movimentos humanistas, primeiro o renascimento e logo a seguir o iluminismo. A liberdade de expressão começa a ser antepor a repressão da Igreja, e seu poder e autoridade a serem questionados, como veremos mais adiante.

A influência da Igreja ainda era muito intensa e a sua luta por manter-se no poder também era de suma importância. Com a desgraça da peste negra¹⁴ (1346-1353), que dizimou entre 25 a 75 milhões de pessoas, grande crise econômica se instalou, e a alta hierarquia da Igreja e grande parte do clero se afastaram do povo, abandonando os mais necessitados, esquecendo-se dos ensinamentos de Cristo. Ao afastar-se do povo, a Igreja refez as alianças com os ricos, fechando assim as suas portas aos pobres e aos doentes.

As cruzadas criaram um espírito conquistador e um pretexto para dominar os territórios europeus que praticavam outras religiões. Os verdadeiros motivos desta expansão eram econômicos e políticos, mas disfarçados com a intensão de expandir a fé cristã, visando a salvação dos infiéis.

Nesse período, era a Igreja quem controlava toda a vida das pessoas, de seu nascimento, até seu *post-mortem*. Muitos dos membros do clero passaram a ter uma vida mundana, esquecendo-se dos pobres, para viver a vida das cortes. Das catacumbas do martírio inicial, passou

¹⁴ A peste negra foi uma epidemia causada pela bactéria *Yersinia pestis*, transmitida pela pulga de ratos, vindos com os navios. Os ratos proliferaram porque os gatos haviam sido dizimados pela inquisição, ao serem considerados animais "malignos".

aos palácios dos negócios feudais, dando vida a parábola do joio e do trigo. (Mt13,24-30).

Os papas desse período e do início do renascimento, eram, em sua maioria, mecenas, levando uma vida de corte, luxuosa e luxuriante, de concubinas e nepotista, com filhos e netos.

É essa Igreja, desvirtuada, inquisitória e já escravagista, que induziu os movimentos contrários a ela, não lhe cabendo mais, o papel de vítima.

3.3.9- A IDADE DAS TREVAS.

“A Idade Média foi o período mais sombrio da história da humanidade”.

A Idade Média, entre o século V e o século XV, é considerada a idade das trevas. Apesar do papa Gregório XVI ter acusado a modernidade de “a hora do domínio das trevas”, foi a Igreja que, por 1100 anos jogou trevas sobre a cultura e as ciências do mundo, sendo esse o motivo de tal denominação. Não existe um historiador que ao referir-se a esse período, não o denomine assim.

Durante esse período um setor do clero é que detinha o monopólio da cultura e do conhecimento, pois sabia ler e escrever, detinha as bibliotecas e mantinha as escolas (período escolástico¹⁵), porém o nível cultural da população e do clero era mínimo. A maioria do clero desconhecia a doutrina católica e demonstrava uma total falta de preparo para exercer a função religiosa.

¹⁵ A nobreza não estudava, só se divertia e explorava o povo, o alto clero era oriundo da nobreza e, portanto, igual a ela. O baixo clero era oriundo da pobreza, mas que apesar do baixo nível cultural, era quem buscava o conhecimento. Foi nesse período que surgiram as escolas, daí surge o termo “período escolástico”.

Todo o conhecimento estava restrito as abadias sendo, portanto, essa a razão de terem as escolas aí nascidos, porém, como o clero era quase inculto, seus ensinamentos se restringiam a uma escolarização mínima, permitindo apenas ao fiel ler e ser catequizado. Esse modo de agir com a educação se expandiu para as novas colônias na América, onde os jesuítas agiam de igual maneira. O ensino era fornecido de maneira que as pessoas, índios e escravos pudessem ser catequizados, mas não o suficiente para questionarem os ensinamentos.

Quando a quarta cruzada em 1204 conquistou Constantinopla, parte do acervo de sua biblioteca foi trazido para a Europa e mantido dentro das abadias, ficando assim, inacessível a pesquisas ou estudos dos estudiosos leigos.

Ao impedir o desenvolvimento cultural e científico, a Igreja lança trevas sobre o conhecimento, dando motivos para que os movimentos filosóficos seguintes, se chamassem Renascimento e Iluminismo.

3.3.10- O ALTO E O BAIXO CLERO.

“O exame de aprovação da ascensão ao ministério ordenado era de conhecimento mínimo”.

A sociedade, até a modernidade, se dividia apenas em duas classes sociais, a que mandava, representada pela nobreza e a que obedecia e trabalhava, representada pela plebe e pelos escravos. A Igreja, ao passar a fazer parte do Império Romano, logo adotou para si esse modo de pensar, passando de imediato, a fazer parte da nobreza.

Diante dessa tomada de posição, criou-se então o alto e o baixo clero. O alto clero tinha seus membros oriundos da nobreza e como tal

viviam. Já, o baixo clero era originário das pessoas mais humildes e eram discriminados pelos membros do alto clero, não tendo acesso a vida de nobre.

A nobreza explorava os humildes, os quais tinham que trabalhar a terra dos nobres para sobreviver e sustentar a luxúria da corte. Assim, a nobreza se preocupava em viver a vida e os pobres a trabalhar para sobreviver. Os primeiros não se preocupavam em evoluir culturalmente e os segundos, não tinham tempo nem dinheiro para tanto. A associação destes fatos acabou criando uma civilização com um nível intelectual muito baixo¹⁶.

Esta situação social se repete dentro da Igreja, onde o alto clero, oriundo da nobreza, trazia consigo a baixa intelectualidade típica da classe nobre e o baixo clero, repetia, como herança de sua origem, o mesmo nível intelectual da nobreza.

Enquanto uns não tinham “tempo” de estudar por viver na luxúria, os outros não estudavam por não poderem estudar. Coube então ao baixo clero, iniciar os estudos dentro da Igreja, pois ao se tornarem membros do clero, deixavam a vida de penúria e passavam a viver nos mosteiros e nas abadias, o que determinou uma sobra de tempo que lhes permitia estudar e evoluir.

Estes estudos eram limitados, uma vez que eles não possuíam poses para contratar professores e sua evolução era praticamente autodidata¹⁷, resultando em um nível de conhecimento muito pequeno.

O baixo clero se tornou assim o responsável pela evangelização, pois tinha um pouco de conhecimento e tempo para realiza-la.

¹⁶ - Só estudavam os filósofos apadrinhados por reis ou nobres, os quais eram chamados de **mecenas**.

¹⁷ Autodidata: aquele que estuda por conta própria.

Esta limitação de conhecimentos determinou uma evangelização pobre e ineficiente na sua capacidade de conversão e sustentabilidade na nova fé. Era frequente o retorno dos convertidos para suas religiões de origem ou ao paganismo, por falta de um acompanhamento evangélico adequado e eficiente.

Por muitos séculos, o conhecimento oriundo do oriente permaneceu “enclausurado” dentro dos mosteiros e abadias, sendo negado pela Igreja, o acesso a ele para pessoas leigas. Isto se deva talvez pela incapacidade destes padres em compreender tais ensinamentos, mas mais provavelmente, pelo interesse da Igreja em manter a população inculta, pois os ignorantes são de mais fácil domínio.

Mesmo assim, foram dentro dos mosteiros e das abadias que surgiram as primeiras escolas¹⁸. Obviamente que o ensino era compatível com o nível intelectual dos “professores”, mas também não havia uma preocupação maior da Igreja em criar grandes pensadores e sim, ensinar o suficiente para que as pessoas fossem evangelizadas, sem questionar os preceitos e os dogmas a eles impostos.

A nobreza da Igreja incomodava muitas pessoas e quem tentasse a ela se opor, era duramente atacado, não havendo distinção se o acusado era leigo ou membro do clero.

Para exemplificar, citaremos o caso de São Francisco de Assis. Giovanni di Pietro di Bernardone, era rico e ao se converter fez votos de pobreza, criando a ordem dos franciscanos. Porém, seu voto de pobreza não foi resultado apenas de uma opção pessoal, mas estava embutido nele, uma maneira de condenar a nobreza em si e a opulência em que

¹⁸ Escolástica: qualquer filosofia elaborada em função de uma doutrina religiosa. Período da Idade Média onde surgiram as “escolas”, dentro das abadias. Seus estudos fundamentavam-se no teocentrismo.

vivia a Igreja. Essa revolta contra os abusos dos poderosos ocorreu após uma viagem sua como cavaleiro real, quando então pode observar a miséria resultante da exploração dos pobres pelos ricos.

O seu “chamado” para a conversão, ocorreu quando teria ouvido de Jesus: “vá Francisco, e restaure a minha casa”, já é, por si só, um retrato fiel de como era a Igreja naquela época e foi o seu questionamento íntimo, ao voltar da viagem e que determinou sua conversão, que melhor reproduziu o retrato da sociedade como um todo: “como pode haver tanta injustiça; tanto luxo, ao lado de tanta pobreza”?

A Igreja não via com bons olhos a rigorosidade das regras franciscanas, ao exigir que seus membros se comportassem o mais semelhante possível à Jesus, principalmente no que se refere ao quesito, humildade e, através do cardeal Ugolino, influenciou parte de seus seguidores a questioná-las. Em 1224, decepcionado e doente, vai morar com dois discípulos na floresta. Morre em 03 de outubro de 1226, em Assis, quando sua ordem já havia perdido grande parte das suas características iniciais, “convertidas” pelo alto clero.

A Igreja não era nada benevolente com os membros do clero que não seguissem as regras superiores e se negassem a viver como a maioria do clero vivia. Assim foi com São João da Cruz, irmão carmelita, que por querer rezar e não participar da luxúria, foi preso na torre de uma abadia por oito meses, período em que escreveu “Noite escura” e “A subida do Monte Carmelo”. O mesmo acontece com Santa Tereza D’Avila, que por não compactuar com esse jeito de ser da Igreja, foi denunciada a inquisição e quase processada.

3.3.11- SOBRE PAPAS, BISPOS, CARDEAIS E PAPADOS.

“Tem olhos de lince para descobrir os defeitos dos outros, e de toupeira para ver os próprios” Erasmo de Rotterdam.

O que vemos hoje, são as obras que a Igreja construiu durante sua história, como autopropaganda dos benefícios por ela ofertada neste período. Conhecemos os nomes e seus feitos, mas desconhecemos como e a que custo essas obras foram erguidas e esses “benefícios” ofertados.

Arelada ao poder do Império Romano, a elite da Igreja se preocupava mais em desfrutar a vida luxuosa da nobreza, de onde vieram.

Para viverem na nobreza e ainda conseguirem construir catedrais e palácios, a Igreja se utilizava das mais variadas formas de exploração do povo, arrecadando impostos e taxas por serviços prestados. Quando faltava dinheiro, apelavam para a criação de loterias, venda de relíquias, quase sempre falsas e para a venda de indulgências.

Fomentava, patrocinava e praticava guerras, com o objetivo de aumentar as suas posses e a sua fortuna, sempre escudada através do viés da fé e da pureza de religião.

A escolha de bispos e cardeais, na maioria das vezes, não levava em conta os cuidados que os candidatos tinham com as almas e com o bem da Igreja, e sim se pertenciam ou não a nobreza, tanto é que esses títulos podiam ser adquiridos por “simonia”. Praticavam um nepotismo intenso, nomeando para bispos e oportunizando cargos e vantagens a seus parentes.

Os bispos não agiam de forma condizente com a posição hierárquica que ocupavam, pois havia uma ausência total de empenho no cuidado com os fiéis, com a “cura da alma” (*cura animarum*). Estavam

mais ocupados com setores mundanos da sociedade, como atividades políticas ou cuidando de suas “famílias”¹⁹.

Eram ricos, ou porque nasceram nobres, ou porque reis ou príncipes lhes deram benefícios em troca de serviços, ou ainda, porque traficavam benefícios e até sacramentos.

Eram verdadeiros príncipes feudais, membros da nobreza ou dela dependentes. O feudalismo os converteu, e não o contrário, ou seja, eles não se importavam com a inserção do evangelho aos leigos.

Jovens nobres entravam nos conventos e se tornavam monges de coro, enquanto os camponeses livres se tornavam irmãos leigos.

Os papas não se diferenciavam em nada dos bispos e dos cardeais, pois também eram oriundos do mesmo meio. Apenas para deixar mais transparente a vida de nobreza da Igreja, relatamos o exemplo do papa Clemente V, eleito em 1305, que, em 1309, se transfere para a cúria de Avinhão, onde instalou uma corte brilhante e luxuosa e do papa João XXII, que em 1323 condena a tese de “pobreza de Cristo e dos apóstolos”, ficando assim a Igreja “livre” do pecado da luxúria e Cristo, ficando cada vez mais só e esquecido.

No século XIII, depois de Inocêncio II, o papado continua a sua “orientação absolutista”. Os papas declaram-se acima dos reis, atribuem a si plenos poderes para fins temporais, e por ambição pessoal, abusam da excomunhão (impondo o medo) e do interdito²⁰ no domínio político. O papado pretende também, reger os pensamentos e as consciências, reafirma seu poder temporal e dá muitos sinais de autoritarismo: a

¹⁹ Viviam com suas esposas, antes da obrigatoriedade do celibato, mas geralmente com concubinas, pelo descompromisso com a concubina e com seus filhos, obviamente, ilegítimos.

²⁰ Interdito: mecanismo processual de defesa utilizado para impedir agressões eminentes que “ameaçam” a posse de alguém. Acusar e interditar: a tática mais utilizada pela Igreja.

inquisição é a sua consequência mais grave. Os sacerdotes comprometem-se com a castidade, mas o concubinato é muito comum e isso reflete sobre a conduta da população, pois passam a imitá-los. O “evangelizar” pelo exemplo, se torna, “desvirtuar” pelo exemplo.

O papa Martinho V, no século XV, proclama a supremacia papal sobre o concílio, retoma o controle de seus territórios e reorganiza a coleta de impostos. Com ele, o papado torna-se rico e influente; impõe-se a toda a cristandade ocidental.

Os papas da Renascença são príncipes italianos, preocupados com seu poder, seus tesouros e os interesses familiares. Dedicam-se a negócios bancários e continuam a viver no luxo. Seus nomes e feitos estão melhor descritos no subtítulo Renascença.

Exemplificamos o perfil dos papas da Renascença, com um breve histórico do papa Paulo IV (1555-1559). Foi rigorista e nepotista, privilegiou sua família e nomeou cardeal e secretário seu sobrinho. Fez intenso uso da máquina inquisitorial. Foi dele a criação do *Index (Indedex librorum prohelitorum)*, a lista dos livros proibidos para os católicos. Por bula, declarou destituídos de suas funções, aqueles haviam “apostatado”²¹ a fé católica, sacerdotes, leigos, príncipes e seus súditos e determinou, como sempre, o sequestro de todos os seus bens. Foi tão cruel que após a sua morte, o povo romano indignado, assaltou e depredou o edifício do Santo Ofício.

²¹ Apóstata: aquele que nega uma crença, uma religião. No caso, aqueles que discordavam, em parte, da doutrina da Igreja, mesmo sendo membros dela.

3.3.12- O PODER DA IGREJA.

***"Roma locuta, causa finita est". Roma falou, a questão está encerraada.
ditado da idade média.***

Não vamos aqui repetir e sim, ratificar o que já foi exposto até agora. A Igreja, após sua união com o Império Romano, se tornou extremamente poderosa, se utilizou da estrutura imperial para se expandir e para dominar. Atingiu os mais altos postos mandatários do período medieval, por várias ocasiões assumiu o poder espiritual e temporal, sendo então que nesses períodos, o papa se tornava a figura mais poderosa da sociedade. Usou seu poder para conquistar, enriquecer, perseguir, inventar heresias contra pessoas e instituições, não medindo as consequências de seus atos para atingir seus intentos.

A Igreja usava como armas de persuasão a ameaça da excomunhão, o medo do juízo final, a presença do diabo e o fogo do inferno como castigo máximo. Assim, mantinha o povo aterrorizado e submisso.

Os relatos históricos, agora liberados, dão prova destas afirmações. A Igreja se afasta de Jesus e se aproxima do mundano, se torna uma instituição dominadora e opressiva, que não se sujeita a opiniões contrárias e que, diante delas, reage de maneira agressiva, tornando-as heresias, condenando seus autores, sem direito a defesa.

A veracidade dos fatos se confirma, quando o papa Leão XIII (1878-1903) decidiu abrir os arquivos do Vaticano aos pesquisadores, o que causou um grande alarde entre seus colaboradores imediatos, os quais achavam um verdadeiro “perigo” revelar ao mundo, “os segredos da Igreja”.

O papa Paulo VI (1904-1963), no Concílio Vaticano II, reconheceu no texto da Encíclica *Evangelium vitae*, n. 160-165, que a Igreja era infiel ao pensamento de seu fundador. Afirmava ainda que, a Igreja não tem fim em si mesma, mas está a serviço de todos, devendo fazer Cristo chegar a todos os indivíduos, sendo essa, então, a sua missão. Os atos de consciência não podem ser ordenados ou regidos por um poder simplesmente humano.

O conhecimento de Lutero e de Erasmo de Rotterdam tinham suscitado pequenos grupos de não conformistas e penetrara na universidade de Alcalá. A inquisição suprimiu toda a liberdade de pensar, condenou esses pensadores e o catolicismo se torna a única religião permitida, durante séculos.

Somente no Concílio Vaticano II é que o direito de defesa dos acusados pela Igreja é aventado. Nesta oportunidade, o cardeal Frings solicitou que o Santo Ofício, antes da condenação de uma doutrina ou de um livro, escutasse o ordinário competente e o acusado. Mesmo tardiamente, a Igreja começa a corrigir-se.

3.3.13- A IGREJA NAS NOVAS COLÔNIAS.

Nada mudou na atitude da Igreja quanto a imposição do cristianismo no Novo Mundo, quando continuamos a ter uma “fé”, imposta pelo poder. Por trás de um discurso do cristianismo hegemônico, existia todo um projeto militar e econômico: a “colonialidade do poder”, a qual visava apenas a manutenção no poder, dessas forças dominantes.

Este “discurso hegemônico” hierarquiza, oculta, segrega, silencia e apaga tudo o que for do outro ou tudo que possa oferecer perigo. Ao hierarquizar por raças, impondo uma discriminação sistêmica, por

meio de práticas conscientes ou inconscientes, mas que culminam em desvantagens para uns e privilégio para outros, no que diz respeito as raças, fica caracterizado o racismo.

A Igreja deu continuidade nas Américas o seu objetivo de expansão, domínio e poder, utilizando-se para tanto, dos mesmos meios que havia utilizado até então: opressão sob o véu de um cristianismo “puro”.

3.3.14- AS AMEAÇAS AO SEU PODER.

Todo o poder adquirido pela Igreja, e todo o esforço por ela dispendido para mantê-lo, não foram o suficiente para impedir que movimentos filosóficos, culturais e científicos, com pensamentos divergentes daqueles impostos por ela, surgissem, se estruturassem e acabassem por conquistar novos adeptos, levando a uma verdadeira “revolução” dos conhecimentos e das artes, até então sufocados pela imposição de ideias pela Igreja.

O teocentrismo²² começa a ceder lugar ao antropocentrismo²³, ou seja, o homem é “separado” de Deus, sem que a sua existência seja negada.

A evolução científica é grande e rápida. Da imprensa de Gutenberg até a máquina a vapor foram apenas 300 anos. A Revolução Industrial chega para fechar um ciclo de atraso e abrir um novo, que viria a transformar positivamente, o mundo da época e do futuro.

Foram justamente essas mudanças que vieram a assustar a Igreja, pois quando o homem começou a se dar valor e a descobrir que é capaz

²² Teocentrismo: o divino é o fundamento do mundo, e não há qualquer pensamento racional ou crença diferente da cristã, que esteja acima desta máxima.

²³ Antropocentrismo: é o pensamento filosófico que coloca o homem como indivíduo central para o entendimento do mundo.

de andar por si, sem “alguém” para lhe impor a direção a ser tomada, colocou em xeque todo o poder e a influência da Igreja.

A pregação do livre pensar e de um estado laico, transfere a toda poderosa Igreja, à uma instituição secundária, permitindo que cada cidadão optasse pela religião que melhor representasse sua fé. Eu sou desta ou daquela religião, se assim eu achar conveniente e se ela for compatível com o meu modo de entender Deus.

Vimos então, que não existiu uma única instituição que se opôs aos domínios da Igreja na modernidade. Foi toda uma sociedade que não suportou mais o sufoco imposto pelos regimes monárquicos e religiosos absolutistas e se libertou destas amarras, através da conquista de espaços que até então lhes era negado.

Foi o medo da perda do poder e as diferenças de pensamentos que assustaram a Igreja, e não os alegados motivos doutrinários. A ameaça não se fazia sentir em sua doutrina religiosa, a muito abandonada pelo prazer da nobreza e sim, em perder esta vida nobre, que a grande maioria do clero estava acostumado a viver.

Apesar de sua reação violenta à modernidade, criando inimigos, como vimos na inquisição, a Igreja não conseguiu mais travar o desenvolvimento e o mundo seguiu em novo caminho, indiferente aos seus reclames. A Igreja permaneceu estática diante da modernidade, não encontrando caminhos adequados para um verdadeiro diálogo, até o Concílio Vaticano II. Mesmo assim, o núcleo conservador da Igreja conseguiu manter a instituição “fechada” à maioria das mudanças sociais.

Se a Igreja tivesse conseguido manter o seu domínio, perpetuando a idade das trevas, qual seria o nosso nível de conhecimento e desenvolvimento hoje?

Bibliografia utilizada neste subtítulo: História da Igreja, Ney de Souza e A Igreja no Ocidente Das Origens às reformas no Século XVI, Mireille Baumartner

4

RENASCENÇA- O INÍCIO DO FIM DO DOGMATISMO INOCENTE

4-1- INTRODUÇÃO.

Torna-se imprescindível conhecer o movimento renascentista para podermos entender o momento histórico e filosófico vivido pelo mundo em 1738. A Renascença trouxe consigo, ideias capazes de modificar por completo a história da humanidade. Foram essas mudanças de ideias que influenciaram diretamente na condenação da Maçonaria pela Igreja. Esse movimento inicia o rompimento com a idade Média e com a opressão das monarquias absolutistas e da Igreja.

A renascença significa o início de uma nova era na história da humanidade, pois trouxe consigo uma nova visão do ser humano, bem como de sua relação para com Deus, uma nova visão política na qual não cabia mais a interferência da Igreja¹, e o surgimento do capitalismo com todas as suas modificações na escala social. Essas são, na verdade, as grandes causas dos conflitos posteriores quando as questões espirituais serão relevadas a um segundo plano.

O florescimento do movimento renascentista veio para mostrar que o povo estava cansado de obedecer passivamente ao absolutismo medieval, trazendo em seu bojo o desejo de liberdade, o qual é inerente ao ser humano. O homem começa a se impor como ser em si mesmo, questionando regras e dogmas, iniciando uma caminhada que

¹ Queriam o "estado Laico", ou seja, aquele que é oficialmente imparcial em relação às questões religiosas, não apoiando e nem se opondo a nenhuma religião, portanto, não é nem ateu e nem agnóstico.

culminaria em uma nova sociedade, completamente diferente daquela de até então existente. Nascem aqui, as transformações que levariam a essa nova sociedade: a modernidade, e consequentemente, a todos os avanços socioeconômicos e científicos que presenciamos até hoje.

4.2- CONCEITO.

“Nada está acima do poder dos florentinos”. Bernardo Ceniní.

A Renascença, também conhecida por Renascimento ou Renascimento, tem seu início em 1300 com Giotto, pintor revolucionário e com Dante de Allegheri e a sua “Divina Comédia”. Na metade do século XIV já se encontrava consolidada como um movimento cultural estabelecido. Influenciou e mudou o mundo pelos próximos duzentos anos, até o saque de Roma pelo exército do rei Carlos V, imperador do Império Germânico.

Seu surgimento determinou o início da era moderna, a qual inclui além da Renascença, a Reforma Protestante, a Contrarreforma Católica, o Iluminismo, estendendo-se até a Revolução Francesa em 1789.

É um movimento exclusivamente italiano, tendo seu coração na cidade estado de Florença. Dela se expandiu para toda a Itália e, posteriormente à toda a Europa.

No final do século XIII, começam a surgir os primeiros pontos de ruptura entre a Igreja e os principados italianos. Nesta época, Florença atingiu um grau de desenvolvimento sócio político de tal monta, que se sentiu capaz de enfrentar o papado. Quando o papa Bonifácio VIII ordenou que Florença revogasse uma lei que lhe desagradou, recebeu como

resposta que ele nada tinha que interferir na política e nas decisões da comunidade florentina, em uma clara reação renascentista.

Apesar de ter sido um movimento reformador, ele conseguiu se desenvolver sem confrontos, nem com os monarcas absolutistas, nem com a Igreja, tendo pelo contrário, conseguido até apoio financeiro de ambos.

Aos poucos vai se distanciando do teocentrismo e desenvolvendo o antropocentrismo, onde o homem e a civilização são os pontos centrais. A preocupação de seus pensadores era a busca da verdade e de atacar todos os dogmas que lhes pareciam falsos. O homem aprende a se expressar com liberdade, mesmo com algumas perdas e repressões.

Vindo de 1100 anos de imposição de ideias, regras e dogmas pela Igreja, a Renascença surge quando o homem descobre a si mesmo. Assim, de maneira “suave” se inicia o rompimento com a Idade média. Foram os renascentistas que chamaram a Idade Média de “Idade das Trevas”.

O grande motor impulsionador do movimento foi o retorno à tradição clássica da Roma antiga. Ao retornar ao passado, o pensador italiano descobre que ele foi glorioso e digno de ser revivido. Os advogados reexaminaram o “*Digesto*” e o “*Codex*”, códigos do Direito Romano antigo, buscando soluções para uma sociedade cada vez mais complexa. Logo, artistas e pensadores seguem o mesmo caminho, determinando a “Renascença” artístico literária da Itália aos moldes da Itália antiga.

4.3- ESTRUTURA POLÍTICA DA ITÁLIA.

Se olharmos a geografia da Itália cercada de água por três lados e limitada ao norte pelos Alpes², teríamos a impressão de que ali existia uma unidade, um verdadeiro país. Esta ideia, contudo, não refletia a realidade, pois a Itália era um pedaço de terra formada por fragmentos.

Com suas “cidades estados”, como a monarquia de Nápoles, as repúblicas de Florença e Veneza, o ducado de Milão, os estados papais e cidades menores comandadas por políticos ou grupos de políticos, a Itália era uma verdadeira “colcha de retalhos”.

Porém, quando falamos em desenvolvimento da Renascença, foi essa diversidade de governar que acabou estimulando e patrocinando o novo movimento. Por essa independência sociopolítica, a inquisição não foi um grande empecilho para o seu desenvolvimento como em outros países, permitindo que os italianos se tornassem o povo mais instruído da Europa.

Essa estruturação política da Itália será melhor explanada quando falarmos da sua unificação, pois este é outro fato em que a Igreja se apoia para condenar a Maçonaria.

4.4- O NOVO MODO DE PENSAR.

“Uma cela de mosteiro e pés sujos, não eram mais pré-requisitos para o desenvolvimento da mente”.

² Alpes: cadeia de montanhas que se estende por toda a Europa, passando ao norte da Itália, “separando-a” dos demais países. Como o comércio com as Índias passava obrigatoriamente pela Itália, ela era vítima de invasões com o objetivo de controlar as passagens pelos Alpes,

Os novos pensamentos são resultados da necessidade de aprimorar uma mão de obra até então desqualificada, devido ao baixo nível da educação. Conforme as cidades estados iam crescendo, essas necessidades foram aumentando, principalmente quanto a função de secretários e de diplomatas competentes e com eloquência e persuasão.

Até então, a educação era direcionada à teologia, fato esse que não formava pessoas esclarecidas. Surge então uma nova escola, que visava uma especialização profissional. Nela, passou-se a estudar gramática, retórica, história e filosofia moral. O estudo religioso passou a fazer parte dos currículos escolares, não sendo mais, portanto, o foco central dos estudos. Este movimento passou a chamar-se “humanismo”.

O surgimento do humanismo, trouxe consigo, uma ânsia por mudanças. O conhecimento não podia mais ficar restrito aos mosteiros e sim, devia ser compartilhado com todos.

Uma importante mudança ocorre no papel do homem na história: deixa de ser passivo, à espera da morte e pela segunda vinda de Jesus, para se tornar o protagonista de sua história. As adversidades da vida deixam de ser meras punições advindas de seus pecados, para se tornarem situações passíveis de serem enfrentadas por meios reais. Inicia-se a ruptura do domínio da Igreja sobre o pensamento humano existente até então. O livre pensar e o direito de buscar o conhecimento sem imposições, passa a ser a nova ordem.

Apesar deste novo pensamento cultural, a situação da sociedade em si não se modifica em nada. De um lado, a nobreza e a Igreja vivendo em “abundância”, e do outro lado o povo trabalhando para sustentá-los.

Os pintores saíram do imaginário teológico para uma arte que representava, precisamente, o mundo real, tanto quando retratavam o homem, como quando retratavam a natureza.

Os renascentistas buscavam expressar os seus próprios sentimentos a respeito de Deus, da natureza e da beleza da forma humana.

O homem renascentista pode não ter sido o primeiro homem moderno, mas foi com certeza, o seu precursor, pois foi nesse período em que ocorreu a libertação dos liames medievais, e que se deu início as reformulações ocorridas na modernidade. A fé é, aos poucos, trocada pela ciência, pelas pesquisas e por enormes mudanças sociais.

Por mais que as monarquias absolutistas e a Igreja tenham tentado impedir o avanço deste movimento, ele prossegue e determina o fim da divisão entre os clérigos, que sabiam latim e as escrituras e os leigos, que eram a grande massa inculta.

4.5- O HUMANISMO (SÉCULO XV).

Humanismo expressava uma visão de mundo que mesmo aceitando piamente a existência de Deus, não se abstinha de usufruir de uma série de atitudes intelectuais do antigo mundo pagão. Dava ênfase à estética, reconhecia o conhecimento da história como algo útil e tinha convicção de que o dever primordial do homem, era desfrutar a vida de maneira sóbria e servir a sua comunidade. A realização terrena passou a ser então, mais importante que a preparação para o paraíso. Sem deixar de lado o espiritual, refletia uma sociedade que estava muito mais interessada nos aspectos terrenos; uma sociedade prática, prudente, autoconsciente e ambiciosa. Deixa de ser comandada, para ser livre.

Os humanistas devido as suas ideias inovadoras e ao risco de uma reação contrária dos reis, príncipes e da Igreja, desenvolveram uma eficiente diplomacia, bem como a arte de adular. Com essas táticas, conseguiram, não apenas desenvolver e propagar seus pensamentos,

como receber apoio financeiro dessas autoridades. Período em que aumentou muito o número de mecenas³.

Em cada país existia um grupo de mestres humanistas, que preparavam o caminho para os novos expoentes. Como em todos os novos movimentos surgidos a partir da Renascença, existiam membros do clero que a eles aderiram. Na renascença ressaltamos como exemplo, Desiderius Erasmus.

4.6- OS GRANDES NOMES.

Ao citarmos alguns dos grandes nomes da arte, da política e da filosofia, os quais criaram, solidificaram e expandiram o pensamento renascentista, não temos a intenção de detalhar suas obras e sim, demonstrar a veracidade do que até aqui expusemos, uma vez que eles foram a marca inicial desse movimento que inaugura o modernismo e que trouxe consigo tantas mudanças nas mais variadas áreas das sociedades vindouras.

As obras e ensinamentos de personalidades renascentistas como Petrarca, Maquiavel, Leonardo da Vinci, Dante de Allegheri, Ghirlandajo, Boccaccio, Donatello, Brumelleschi, Mosaccio, Michelangelo, Rafael, Fra Angelico, entre tantos, retratam com clareza a luta por liberdade de expressão e de religião por eles travada contra o poder temporal da Igreja, ancorada pelo absolutismo monárquico.

4.7- A RELAÇÃO DA IGREJA COM O NOVO MOVIMENTO.

“O conflito existia, mas não era dramático ou crítico”.

³ Mecenas: membros da nobreza ou do alto clero, que “adotava” um artista, permitindo que ele desenvolvesse sua arte, sem se preocupar com o financeiro.

4.7.1- UMA CONVIVÊNCIA PACÍFICA.

Ao não abandonar o sacro e ao defender o absolutismo como forma ideal de governo⁴, o movimento renascentista conseguiu se desenvolver sem entrar em choque com as autoridades governamentais e eclesiásticas.

O Renascimento foi um período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, quando os reis e o absolutismo se fortaleceram e ocorreu a consolidação da burguesia. Sendo o movimento em sua essência absolutista, tinha na figura do príncipe, a única pessoa capaz de colocar ordem no caos.

Os renascentistas não desafiavam a doutrina cristã, mas também não a tinham como a única direção a ser seguida pelo homem honrado e útil. Eles se inspiravam em Platão, nos ensinamentos religiosos persas, na filosofia arábica e na cabala judaica. Também não viam conflito entre os ensinamentos morais de Cícero e a ética cristã. Enfim, enquanto a teologia ainda imperava no mundo, os renascentistas voltavam sua atenção para uma filosofia própria do homem.

Assim, ao não conflitarem nem com a monarquia absolutista e nem com o poder da Igreja, os renascentistas conseguiram evoluir e difundir seus ideais sem atritos ou perseguições.

4.7.2- OS PAPAS DA RENASCENÇA.

As obras renascentistas, ao relatarem o cotidiano da época, acabaram se tornando verdadeiros “retratos” da sociedade, da nobreza e da Igreja nesse período. Assim, esses textos deixam claro a origem nobre

⁴ Exemplo: O Príncipe, de Maquiavel.

dos papas e do alto clero, como por exemplo, em “O Príncipe”, de Maquiavel.

Todos os vinte papas que reinaram entre 1389 e 1605, eram oriundos das famílias mais ricas e poderosas da Itália, ou seja, da nobreza e detentoras de poder, e que normalmente dominavam uma das várias cidades estados que compunham a Itália.

Como prova de que o poder econômico e político “elegia” um papa, desses vinte papas renascentistas, dez pertenciam a apenas quatro famílias (Medici:4; Borgia :2; Della Rovere:2 e Piccolomini:2). Era o poder que elegia o papa, pouco importando a sua atuação na Igreja. Em contraponto, esses papas pouco faziam pela Igreja ou pelos fiéis e muito faziam por si, por seus familiares e seus bajuladores.

Os papas pouco se importavam com o povo, e sim, em aumentar suas fortunas, posses e poder, constituindo exércitos e conquistando novos territórios. Utilizavam o objetivo religioso como desculpa para efetuarem as chamadas “guerras religiosas”, quando na verdade, seus objetivos eram conquistar, deixando bem claro que se utilizariam do seu poder espiritual, para aumentarem os seus poderes temporais.

4.7.3- COMO A IGREJA AGE A QUEM DELA DISCORDA.

4.7.3.1- O CASO SAVONAROLA.

A história do frade dominicano Girolamo ou Jerônimo Savonarola (1452-1498), serve para entendermos a divisão de condutas existente dentro do clero e como a Igreja reage a quem discorda de suas imposições. Repete-se aqui, o que se passou com São João da Cruz e São Francisco de Assis, como vimos anteriormente.

O baixo clero (pobre) estava mais voltado para a fé e a evangelização. Pregava uma religião forte, que impusesse limites sérios à vida das pessoas, não aceitando a vida mundana da nobreza, que no caso, incluía o alto clero.

Apesar de impor limites rígidos à conduta moral da sociedade, essa ala da Igreja atraiu grandes congregações, passando a incitar a queima das “ vaidades”, como o uso de cosméticos, de joias, falsos cabelos, de ouvir músicas não sacras e de possuir quadros indecorosos.

Já o alto clero vivia na nobreza e não se preocupava com o andamento da Igreja em relação ao povo, usando seus cargos em benefício próprio e praticando intenso nepotismo.

Devido ao contraponto da ala radical, que queria uma Igreja voltada para o povo e para a fé, se criou um sentimento anticlerical intenso contra o alto clero. Os padres eram ridicularizados por sua ignorância, os monges censurados por sua preguiça e imoralidade, prelados e papas eram condenados por colocarem o dinheiro e a política acima do espiritual. A natureza **não** produtiva desse segmento do clero, o colocava como alvo natural de um povo extremamente laborioso.

Os papas renascentistas, apesar de possuírem fé no particular, foram líderes desastrosos. Xisto IV, colocou seus sobrinhos em pontos-chaves do Vaticano; Inocêncio VIII, reconheceu, desavergonhadamente seus filhos ilegítimos; Alexandre VI patrocinou vários escândalos no Vaticano; Julio II, se transformou em um “guerreiro” e dirigiu o exército papal para conquistar Peruggia e Bolonha; e Leão X amava tanto a magnificência, que vendeu cargos da Igreja para aumentar o seu tesouro pessoal.

Assim, o povo não tinha esperanças em mudanças vindas de cima. Incomodado pela conduta mundana dos papas e pelos interesses escusos

dos bispos e cardeais, Savonarola resolve iniciar sozinho uma caminhada reformista. Com a queda dos Médici, toma para si o poder sobre Florença, tornando-a “sagrada”, impondo por três anos, os dogmas de uma religião regida por uma moral rígida. Condenou a luxúria e a imoralidade; levou multidões às Igrejas e pregou para os pobres e procissões substituíram os torneios. Porém, para tanto, impôs um controle implacável na conduta dos cidadãos, criando esquadrões de jovens fiscalizando as ruas.

Suas duras regras logo cansou a população e atingiu seriamente os desmandos da cúpula da Igreja, a qual como sempre, reagiu com violência e hipocrisia. Várias heresias foram inventadas contra ele, sendo o mesmo condenado, morto e queimado em 23 de maio de 1498.⁵

O caso Savonarola é importante, pois retrata com fidelidade o modo de agir da instituição por aproximadamente 1300 anos. Uma Igreja desvirtuada de seus propósitos espirituais, reage contra alguém que pelo fervor da fé, não se opôs ao papa, mas condenou indiretamente sua conduta mundana. Durante todos estes anos a Igreja impôs-se como instituição absolutista. Perseguiu e destruiu todos aqueles que ousaram pensar diferente dela. Desenvolveu a tática de se transformar, de opressora em perseguida e assim se dar o direito de utilizar todo o seu poder contra os “supostos” inimigos (ver inquisição).

4.7.3.2- A IGREJA SE UTILIZA DO SEU PODER.

Em “Uma Alegoria Cruel”⁶, quadro de Botticelli, vemos a calúnia, ladeada pela fraude, a traição e a inveja, arrastando uma jovem vítima, a verdade. Para John R. Hale, o quadro é a expressão de uma maior

⁵ As características acusatórias e de execução são típicas de um processo inquisitório.

⁶ Explicações mais detalhadas no adendo nº8.

liberdade artística, no entanto, o vejo como uma denúncia velada, pois ele retrata piamente a condução de um processo inquisitório, bem como a reação da Igreja contra aqueles que ousavam pensar diferente dela.

As igrejas e santuários eram luxuosos, refletindo a força terrena da Igreja. Devido a esta característica das igrejas, o luxo, imperava o preconceito racial e social, uma vez que nas missas, os ricos ficavam posicionados a frente e os pobres atrás e em pé.

Durante o período das guerras italianas, o papado se aproveita da confusão generalizada para recuperar cidades a muito perdidas e par sujeitar os **estados pontifícios** a uma administração central.

Após este período de guerras na Itália, os efeitos proibitivos do catolicismo ressurgente são incontestáveis, perseguindo cientistas, escritores e filósofos que não comungassem com suas imposições, como é o caso de Galileu Galilei, que sob o risco de ir para a fogueira, se viu obrigado a negar a sua teoria do héliocentrismo⁷, a qual se opunha ao geocentrismo imposto pela Igreja.⁸,

O livro “O Príncipe”, de Maquiavel, é um retrato vivo da época da qual estamos falando e por isso, citaremos algumas colocações suas.

- Sobre os principados eclesiásticos: “são adquiridos por virtude (entenda-se conquista) ou por fortuna; mantêm-se por serem sustentados pelas Instituições Religiosas Seculares, as quais são potentes e de tal qualidade que conservam seus príncipes no poder, não se importando de como vivem ou procedem”.

- “não obstante, se alguém me perguntasse de onde vem tanta grandeza temporal da Igreja, uma vez que antes do papa Alexandre VI

⁷ Teoria que afirma que o sol é o centro do universo.

⁸ Teoria que tem a terra como o centro do universo.

ela era pouco estimada e agora, até o rei de França treme diante dela...”
foi Alexandre VI que liderou exércitos papais e conquistou terras.

- O papa Julio II sucedeu ao papa Alexandre VI e encontrou uma Igreja grande, controlando toda a Romanha, com os barões de Roma extintos e as facções políticas anuladas pela repressão de seu antecessor, encontrando assim, a via aberta para acumular mais dinheiro.

- O papa Julio II se propôs a conquistar a Bolonha, a aniquilar os venezianos e expulsar os franceses da Itália, e conseguiu.

- “As lideranças remanescentes se acovardavam diante da grandeza da Igreja”.

- “E aquele que começa a viver de rapina, sempre encontra razões para ocupar o que é de outrem”.

- A disputa entre guelfos e gibelinos: esta luta entre as duas facções (1125), inaugura a disputa entre a Igreja e o estado. Os guelfos apoiavam o papa e os gibelinos o imperador. Esta luta pela unificação dos dois poderes, trouxe muita dor, sofrimentos e mortes.

- Na guerra da Liga Santa, tínhamos o rei da Espanha Luiz XII de um lado e o papa de outro.

- Em janeiro de 2022, enquanto escrevo o livro, surge uma denúncia de que o cardeal Ratzinger, hoje papa emérito Bento XVI, teria acobergado casos de abusos sexuais por membros do clero. Ele negou e a imprensa calou, pois nada mais foi noticiado. Qual terá sido o motivo deste silêncio?

4.8- A EXPANSÃO DA RENASCENÇA PARA A EUROPA E SEU FIM NA ITÁLIA.

O pensamento e a arte renascentista expandem-se rapidamente por toda a Europa, pois, ao criar uma nova ordem social e política, com

necessidades educacionais e étnicas diferentes das da Idade Média, se transformou no exemplo a ser seguido pelos pensadores e artistas europeus.

O movimento renascentista praticamente desapareceu da Itália, no início do século XVI, após as invasões estrangeiras, porém: “sua exuberante forma de cultura disseminada por professores, escritores e artistas, fincou raízes na Europa e moldou a forma de vida de muitas nações e sua vitalidade legou ao homem moderno “as sementes de todas as possibilidades e de toda a vida””. John R. Hale.

“Cada nação, quando se sentiu preparada para saltar sobre o abismo sombrio que dividia o mundo medieval do moderno, pode agarrar a mão firme da Itália. Se a Itália não afetou o curso principal dos acontecimentos políticos e econômicos, ajudou o mundo moderno a construir, a tocar música, a *sentir* e a *pensar*” John R. Hale.

A Renascença dura mais na Europa, resistindo as turbulências da reforma protestante e da contrarreforma católica, fazendo uma transição com o iluminismo.

4.9- DESCARTES, A PONTE ENTRE A RENASCENÇA E O ILUMINISMO.

“Não há um grupo de eleitos aos quais se destine o conhecimento”.
Descartes.

René Descartes (1596-1650) foi o elo que uniu os dois movimentos, sem, no entanto, ter pertencido a nenhum deles. Sua contribuição foi trazer o legado renascentista a germinar no Iluminismo.

A ideia do “livre pensar” dos renascentistas, encontrou nele um grande apoiador, estando aí sua importância. Ele transforma a razão no

centro do pensamento e das decisões do ser humano, afastando-se cada vez mais do teocentrismo. A busca pela verdade passou a ser o seu objeto de estudo: “nunca aceitar algo como verdadeiro, que eu não o reconhecesse como tal”.

Assim, ao defender o livre pensar, Descartes determina um duro golpe no já combalido dogmatismo ingênuo imposto pela Igreja. O papa e o clero já não eram os únicos detentores da verdade, e é esse questionamento ao poder da Igreja que irá acarretar, lá na frente, as fortes reações da instituição contra aqueles que defendiam a liberdade em todos os sentidos.

É importante ressaltar que, como todos os renascentistas, Descartes também não era ateu, mas apenas discordava da Igreja quanto ao direito ao conhecimento. Ao dizer: “pois, tendo Deus concedido a cada um de nós alguma luz para diferenciar o verdadeiro do falso, não julgaria dever, satisfazer-me um único instante com as opiniões dos outros, se não tencionasse utilizar o meu próprio juízo em analisa-los, quando fosse tempo”.

Descartes com estas colocações, deixa claro que havia acabado o tempo em que verdades, regras e dogmas eram impostos e obrigados a serem cumpridos sem contestações, quer sobre coação, quer sob a ameaça de um castigo severo por pecar ao não os seguir.

A partir de então, somos livres para pensar e para decidir e a imposição dogmática não tem mais lugar no mundo moderno.

Bibliografia utilizada neste subtítulo: Renascença, John R. Hale.

5

O ILUMINISMO (1715 A 1789)

“Não só descobrir a verdade, como também desmascarar as falsas verdades”.

5.11 CONCEITO.

Também conhecido como **Século das luzes** e **Ilustração**, foi um movimento intelectual e filosófico que dominou o mundo das ideias na Europa durante o século XVIII, “O Século da Filosofia”. Essas ideias estavam centradas no uso da razão como principal fonte de autoridade e legitimidade e defendia ideais como a liberdade, a igualdade, o progresso, a tolerância, a fraternidade, o governo constitucional e a separação da Igreja do Estado, ou seja, um Estado Laico.

Os ideais iluministas se expandiram e se desenvolveram, e tem o seu ponto máximo e marco final, na queda de Bastilha na França, em 1789.

5.2- OS IDEAIS ILUMINISTAS.

“Sapere aude – ouse saber”.

O uso da razão é então o princípio norteador da filosofia iluminista, sendo ela, a razão, uma luz que ao se ascender, afasta as trevas da **ignorância** e da **servidão**, trazendo consigo a liberdade. A razão deveria penetrar em todos os domínios do saber e da atividade do homem, a fim de destruir os preconceitos, o obscurantismo e a ignorância. O

Iluminismo é então essencialmente **libertário**, cujo objetivo principal consiste em libertar o homem de qualquer **servidão**, seja ela religiosa, moral ou política.

A essa **liberdade** Immanuel Kant chama de “Ilustração”, a qual representaria a saída do homem da condição de minoridade, onde era incapaz de se servir de seu raciocínio de maneira autônoma, como se fosse uma criança, que age e pensa guiado pelos outros, para atingir a maioridade.

Kant conclui seu pensamento afirmando que o homem só atingirá seu estado de maioridade, se vencer a covardia e o medo e tiver a coragem de se libertar de seus **tutores**, passando a pensar e a agir pela própria razão, ou seja, atingir a maioridade implicava em **romper** com o sistema absolutista e religioso dominante, passando o homem, a seu ver, a ser o **dono** de sua vida.

O homem, para Kant, acha mais fácil tomar decisões se aconselhando com outros, na época com o clero (nos dias de hoje com esta imensidão de influenciadores digitais), porém, durante toda a Idade Média e parte da Modernidade ele era **obrigado** a crer naquilo que a Igreja impunha, vivendo atormentado pelo medo do castigo do pecado e do fogo do inferno.

Ele então convoca o ser humano a “ousar saber”, colocação que se tornou o lema do Iluminismo, afirmando que não haveria o menor perigo em andar com as próprias pernas.

O século XVIII passa então a ser conhecido como o século da Ilustração, o qual favoreceu o crescimento intelectual e moral do homem.

5.3- OS INIMIGOS DA RAZÃO.

Para os iluministas, quatro eram esses inimigos:

5.3.1- A TRADIÇÃO.

Tudo aquilo que é aceito por muitos e por muito tempo, acaba se tornando uma verdade. Esta aceitação de uma tradição como uma verdade, nos impede de contestá-la. Portanto, tudo aquilo que a tradição nos legou como verdade, deve ser examinado minuciosamente e não apenas ser aceito sem ressalvas.

5.3.2- A AUTORIDADE RELIGIOSA.

As verdades religiosas eram apresentadas como dogmas aos quais era **proibido** duvidar, sob o risco de pecar e ser castigado. Esta dogmatização inocente, “paralisava” o ser humano, mantendo-o sobre a pressão do medo, por um lado e por outro lado, pela ignorância, por não buscar ou ser impedido, de buscar o conhecimento.

Os dogmas eram criados para serem aceitos e não para serem entendidos. Essa imposição de uma crença, implica na verdade, em fazer com que as pessoas submetessem sua razão à autoridade religiosa, permanecendo assim em um estado de obediência cega, ou seja, em estado de menoridade.

Para atingir sua maioridade, o homem deve então investigar racionalmente todas as “verdades”, inclusive as religiosas e só aceitar as quais sua razão puder compreender. Eis aqui o grande confronto entre o iluminismo e a Igreja.

5.3.3- O FANATISMO.

O fanático é aquele que possui tanta certeza de suas convicções que não se digna a averiguar se elas são ou não verdadeiras. Também por ter a convicção de que a “sua” opinião é a verdadeira, não tolera que outras pessoas as questionem. É intolerante e dentro do possível, tenta obrigar todos a pensar como ele, recorrendo inclusive a força, se preciso for.

O não aceitar argumentos contrários as suas convicções, provavelmente se deva ao temor do fanático de que esses argumentos possam colocar em dúvida as suas convicções. O fanatismo embota a mente e emburrece a pessoa, pois impede um raciocínio lúcido e coerente, como também de ver na opinião alheia, o que existe de bom e de correto.

O fanatismo se manifesta principalmente no campo político e religioso, como a intolerância entre católicos e protestantes nesse período. Porém quando falamos em Idade Média, vemos que não era o fanatismo que levava a Igreja a perseguir povos, religiões e movimentos libertários, e sim, sua sede de poder, mais temporal do que espiritual. Por ser de origem nobre a Igreja fazia de tudo para se manter na nobreza, sem medir as consequências de seus atos praticados, na busca desse fim. Nesse contexto, o Iluminismo veio proporcionar ao leigo uma possibilidade de ruptura com esse sistema autoritário, bem como de conquistar a liberdade de pensamento e de conduta.

5.3.4- A IGNORÂNCIA.

“A ignorância é o maior mal”. Voltaire.

Podemos considerar a ignorância um dos grandes adversários do uso livre da razão, pois é ela que mergulha o homem no medo e

consequentemente, na submissão. Pode-se então entender o porquê de a Igreja impor, por 1100 anos, um sistema de ensino que mantinha o povo a beira de uma ignorância quase total. Ignorância, associada ao medo (do pecado), significava um povo manso e dominado.

Não haveria, portanto, interesse da Igreja em difundir os conhecimentos por ela retidos nos mosteiros. Quem não tem conhecimento, não pensa, quem não pensa, não conclui e quem não conclui, não contesta, e assim, não impõe resistência aos dominadores.

5.4- A REVOLUÇÃO GLORIOSA.

“Os monarcas e as autoridades religiosas deveriam apenas corroborar os esforços dos “gigantes” da era moderna”.

Todos os fatos ocorridos durante o Iluminismo, apontavam para uma mudança definitiva do pensamento e da visão de futuro da humanidade e a chamada Revolução Gloriosa foi o acontecimento político mais importante para confirmar essa tendência.

Em 1649, o rei da Inglaterra Carlos I, foi derrotado e executado pelo exército do parlamento comandado por Oliver Cromwell, que após a vitória fundou a República Inglesa e a liderou até sua morte em 1658.

Com sua morte se reestabelece a monarquia, tendo como rei Jaime II até 1689, quando ocorre então a “Revolução Gloriosa”. A monarquia é mantida, mas devia obediência ao parlamento. Nasce assim, a monarquia parlamentarista inglesa, sistema que sobrevive até hoje. Cai também com esse acontecimento, a primeira monarquia absolutista, mostrando que esse seria o destino de todos os demais regimes iguais a ela.

A importância deste fato está em demonstrar que um novo tipo de civilização estava nascendo, onde a independência da sociedade civil vinha fortalecida pelo crescimento econômico. A sociedade contesta com veemência, as instituições absolutistas, ou seja, não haveria mais lugar para o absolutismo no novo mundo que nascia.

5.5- OS NOMES DO ILUMINISMO.

“Enquanto esperamos a ajuda dos astros, a vida passa, e nós permanecemos como joguetes de ideias alheias”.

Assim como a Renascença, o Iluminismo contou com um grande número de expoentes e como foram eles os formadores desse novo modo de pensar, exporemos o pensamento de alguns deles, visando reforçar a origem das mudanças em andamento.

5.5.1- RENÉ DESCARTES (1596 - 1650).

Descartes de uma maneira clara, coloca em xeque as verdades escolásticas (religiosas), tentando reconstruir as ciências, a metafísica e a religião a partir de uma investigação rigorosa baseada na razão: “busco, assim encontrar novas certezas, capazes de estabelecer as verdades sobre o homem, o mundo e Deus”.

O pensamento de Descartes se alicerçava em quatro pilares; 1- só acreditar como verdadeiro, o que se apresenta de maneira clara e distinta; 2- dividir os problemas em partes; 3- ordenar as frações da mais simples para a mais complexa; e, 4- revisar a sequência exaustivamente, para ter a certeza de que nenhum dos aspectos do problema foi

esquecido. Ou seja, algo só será verdadeiro, se resistir ao processo metodológico da dúvida.

Algumas “verdades” impostas pela Igreja começam a ser desvendadas. O geocentrismo é definitivamente substituído pelo heliocentrismo, ou seja, definitivamente a terra deixa de ser o centro do universo. A ordem hierárquica de perfeição entre os astros, onde a terra era o planeta de menor evolução e que quanto mais distante da terra estivesse um planeta, mais evoluído ele seria, também é desmentida. Para que estas “verdades” fossem desfeitas, houve a necessidade de uma libertação prévia das antigas crenças.

5.5.2- FRANCIS BACON (1561 – 1626).

Muitas vezes chamado de criador das artes modernas, desenvolveu uma metodologia científica e o empirismo. Para ele, a observação e a experimentação (empirismo), eram fundamentais para se produzir uma conclusão.

Acrescenta-se então a experimentação como fonte de confirmação de uma teoria.

5.5.3- GALILEU GALILEI (1564 – 1642).

Afirma que a matemática é a linguagem apropriada para descrever os fatos (tudo é números conforme Pitágoras) e expressar as relações entre esses fatos. Justifica suas afirmações colocando que Deus, o Grande Geômetra, ao criar o mundo, organizou-o matematicamente.

Defensor da teoria do heliocentrismo como Copérnico, foi obrigado a negar sua tese diante de um tribunal da inquisição para evitar a morte na fogueira.

5.5.4- ISAAC NEWTON (1645 – 1727).

Sistematizou a mecânica clássica e universalizou a concepção de ciência criada por Galileu.

Ao demonstrar que a regularidade dos fenômenos naturais se estende a todo o universo e não apenas a fenômenos particulares, comprovou a existência de uma força que rege este universo, a qual recebeu o nome de gravitação.

Seu modo de pensar deixou claro que a razão humana, liberta do peso da autoridade e da tradição, e se utilizando da experiência, poderia com seus próprios recursos, revelar os segredos do mundo.

5.5.5- JOHN LOCKE (1632 – 1704).

Grande defensor do uso da razão, Locke se volta para o conhecimento das leis do entendimento humano, colocando que o importante é perguntarmos de que maneira adquirimos as ideias das coisas e, para tanto, é fundamental que o homem investigue por si mesmo, tendo como único instrumento a própria razão.

No que se refere a propriedade e a liberdade, Locke coloca que em vez de nos colocarmos nas mãos dos outros homens ou nas mãos da providência divina, seria imprescindível trabalharmos com nossas próprias forças, para suprimos as nossas necessidades. Afirma ainda que se Deus deu a todos a razão e os talentos para trabalhar, ninguém tem o direito de ficar de braços cruzados.

Nele, foram assentadas as bases para o grande movimento de afirmação da “Razão Autônoma”, o que levou a uma ruptura com a tradição, ou seja, com as verdades eclesiásticas e políticas.

Nota do autor: Sentimos a necessidade de fazer um pequeno comentário a respeito dos iluministas até aqui descritos, no sentido de ressaltar que, de todos eles, apenas Isaac Newton viu a maçonaria nascer.

5.5.6- FRANÇOIS – MARIE ARONET, AUTO NOMINADO VOLTAIRE (1694 – 1778).

Dedicou sua longa carreira a trabalhar para que os homens se tornassem cada vez mais esclarecidos, libertando-se dos preconceitos, da ignorância e do fanatismo.

Chamou de “infame” a tudo aquilo que se opunha ao progresso das luzes e a obtenção de uma vida mais feliz.

Infame era para ele então, um monstro de muitas faces, sendo uma delas e talvez a mais terrível, o fanatismo religioso, o qual era comparado por ele a uma febre violenta, capaz de impedir o homem de pensar com fortaleza, corrompendo o espírito.

Por seus ideais iluministas, a Igreja o tem como um de seus grandes inimigos, porém, Voltaire realmente era contrário à Igreja por reconhecer os seus abusos, mas não era ateu e para tanto, cito dois acontecimentos que o indignaram e o levaram a agir dessa maneira.

Fato 1- o filho de um casal protestante se enforca, os cristãos acusam seus pais de o terem matado por que ele iria em breve se converter ao cristianismo. A inquisição abre um processo, a família é considerada culpada, o pai é condenado a morte, a mãe e os irmãos banidos e seus bens confiscados (ver inquisição). Ao saber do caso, Voltaire não se conforma, consegue reabrir o processo e a família é reabilitada, seus bens devolvidos, porém, o pai já havia morrido na fogueira. Após este fato ele passa a combater intensamente o fanatismo religioso.

Fato 2- em uma capela de Paris, uma vez por ano, multidões se reuniam para uma sessão de exorcismo. Logo, muitos começavam a se contorcer, gritar, espernear. A eles era apresentada uma cruz para ser beijada, fato que só agravava o quadro. Para acalmar o “diabo”, era necessário “ofertar” algum dinheiro ao pároco da capela. Diante da cena, Voltaire coloca: “ora, que espetáculo mais indigno da natureza humana! É preciso denunciar esses charlatanismos, para que nos envergonhemos e nos corrijamos de uma vez”.

Assim, ao defender a liberdade e o uso da razão pelo ser humano e denunciar fatos vergonhosos como os acima citados, Voltaire se torna “inimigo” da Igreja.

5.5.7- DENIS DIDEROT (1713 – 1785), JEAN LE ROND D’ALEMBERT (1717 – 1783) E A PRIMEIRA ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL.

Com a finalidade de reunir todo o conhecimento esparso sobre a terra, expor um sistema geral aos homens de seu tempo e transmiti-los às gerações futuras, Diderot aceitou o desafio lançado por um editor para compor a primeira Enciclopédia Universal¹ pois para ele, tornando-se mais instruídos, os homens seriam mais virtuosos e felizes. Para tanto, convidou d’Alembert para auxiliá-lo e os demais expoentes nas mais variadas áreas, para colaborar.

Por tentar armazenar todo o conhecimento da época em um só local, a Enciclopédia foi taxada pelos poderes estabelecidos, universidades e pela Igreja, como uma obra “perigosa”. A publicação dos dois primeiros tomos foi proibida em 1752, pelo rei francês Luiz XV e em 03 de setembro de 1759, foi condenada pelo papa Clemente XIII.

¹ Já existia uma, mas referente somente a Inglaterra.

Ao rejeitar o direito divino dos reis, ao afirmar que nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros, ao limitar até o poder paterno, ao afirmar que todo o poder adquirido pela força é uma usurpação, Diderot condenava, com veemência, os poderes constituídos da época e a Igreja.

Devido a essa intensa perseguição a sua obra, Diderot usou uma tática literária chamada “remissão”, na qual, um verbete remete a outro, permitindo assim passar mensagens nas entre linhas, com a intenção deliberada de permitir um exercício crítico que, progressivamente, conduziria o ser humano ao mundo do conhecimento verdadeiro, e a recusa do conhecimento tradicional², feito de superstições e de preconceitos.

A Enciclopédia fornecia assim a seus leitores, uma base para que repensassem o mundo.

Bibliografia deste subtítulo: Iluminismo: a Revolução das Luzes, Maria das Graças de Souza e Milton Meira do Nascimento.

² Como vimos antes, os “classificadores” de obras para o Index, eram de uma cultura precária e dificilmente seriam capazes de reconhecer tal artimanha.

6

MAÇONARIA, SUA HISTÓRIA E SUA ASCENSÃO

6.1- INTRODUÇÃO.

Tendo em vista os objetivos deste livro, se torna de suma importância termos um conhecimento adequado da Maçonaria, e não desvirtuado por questões de interesses. É, portanto, relevante sabermos como ela surgiu ou de onde veio e principalmente quem ela era em 1738.

Não deixa de ser também, uma oportunidade para se tentar desmistificá-la, uma vez que como perseguida pela inquisição, foram criadas sobre ela um sem número de heresias, inverdades e lendas, arimanhas essas, utilizadas para condena-la perpetuamente.

Buscaremos formar um conceito simples e claro, tentando retificar ideias e preconceitos sobre ela, que persistem até hoje e é claro, contextualiza-la em 1738.

Dentro da história da Maçonaria, podemos estabelecer, como marco divisório, o ano de 1717, quando em 24 de julho foi criada a Grande Loja de Londres, pois somente após este acontecimento é que a Maçonaria passou a ser conhecida pela sociedade e autoridades, passando a assumir um importante papel nas mudanças do pensamento humano, movimento este que culminou nas grandes transformações ocorridas entre os séculos XVII e XIX.

Por uma questão didática, dividiremos a história da maçonaria então, em antes e depois de 1717. Antes, tentando construir uma história baseada em fatos prováveis, mas a maioria deles confirmáveis pela literatura, pois o após, está muito bem documentado pelos arquivos das Lojas e Grandes Lojas, arquivos esses, guardados e conservados com

cuidado e pelos próprios registros históricos, mesmo que com algumas distorções sobre sua imagem.

Cabe aqui, para começarmos a refletir sobre a veracidade das acusações a ela impostas pela Igreja, questionarmos alguns pontos como: poderia, uma Instituição de apenas 21 anos, ser uma ameaça tão grande para uma instituição milenar como a Igreja? Ou para Governos estabelecidos a muitos anos? Foram as ditas “sociedades secretas” que se criaram para combater o absolutismo reinante na época, ou foi a opressão impostas por governos e pela Igreja que levaram ao surgimento de tais associações? Será que não foi a descoberta pelo homem de que lhe era permitido pensar e a decidir sobre sua vida, que o levou a criar movimentos contrário ao autoritarismo reinante? Será que não foi o medo de perder o poder até então desfrutado pelo absolutismo, as custas da ignorância intelectual do povo e do medo a ele imposto através das heresias inventadas, que fez com que seus representantes desencadeassem uma campanha violenta contra todas as instituições atreladas ao novo pensamento filosófico de “liberdade, igualdade e fraternidade”?

6.2- A MAÇONARIA ANTES DE 1717.

6.2.1- DOS COLLEGIUM FABRORUM AS GUILDAS.

Tentar achar no tempo um ponto de origem para a Maçonaria, é tergiversar entre o real e o imaginário, pois o momento em que a primeira habitação foi erguida, quer de madeira, quer com a utilização de pedras, pode ser considerado o seu início, uma vez que os “construtores” lá estavam presentes.

Existem escritores que referem a presença da Maçonaria inclusive na construção da Torre de Babel (Êx11,1-4), justamente por ser ela uma construção e por isso, necessitar de “obreiros”. A igreja utiliza estas colocações para acusar a Maçonaria de querer interferir na instituição, mas com certeza, essas são especulações feitas baseadas apenas no termo “maçom”, que quer dizer construtor. Se havia uma construção, havia também um maçom, nada mais.

O termo *maçom*, em sua tradução literal significa *pedreiro*. Já a Maçonaria incluía os pedreiros (ou construtores de muro) e os marceneiros (ou trabalhadores do tronco), uma vez que, somente a ação conjunta de ambos permitiria a conclusão de uma obra.

Pelo colocado acima, fica praticamente impossível definirmos uma data específica para o surgimento da Maçonaria. O que tentaremos fazer é traçarmos o caminho mais provável (ou aceitável) para o seu surgimento.

Desde os tempos mais remotos, as sociedades tentaram se organizar em grupos distintos, conforme suas profissões ou interesses afins. Com o passar do tempo, esses “agrupamentos” de pessoas adquiriram um caráter oficial e passaram chamar-se *Collegium Fabrorum*, que seriam semelhantes, nos dias de hoje, a clubes sociais, instituições sociais, escolas e, o ponto que nos interessa, a associações de profissionais, sendo que surgiram então, os *collegia fabrorum* dos sapateiros, dos joalheiros, dos pedreiros e dos marceneiros, sendo que estes dois últimos se uniram e formaram o *collegia fabrorum* dos construtores.

A formação de um *collegia fabrorum*¹ dependia da autorização do Imperador Romano, o qual fornecia um documento semelhante a uma

¹ Collegia, singular de collegium.

carta constitutiva. Tal solicitação era paga e os *collegium fabrorum* que envolviam profissões, pagavam o devido imposto ao império e eram devidamente fiscalizados.

Dos *collegium fabrorum* criados, apenas o dos pedreiros conseguiu evoluir e se destacar dentro da história, e isso se deve as condições temporais especiais, uma vez que o crescimento populacional, as frequentes guerras, que exigiam mão de obras para reconstruir os estragos, bem como, para construir moradias e fortificações para os exércitos, e a expansão da Igreja Católica com o consequente aumento da construção de igrejas, exigiam uma mão de obra abundante e qualificada.

Outro fator que determinou a expansão e a evolução desse *coleggia fabrorum* em específico, foi o fato de que dele fazia parte um profissional considerado o mais completo da época: o arquiteto. Para ser um arquiteto era necessário que o profissional conhecesse profundamente música, filosofia, matemática, geometria, astrologia entre outras.

No final do Império Romano do Ocidente, que caiu em 476, o termo *collegia fabrorum* começou a ser substituído pelo termo Guilda, sendo que esse se referia mais especificamente as profissões. Aos moldes dos *collegium fabrorum*, as guildas funcionavam sob autorização e fiscalização dos governos estabelecidos, recebendo a mesma carta constitutiva e pagando seus devidos impostos

6.2.2- DAS GILDAS AO SURGIMENTO DAS LOJAS.

Ao contrário das demais guildas (sapateiro, ferreiro etc.), que fabricavam e vendiam seus produtos no mesmo local, os construtores necessitavam se deslocar até o local das obras em construção. Como o

deslocamento era difícil, os obreiros costumavam permanecer na obra até o seu final, a qual às vezes levava anos, dependendo do seu tamanho.

Para melhor se acomodarem, era construído junto ou na proximidade da obra, um “puxado”, local este que servia tanto de moradia para os obreiros, como para depósito dos materiais que seriam utilizados na obra.

Como a profissão de pedreiro necessitava de constante aperfeiçoamento devido a descoberta de novas técnicas de construção, esse espaço passou também a ser utilizado como um local de estudo, quando então, essas novas técnicas eram repassadas aos demais membros da guilda.

O termo *loja* se origina então, daquele espaço junto as construções que serviam de moradia dos obreiros, depósito de materiais e local de estudo.

É reconhecida como a primeira loja ou *Lodge Number One*, a loja erguida junto a construção da Capela de Mary ou *Incorporation of Mary's Chapel*. (Pg. 87).

6.2.3- COMO SURTIU O TERMO “MAÇONARIA”.

O termo *maçon*, em francês, significa tanto construtor, como pedreiro, sendo que este é o motivo pelo qual os membros das guildas de construtores passaram a ser chamados de *maçons*. (Pg. 75)

Como vimos acima, a profissão de pedreiro exigia um constante aperfeiçoamento e atualização, pois novas técnicas surgiam com frequência.

Para conseguir adquirir estes novos conhecimentos, só os estudos em loja não eram suficientes e os *maçons* de várias guildas começaram a se reunir anualmente para uma troca de conhecimentos. Esses

encontros acabaram por criar laços fraternos entre as guildas participantes, culminando com a instituição de regras e estatutos, organizando os estudos em loja e nos grandes encontros, os quais no início era de uma vez por ano.

Por sua importância, logo esses encontros passaram a ser regulares e se tornaram obrigatórios e sujeitos a multas para a guilda que não participasse, a menos que não tivesse sido avisada a tempo. As guildas formaram então, uma espécie de “associação”. Como as guildas eram formadas por maçons, esta associação passou a chamar-se de “Maçonaria”.

6.2.4- OS SEGREDOS, E OS GRAUS.

“As reuniões maçônicas não são secretas e sim privadas. Como as de qualquer outra associação de caráter particular”.

No mundo dos negócios, o segredo do conhecimento ou de uma técnica, sempre foi o grande trunfo para se obter exclusividade e prestígio, conseguindo assim, melhores preços pelos seus produtos ou serviços. Foi assim com Portugal, que tentou não revelar ao mundo a descoberta do Brasil, confinando a carta de Pero Vaz de Caminha aos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, por mais de três séculos (Pg. 111). Portugal também descobriu as correntes marítimas, o que lhe proporcionou encurtar e tornar menos perigosa a viagem da América para a Europa e da África para a América, porém manteve suas cartas náuticas sobre grande sigilo. Este segredo lhe permitiu dominar as viagens marítimas e a se transformar em um país rico e “dono dos mares”. O jesuíta Antonil descreveu com os mínimos detalhes o funcionamento de

um engenho de cana de açúcar, o qual era de propriedade dos jesuítas, e esta descoberta foi mantida em segredo, pois desse segredo dependia a prosperidade e riqueza de todos (os jesuítas).

No século XVI o médico Peter Chamberlen, inventa o *fórceps*, instrumento de metal composto por duas hastes que se encaixam, prendo a cabeça do bebê entre elas, e cuja a finalidade era abreviar e/ou facilitar o parto. Esse médico manteve a sua descoberta no mais absoluto segredo, tornando-se assim, o parteiro oficial da nobreza, o que lhe proporcionou fama e dinheiro. Forçado pelas autoridades a contar seu segredo, entregou apenas uma das hastes do fórceps, o que lhe permitiu mais um bom tempo de exclusividade até que alguém descobriu a necessidade da pá complementar.

Na Igreja primitiva (século I-II), só era permitido participar dos cultos os cristãos batizados (adendo nº 6), fato esse que foi considerado pelo Império Romano como um encontro secreto, sendo um dos motivos da perseguição aos cristãos, deixando bem claro que todos temem o “secreto”, mesmo que ele seja inofensivo.

Acontecia assim também na área da construção. Quem descobrisse algo inovador, guardava o segredo para si, o que lhe garantia uma “reserva de mercado”. Quem melhor dominasse o conhecimento, obtinha os melhores serviços e a melhor remuneração. Assim, os grandes “segredos” praticados pela Maçonaria, tem sua origem nesse costume de preservar as descobertas escondidas, o maior tempo possível. Também foi essa prática utilizadas nas guildas, que suscitou tantas histórias fantásticas e mirabolantes sobre a ordem maçônica, criada, espalhada e explorada pela Igreja após 1738 e que persistem até os dias de hoje.

Dentro do quadro de obreiros de uma loja, era o conhecimento que lhe permitia realizar determinado tipo de trabalho, existindo então,

várias funções, que iam desde o carregador de pedra (tijolos), até o arquiteto.

Para que um trabalhador fizesse parte de uma loja, ele precisava demonstrar seus conhecimentos e ser avalizado por algum membro da loja. Passava por provas e testes, sendo que essa prática de avaliação é que deu origem posteriormente, ao ritual de iniciação.

Para resguardar a qualidade da obra, os obreiros foram divididos em grupos, conforme seus conhecimentos, surgindo assim, o grau de aprendiz, companheiro e mestre. Os estudos em loja permitiam que um obreiro pudesse passar de um grau para outro, conforme seu aprendizado. Existia então a possibilidade de um obreiro mudar de grau pelo estudo.

O número de obreiros era proporcional ao tamanho da obra e nas grandes construções, se tornava difícil saber qual operário pertencia a qual grau, surgindo assim, a necessidade de se criar um método que permitisse identificar o obreiro conforme seu grau. Surgiram então, os toques, os sinais e as palavras de passe, sendo que o de grau inferior, não conhecia as identificações do grau superior.

Tem origem então, mais uma lenda sobre os segredos da maçonaria, pois esse sistema de identificação com sinais e palavras “secretas”, gerava grandes fantasias no imaginário dos governantes e da população.

E a Maçonaria hoje é secreta? Se não era naquela época, também não o é nos dias de hoje. Toda a loja maçônica possui CNPJ e endereço fixo, seus membros são cidadãos conhecidos da sociedade, ou seja, os maçons não se reúnem em locais escondidos. A Maçonaria é então, uma entidade particular como o Lions Clube Internacional, Rotary Clube e demais clubes privados, onde só participam das reuniões, seus membros ou convidados. Nenhuma destas entidades realiza suas reuniões com as

portas abertas para a comunidade e nem por isso são consideradas secretas ou nocivas à sociedade.

6.2.5- MAÇONARIA OPERATIVA E MAÇONARIA ESPECULATIVA.

A Maçonaria é por sua origem, operativa, uma vez que surgiu do agrupamento de “operários” da construção, sendo que por muitos séculos, só quem fosse pedreiro ou marceneiro poderia dela fazer parte.

Já, o termo Maçonaria especulativa surgiu no final do século XVII, quando lojas maçônicas começaram a aceitar em seus quadros, pessoas que não eram profissionais da construção. Cabe aqui ressaltar que um dos sinônimos de especulativo² é curioso, sendo talvez esta a origem do nome, uma vez que algumas pessoas talvez comessem a fazer parte de uma loja por curiosidade.

Quando a Maçonaria especulativa passou a ser conhecida, faziam parte de seus quadros membros da nobreza, militares, filósofos e membros do clero, sendo que essa “mistura de profissões”, e consequentemente de pensamentos é que propiciou sua rápida expansão, tornando-a uma entidade forte, capaz de difundir as ideias iluministas e transformadoras que fervilhavam na época.

Foi também o aumento de sua influência na difusão dessas novas ideias, o causador da sua perseguição e de sua condenação, uma vez que os governos absolutistas, incluindo a Igreja, temiam perder o poder opressor que detinham até então.

² Investigativo também é sinônimo de especulativo.

6.2.6- O SURGIMENTO DA MAÇONARIA ESPECULATIVA E FIM DA OPERATIVA.

Não existem relatos históricos capazes de precisar uma data específica a respeito destes dois fatos. É bem provável que a Maçonaria operativa tenha desaparecido durante a revolução industrial, uma vez que a industrialização relegou a um segundo plano, o obreiro completo.

Quanto a Maçonaria especulativa, a primeira notícia que se tem dela é do final do século XVII, quando em 1666, um incêndio destruiu grande parte da Londres antiga, incluindo um grande número de igrejas. Para reconstruir estes prédios danificados, foram contratadas as guildas de “maçons” e *mestres nas artes da construção*, pois elas eram a “mão de obra especializada” da época.

O resultado desse trabalho de reconstrução foi tão significativo, que lhes proporcionou um rápido reconhecimento e uma fama até então não experimentada. Ficaram famosos por serem ótimos construtores, e não pelo simples fato de serem maçons.

Diante desta fama repentina da Maçonaria operativa, se manifesta uma “outra” Maçonaria, até então silenciosa, a Maçonaria especulativa ou Franco Maçonaria, reivindicando para si um parentesco com os maçons operativos, agora famosos, chamando-os de “irmãos”. Esse parece ser o primeiro relato confiável da existência da Franco Maçonaria.

6.2.7- A FUNDAÇÃO DA GRANDE LOJA DE LONDRES.

Impulsionada pela fama repentina da maçonaria operativa, a especulativa também se destaca como instituição, saindo de uma condição de anonimato, para a de protagonista das mudanças socioeconômicas e filosóficas em curso.

Ao se tornar “visível” e apoiar a modernidade, a Franco Maçonaria difunde-se rapidamente por toda a Europa. Essa expansão rápida, gerou a necessidade de uma organização como entidade, uma vez que as lojas criavam e seguiam suas próprias regras, induzindo a rivalidades entre elas.

Buscando uma unificação, uma organização e uma pacificação, foi fundada em 24 de julho de 1717, dia de São João Batista, a Grande Loja de Londres, resultado da união de quatro lojas. Criou-se então, um corpo governante, o qual passou a ser o centro de comando da Maçonaria mundial.

O projeto foi tão bem aceito, que em 1723, cinquenta e duas lojas já estavam a ela filiadas e ainda hoje, para que uma loja maçônica seja considerada “regular” e seus membros reconhecidos como maçons em todo o mundo, ela deve ser reconhecida pela Grande Loja de Londres, e seu endereço constar no livro de endereços desta Grande Loja.

6.3- A MAÇONARIA APÓS 1717.

“Não importa o que você faz, mas quem você é”.

6.3.1- INTRODUÇÃO.

É a partir da fundação da Grande Loja de Londres que a Franco Maçonaria deixa o anonimato para se assumir como entidade. Se organiza, cresce e passa a abrigar em seu meio, as principais autoridades e pensadores da época, protagonizando uma posição de vanguarda na difusão das novas ideias iluministas.

Em apenas vinte e um anos, a Maçonaria se transforma em uma verdadeira escola filosófica, criando universidades e bibliotecas. Ao

incorporar e difundir as ideias do modernismo, trouxe uma nova esperança e um novo sentido para a vida das pessoas, após mais de mil anos de submissão por opressão, às monarquias absolutistas e à Igreja.

A Maçonaria não atingiu tal estágio exclusivamente por sua ação, mas muito mais, impulsionada pela adesão a ela, de um movimento contrário a essa opressão milenar. A Maçonaria não agiu contra a Igreja ou as monarquias absolutistas como entidades em si, mas, ao adotar os novos pensamentos, acabou se opondo a todos os desmandos até então, por elas praticados. Foram essas forças opressoras, que de tanto se impor aos povos, acabaram por criar inimigos dispostos a não mais aceitar o seu jugo.

Os novos pensamentos realmente ameaçavam o poder absolutista milenar, o qual, contra-atacou de forma intensa esses inimigos em parte “fictícios”, perseguindo-os, inventando heresias, julgando sem direito de defesa e condenando sem provas.

6.3.2- CONCEITO DE MAÇONARIA.

“É uma instituição que tem por objetivo tornar feliz a humanidade pelo amor, pelo aperfeiçoamento dos costumes, pela tolerância, pela igualdade e pelo respeito à autoridade e à religião”.

A definição de Maçonaria acima descrita consta no Ritual de Aprendiz do Rito Escocês Antigo e Aceito e pode ser encontrado na internet livre.

Fica claro nesta definição, que a Maçonaria **não** é, e **nem pretende** ser uma religião. Visa, isto sim, a oferecer uma oportunidade de aperfeiçoamento ético e moral a seus membros, nos quais, em princípio,

estas virtudes já estariam presentes. Não pretende corrigir o homem, mas sim, permitir o seu autoconhecimento e seu auto aperfeiçoamento.

Assim, à Maçonaria, não importa a posição socioeconômica ou a visão política e religiosa de seus membros e sim, o seu caráter.

6.3.3- A MAÇONARIA É ATEIA?

“Segundo todas as Constituições maçônicas, o único interdito à iniciação, é ser ateu”. Alex Moreira Andrade – A Maçonaria no Brasil.

Como vimos acima, a Maçonaria não é ateia, pois para ela não importa à qual religião o maçom pertence, porém, é importante salientarmos aqui, que ela exige de seus membros uma fé. Mais importante ainda salientar, é de que esta fé deve crer em um ser superior e na vida após a morte, exigências estas, expressas nos Landmarks³ 19 e 20.

Durante o período do Iluminismo, ela foi considerada deísta⁴, por ser um pensamento pregado pelo movimento, mas, ao aceitar como membros, pessoas de todas as religiões, inclusive cristãos católicos, deixa claro que para ela, cada um tem o direito de professar sua fé livremente. Essa primeira visão deísta e posteriormente, ao incentivar que cada um professasse sua fé livremente, muito incomodou a Igreja, pois ela, a muitos anos, vinha impondo a sua fé e os seus dogmas, sem deixar escolhas para os fiéis.

Ao discutirmos se a Maçonaria é ou não ateia, acho pertinente, colocar a citação de Alex Moreira Andrade, no seu livro “A Maçonaria no

³ Landemark: são os vinte e cinco preceitos que regem todas as leis maçônicas. Nenhuma constituição ou estatuto pode ser aceito, caso viole um dos landmarks.

⁴ Deísmo: doutrina que considera a razão como a única via capaz de nos assegurar da existência de Deus, rejeitando para tal fim, o ensinamento ou a prática de qualquer religião.

Brasil” (2016, Pg. 31): “Pelo mesmo motivo, não se podia discutir política e religião nas lojas. Em decorrência desta determinação legal, os maçons poderiam e deveriam iniciar pessoas de qualquer credo religioso e de qualquer crença política. Declaradamente, a Maçonaria seria uma associação neutra do ponto de vista político e religioso e que pugnava pela liberdade de consciência”.

A convivência entre a Igreja e a Maçonaria foi pacífica até o surgimento da Franco Maçonaria, uma vez que, os membros das guildas eram todos católicos, construíram as grandes obras da Igreja e as lojas estavam então ligadas a Igreja. Dentro das lojas existia uma capela e um padre era contratado para celebrar missas. Nas festividades da Igreja, os maçons participavam ativamente, inclusive nas procissões comemorativas, principalmente no dia de São João Batista, seu padroeiro. Quando o número de obreiros era muito grande, as reuniões da loja eram realizadas nas paróquias. Como a Igreja deteve o conhecimento durante toda a Idade Média, imaginam os historiadores, que a maioria dos maçons, nesse período, fossem abades.

Esta “harmonia” durou até o pensamento humano florescer com a Renascença e o Iluminismo, quando a dogmatização da Igreja começou a ser contestada, permitindo assim que cada pessoa fosse livre para pensar, concluir e, conseqüentemente, escolher o que melhor lhe servia.

6.3.4- O PRESTÍGIO ALCANÇADO PELA MAÇONARIA.

A identificação da Maçonaria com os preceitos Iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade e o seu empenho em difundir-lhes, tanto que se tornou o lema da Maçonaria francesa, a levaram a alcançar

um alto conceito junto a população e é claro, a ser perseguida pelos poderes constituídos.

Foi o modernismo que, ao se estruturar e tomar força, levou as modificações no modo de pensar da época, ameaçando esses poderes absolutistas (governos e Igreja), e não a Maçonaria especificamente. Ela foi apenas um dos meios pelos quais estes novos pensamentos se espalharam, pois, pela sua rede de lojas, as novidades eram rapidamente difundidas. Pelo respeito adquirido como instituição defensora da liberdade, tornou-se o alvo preferido daqueles que se sentiram ameaçados por esse fim almejado.

Antes da reforma protestante, a Igreja realizava um “Fórum Internacional” no qual reuniam potestades e príncipes, que mesmo em guerra, decretavam uma trégua para se fazerem presentes. Na oportunidade a Igreja se portava como árbitro, muitas vezes levando ao armistício entre países em enfrentamento e estabelecia as regras para a vida das pessoas. Após a Reforma Protestante esses fóruns não mais aconteceram.

Com o prestígio adquirido, a Maçonaria passou a ser a instituição em condições de oferecer essa oportunidade de conversações novamente, pois possuía uma rede de contato, as lojas, dispersa por todo o mundo, o que a tornaria algo como uma “liga das nações”, uma ONU da época, fato negativo diante das pretensões da Igreja em se manter como detentora do poder.

“O mundo nada mais é do que uma enorme república, na qual, cada nação é uma família e cada indivíduo, um filho”. Michael Ramsay, sec. XVII.

Esta declaração encontrada no “Poema de Ramsay”, dá a grandeza do pensamento em desenvolvimento na época e o porquê de ele ser tão temido pelos opressores.

6.3.5- A RELAÇÃO DA MAÇONARIA COM O ILUMINISMO (MODERNIDADE).

A Maçonaria sai do anonimato (1717) junto com o nascimento do Iluminismo (1715), o que acabou levando a uma íntima relação entre eles, atrelando o crescimento de um, ao do outro.

Como os pensamentos iluministas eram contrários ao absolutismo e a opressão da Igreja, seus defensores foram duramente perseguidos pela inquisição. Esta perseguição fez com que os perseguidos buscassem refúgio no anonimato, “escondendo-se” nas chamadas “ordens secretas”⁵. Assim, a perseguição aos iluministas levou ao seio da Maçonaria os grandes pensadores da época, o que determinou o seu fortalecimento e lhe deu credibilidade junto à população.

A Maçonaria não nasceu iluminista, mas se tornou parte do movimento ao receber como membros, grandes pensadores pertencentes a ele.

Vale ressaltar aqui, que a presença de membros do clero na Maçonaria, não acontecia por que a ordem queria se intrometer na Igreja, como a Igreja assim propaga, e sim, por que estes eram partidários dos pensamentos iluministas.

⁵ A Maçonaria não era a única, mas era a que estava em maior evidência.

6.3.6- A INVESTIGAÇÃO POLICIAL DO CARDEAL FLEURY E OS MEMBROS DA MAÇONARIA.

A Maçonaria foi se transformando cada vez mais rápido, de operativa para especulativa, ou seja, cada vez mais membros de outras profissões e da sociedade passavam a dela fazer parte.

A igreja já preocupada com a ascensão da Ordem, iniciou investigações buscando encontrar motivos para a sua condenação. O cardeal Fleury ordena que a polícia francesa investigue a Maçonaria. No dia 1º de agosto de 1737, é apresentado o relatório final da investigação, o qual declarava a Maçonaria inocente da “indecência”, mas “potencialmente perigosa” em virtude da sua indiferença em relação as religiões.

Mesmo assim, a Maçonaria é interdita na França, fato esse que será usado para justificar a promulgação da bula de sua condenação.

Nos documentos confiscados, o que chocou e surpreendeu o cardeal Fleury e seus conselheiros, foi o fato de constarem na lista de maçons, um grande número de nobres, pensadores e de membros do clero, como por exemplo, o capelão da “*Garde du Coris*”, ou seja, o capelão da guarda-costas do rei, o qual era membro da Grande Loja Jacobita Bussi-Aumant, além de membros que eram oficiais, funcionários do rei e pessoas íntimas da corte.

Apesar de poucos efeitos práticos, a investigação do cardeal Fleury, ao mostrar que a Maçonaria era composta por pessoas importantes, capazes de realmente influenciar outras pessoas com seus ideais, acabou por interferir diretamente na decisão do papa Clemente XII, em condenar a Ordem.

6.3.7- A CRIAÇÃO DE HERESIAS.

“A dita reunião e sociedade de nenhum modo se opõe a fé ou aos bons costumes”. Inquisidor Cunha, após interrogar nove maçons.

A frase acima citada, serve de exemplo para a confirmação de que as acusações contra a Maçonaria, tanto em termos de fé, como de ética e moral, eram todas falsas.

Diante dos dados levantados pela investigação policial, a qual demonstrou a importância social e política de alguns membros da ordem e a aceitação em seus quadros de homens de todas as classes sociais, quebrando a tradição da divisão entre nobreza e pobreza e de todas as religiões, retirando o monopólio católico imposto pela Igreja, o cardeal Fleury em comum acordo com Roma, cria dezessete heresias supostamente praticadas pelos maçons, em uma atitude tipicamente inquisitória, onde as acusações eram criadas e os acusados não tinham o direito de se defender.

Heresias como: o maçom deve cuspir na cruz, maçons são adoradores do diabo, maçons são contra a Igreja e sem amor ao Papa, que são os anticristos, os maçons são homossexuais, que existiam 6 milhões de maçons e que planejam conquistar a Europa etc., só podem ter partido de quem não possuía o menor conhecimento de Maçonaria ou que estava realmente disposto a condená-la (ou os dois), o que é o nosso caso. Aqui, a Igreja repete com a Maçonaria, o mesmo ato do qual foi vítima nos primeiros séculos de sua existência: falsas acusações (aliás, as mesmas proferidas contra ela), as quais determinaram as perseguições e a morte de milhares de cristãos.

Citamos mais uma passagem em que as investigações contra a Ordem não demonstraram resultado condenatórios. O cardeal Firrao ordena ao inquisidor Cunha a interrogar várias pessoas que haviam participado de jantares com maçons e as respostas obtidas era que: “nos ditos lugares nada se discutiu contra a religião católica e que o objetivo era simplesmente comer bem e se divertir com um pouco de música, cada um deles tendo contribuído com alguns escudos para os custos. Além de algum dinheiro para ser dado aos pobres”.

Essas passagens, mas existem muitas outras na literatura, evidenciam a obscuridade que envolvia a atitude da Igreja na questão, caracterizando uma ação inquisitorial típica. Como sempre acontecia nos processos inquisitórios, o papado e a inquisição haviam condenado algo (a Maçonaria) e se dispunham a puni-lo, mesmo sem saber do que se tratava especificamente (ou sim), seguindo na perseguição apesar de nada terem encontrado que fosse realmente herético, elevando às alturas a especialidade da inquisição: *a invenção de heresias*. O primeiro maçom condenado pela inquisição foi John Custos.

Nenhum dos “complexos complôs” arquitetados pela Maçonaria que a inquisição alegou ter descoberto, se concretizou, o que leva os historiadores a concluir que foram todos inventados por uma instituição persecutória e que, quando houve hostilidade contra ela, essa só ocorreu em reação a perseguição exercida por ela, contra esses grupos.

Bibliografia utilizada neste subtítulo: Influências da Origem da ordem Maçônica, Tragnago, L. C., Silva, O. T., 2021, Editora Fi, Porto Alegre, RS

7

SOBRE O PAPA CLEMENTE XII

7.1- HISTÓRICO:

Lorenzo Corsini nasceu em Florença, em 07 de abril de 1652. Sua família pertencia a nobreza romana e faleceu em 06 de fevereiro de 1740, devido a complicações da gota¹. Seus restos mortais estão sepultados na capela Corsini, localizada na Arquibasílica de São João de Latrão.

Foi eleito papa em sua terceira tentativa, aos 79 anos e empossado em 12 de julho de 1730. Foi um dos papas mais velhos a ser empossado.

Em 1731, ficou cego e em consequência das complicações articulares da gota, costumava dar audiências deitado.

7.2- SEU PONTIFICADO.

Ao ficar cego, nomeou seu sobrinho, o cardeal Neri Corsini, seu secretário geral, o qual, segundo os historiadores, teria uma grande afeição pelo poder e teria exercido uma grande influência sobre o tio.

Teve importante ação nas artes e na arquitetura, tendo dado início a grandes obras em Roma, como a “Fontana di Trevi”. Em sua ação eclesial, destaca-se a tentativa de reaproximação com a Igreja Ortodoxa e Copta.

Para sua família, já nobre, comprou e ampliou suas propriedades.

¹ Gota: doença inflamatória causada pelo aumento do ácido úrico no sangue. Hoje, facilmente controlada por medicações, antigamente levava a deformidades incapacitantes dos membros.

7.3- DAS FINANÇAS DO PAPADO.

Recebeu do papa Bento XIII, um papado financeiramente combalido devido aos abusos de seus auxiliares. Para equilibrar as finanças, criou a loteria pública, que havia sido extinta pelo seu antecessor, o que lhe trouxe uma arrecadação anual em torno de meio milhão de escudos. Este aporte financeiro lhe permitiu investir nas obras pelas quais é lembrado.

A dívida herdada tinha como credores, entre outros a França e a Espanha, países esses que já possuíam domínios em território italiano e ameaçavam invadir Roma, tornando-se um perigo à hegemonia da Igreja.

7.4- DA PROMULGAÇÃO DA BULA.

A maçonaria pelos seus novos ideais libertários que ameaçavam as monarquias absolutistas, já havia sido condenada em outros países portadores deste regime. A França e a Espanha também queriam condenar a ordem, mas queriam o respaldo da Igreja, como sempre, forçando-a a tomar tal atitude, sob a ameaça de invadirem Roma e suprimindo a sua autonomia. Ao promulgar a bula condenando a Maçonaria, a Igreja, como o já ocorrido na inquisição e na escravidão, deu “legalidade” a condenação decretada por estas nações, à Ordem.

8

A BULA “IN EMINENTI APOSTOLATUS SPECULA”

Não resistindo mais as pressões tanto externas (principalmente), como internas, o papa Clemente XII promulga, em 24 de abril de 1738, a bula condenatória contra a Maçonaria.

Mais uma vez, escudados por um viés religioso (criação de here-sias), as monarquias absolutistas e a Igreja, agem conjuntamente em um projeto cujas finalidades reais, eram políticas e econômicas.

A bula *in eminenti* foi promulgada com bases em quatro justificativas:

- 1- A Maçonaria já teria sido proscrita e banida em vários estados, por estar contrária a *segurança dos reinos*.
- 2- Da Maçonaria, derivam grandes males para a *tranquilidade dos reinos* e dos estados temporais e não pode conciliar-se com as leis civis.
- 3- A Maçonaria *promove a união de homens de diversas religiões*; à inscrição de homens *honestos e prudentes*, porém, questiona os possíveis males que tais reuniões resultariam para a salvação de suas almas.
- 4- E por outros “**justos e razoáveis**” motivos por nós conhecidos.

Os motivos condenatórios acima citados, nos fornecem todos os dados para desenvolvermos a contextualização final, pois resumem, perfeitamente, tudo aquilo que viemos tentando mostrar até aqui.

9

CONTEXTUALIZAÇÃO

9.1- INTRODUÇÃO.

“Historia magistra vitae est”. A história é a mestra da vida. (Cícero, In de Oratore).

Não vamos falar de invencionices ou heresias criadas, mas sim, de história devidamente documentada.

Um livro que tem por objetivo ser histórico, deve se sustentar por si só, ou seja, deve estar baseado em uma bibliografia sólida e confiável, oriunda de obras de autores sérios e imparciais e cujos dados ofertados sejam de fácil conferência, em casos de dúvidas ou negações.

A história é imutável e o que está escrito não temos como negar. Ninguém apaga a história, isso é notório. Podemos fazer de conta que não existiu, escondê-la e até negá-la para nos aliviarmos, se ela for uma ameaça, mas ela sempre estará lá, podendo emergir a qualquer momento, quando bem pesquisada. Aí, indiferente à nossa vontade, a verdade surge podendo desmentir tudo aquilo que afirmamos por anos.

Com a história só nos resta aprender. Repetir o que deu certo e reconhecer e corrigir o que deu errado. Ressalto que para corrigir, temos que primeiro reconhecer onde falhamos.

Por outro lado, a história não pode ser contada apenas por um viés, ou seja, aquele que me interessa. Ambos os lados têm o direito de exporem às suas ponderações.

Acredito que os assuntos até aqui tratados, estão embasados em dados sólidos e confiáveis, nos permitindo traçar uma ideia real de

como era o mundo em 1738, bem como definir de uma maneira imparcial, quem eram as duas instituições naquele ano.

Dados confiáveis permitem conclusões com um menor risco de parcialidade. Foi com esta intenção que me empenhei em fornecer aos leitores estes dados históricos, ressaltando a sua credibilidade. Creio que consegui atingir meu objetivo. Assim, baseado nestes dados históricos, poderemos contextualizar 1738 sob uma visão mais ampla, no que tange o momento histórico vivido.

9.2- ACHADOS EXTRAS NA LITERATURA SOBRE A IGREJA.

“Aquele que começa a viver de rapina, sempre encontra razões para ocupar o que é de outrem”. O Príncipe, Maquiavel.

Uma das maiores surpresas que tive durante a minha pesquisa, foi a de descobrir a visão unânime de autores quanto a imagem que tinham da Igreja, mesmo que essa obra não se referisse ao assunto aqui tratado.

Prepondera a visão da Igreja como uma instituição absolutista, que se impunha pelo poder e pelo medo, que ditava regras, leis e dogmas a seu bel prazer, que transformava o pecado e o medo do fogo do inferno em armas para coagir as pessoas a lhe obedecer, que impedia o desenvolvimento do conhecimento, retendo-o dentro de seus mosteiros e impondo aos fiéis verdades por ela criadas, mantendo as pessoas na ignorância e no medo e de que a equação “medo + ignorância” tem como resultado final pessoas dóceis e mansas, permitindo mais facilmente a sua dominação.

Obras da época, como *O Príncipe de Maquiavel* e *Elogios a Loucura*, de Erasmo de Rotterdam, retratam a história por eles vivenciadas. Já, Stephen Hawking, assim a define por seus estudos e conhecimentos.

Para dar veracidade ao dito, cito alguns exemplos.

- Do livro de Stephen Hawking “Uma Breve História do Tempo”: [...] a Igreja Católica havia cometido um terrível erro com Galileu, ao tentar dar a última palavra sobre uma questão “científica”. [...] foi concedida aos participantes da conferência uma audiência com o papa João Paulo II. Ele nos disse que não deveríamos investigar o Big Bang em si, por que esse era um momento da criação e, portanto, uma obra divina”. Conferência sobre cosmologia, ministrada aos jesuítas no Vaticano.

- Do livro “Breves Respostas Para Grandes Questões, do mesmo autor: [...] Em nenhum momento, nos cerca de 10.000 anos desde a última era do gelo, a raça humana atravessou uma situação de conhecimento constante e de evolução tecnológica. Houve retrocessos, como o que costumamos chamar de “Idade das Trevas”.

Em “O Príncipe”, de Maquiavel, encontramos em sua introdução, escrita por João Feres Júnior:

- Nota de rodapé nº 4: a Igreja católica foi a principal responsável pela demonização de Maquiavel e de seu pensamento. O Príncipe foi proibido pela primeira vez em 1559, pelo papa Paulo IV. Em 1578, o “Grande Index” da inquisição, proibiu sua obra completa, que estava bem acompanhada com o “Decamerão” de Boccaccio, e um tratado de Dante de Alighieri, “De Monarchia”, sobre o poder secular e religioso.

- O fanatismo católico determinou o massacre de huguenotes, na já conhecida Noite de São Bartolomeu (ver adendo nº 4), em 23 de agosto de 1572, bem como o assassinato dos reis Henrique III e IV.

- O abade Aimé Guilan cria uma edição fraudulenta de O Príncipe, no século XIX, supostamente escrita por Napoleão (Para desacreditar o original).

- Via o poder temporal do papa como um empecilho para a unificação da Itália.

- Na época de Maquiavel a Renascença está em seu início e a Europa saía aos poucos, de um período em que a Igreja era de longe, a instituição mais organizada e acima de tudo a dona do monopólio ideológico.

Retirados do livro:

- [...] respondi que os franceses não entendiam de estado, pois se entendessem, não deixariam a Igreja crescer tanto.

- Quando quis tornar poderoso o seu filho (o duque), o papa Alexandre VI enfrentou muitas dificuldades, presentes e futuras. [...] Primeiro não via meios de fazê-lo senhor de algum estado que não pertencesse a Igreja...[...] além disso, via que os exércitos italianos dos quais poderia servir-se, estavam em mãos dos que deviam temer a **grandeza** do papa.

- [...] pois dando-se conta os Orsini, já tarde, de que o poder do duque e da Igreja era a sua ruína...

- Nota de rodapé nº 68: Juliano della Rovere, o papa Julio II, havia sido inimigo dos Bórgias. Mas para obter os votos dos cardeais borgia-nos, fez um acordo com Valentino e lhe prometeu sagra-lo gonfaloneiro da Igreja e preservar-lhe o estado da Romenha. Uma vez eleito, não cumpriu o acordo.

¹ Gonfaloneiro: alto posto dentro da Igreja, cujas funções variaram com o passar do tempo.

- [...] Fernando de Aragão², atual rei da Espanha...[...] pôde nutrir seus exércitos com o dinheiro da Igreja e do povo...[...] servindo-se sempre da religião, voltou-se para uma piedosa crueldade, expulsando e espoliando os marranos³. Nota de rodapé nº 190, (Pg. 114)

Passagens retiradas do livro “Elogios a Loucura”⁴, de Erasmo de Rotterdam, filho de Elias e Margarida Zerembergen:

- Seu pai, em virtude da perseguição da família de Margarida, por não ter recebido a benção da Igreja, fora constrangido a refugiar-se em Roma. Notícia biográfica.

- Elogios a Loucura foi editado em Paris, em 1509, e é uma sátira interessante, na qual, os potentados da época e sobretudo, os homens da Igreja, são impiedosamente “escalpelados” pela ironia incomparável do grande escritor. Introdução – Antonio Olinto.

- Duas coisas, sobretudo, impedem que o homem saiba ao certo o que fazer: uma é a vergonha, que cega a inteligência e arrefece a coragem; a outra, é o **medo**, que indicando o **perigo** obriga a preferir a inércia à ação. Do livro.

- [...] numa palavra, todos os delitos se realizam com um pouco de dinheiro e de tal maneira se redimem, que se julgam poder voltar a cometer de novo toda a sorte de más ações⁵. (sobre as penitências e esmolas em troca do perdão dos pecados). Do livro.

² O rei que iniciou a inquisição.

³ Marranos: Judeus convertidos ao cristianismo para fugir da perseguição religiosa.

⁴ Moriae Encomium ou Stulticiae Laus

⁵ O cristão e o clero, no geral, não conseguem dimensionar o tamanho do compromisso assumindo em uma confissão

- No entanto, não é o público o único a provar tão complexas extravagâncias⁶, sustentam a sua prática (mundanas), dando como exemplo os próprios professores de teologia. Do livro

- Bem sei que os sacerdotes não são tão cegos que não compreendam deformidades tão vergonhosas; mas é que, em vez de purgar os campos do Senhor, eles se empenham em semeá-lo e cultivá-lo de ervas daninhas. Do livro.

- Nunca observastes que, ao celebrarem numa Igreja a festa de um santo [...] em geral se costuma sagrar-lhe uma pompa e uma devoção bem maior que a que se consagra a São Pedro e São Paulo e ao próprio Nosso Senhor? Do livro.

- Sobre os teólogos: melhor não falar, tão delicada é essa matéria e tão grande é o **perigo** de tocar em semelhante corda. Esses “intérpretes” das coisas divinas, estão sempre prontos a acender-se como pólvora [...] e numa palavra, são inimigos muito perigosos. Se acaso ocorreis de sua indignação, lançam-se contra vós como ursos furibundos [...] e não vos largam senão depois de vos terem **obrigado** a fazer a sua palinódia⁷ [...] mas se recusais a retratar-vos, condenam-vos logo como herege. Do livro.

- E o Mais bonito é que, enquanto assim cacarejam em suas escolas, imaginam-se defensores da Igreja.

9.3- ACHADO EXTRAS NA LITERATURA SOBRE A MAÇONARIA.

Aqui também fiz uma descoberta interessante. As obras em geral que leio, e mesmo as obras pesquisadas sobre a Igreja e sobre o

⁶ Não reconheciam que a melhor forma de evangelizar é pelo exemplo.

⁷ Palinódia: retratação.

Iluminismo, eventualmente se referem a Maçonaria, quer como inimiga da Igreja, quer como meio de difusão do Iluminismo. Os livros referentes a história maçônica, dedicam breves capítulos sobre a condenação da Maçonaria pela Igreja. Quem realmente permanece insistindo e dando ênfase ao assunto, são as obras escritas por autores vinculados a Igreja. Ela transformou a Maçonaria em sua grande inimiga e se nega a rever sua atitude, por mais que lhe sejam apresentados argumentos.

Chama muito a atenção o fato dos autores católicos, ao escreverem sobre a Maçonaria, darem muito pouca atenção ao papa Clemente XII e a sua bula, citando como pontos de referência as posteriores ratificações, como a do papa Pio VII, e a do cardeal Ratzinger (hoje papa emérito Bento XVI), que dirimiu qualquer dúvida sobre o assunto, quando, após o Concílio Vaticano Segundo, quando houve a alteração do cânon 2335 e se achou que o conflito tivesse acabado, ele foi categórico: nada mudou e a Maçonaria não é compatível com a Igreja.

No livro, “A Maçonaria no Brasil (1863 - 1901) – Poder, Cultura e ideias, de Alex Moreira Andrade, historiador e economista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e **não** maçom, encontramos:

- A constituição de Anderson de 1723, também estabelecia vários preceitos seguidos nas constituições brasileiras. Um exemplo é a necessidade de que para ser maçom, de ser uma pessoa pacífica e submeter-se as leis do país e não se envolver em conspirações contra a paz e a prosperidade do povo.

- [...] pelo mesmo motivo, não se podia discutir política e religião nas lojas. Em decorrência dessa determinação legal, os maçons poderiam, e deveriam iniciar pessoas de **qualquer credo** religioso e de qualquer crença política. Declaradamente, a Maçonaria seria uma associação neutra (não atea) no ponto de vista político e religioso e que

pugnava pela **liberdade** de consciência. Essa determinação faz parte de **todas** as constituições brasileiras no período pesquisado.

- A constituição de Anderson também estabelecia que os membros das lojas deviam ser “homens bons e leais, de nascimento livre, de idade madura e razoável, de boa reputação, sendo proibido admitir na Maçonaria homens imorais, cuja conduta seja motivo de escândalo (Constituição de Anderson, In Castellani op. Cit. P. 41). A essa determinação, soma-se o **interdito** de iniciar **ateu** e que maçom não poderia jamais se tornar um, devendo ter uma **religião**, sendo ela qual for. O primeiro e principal interdito à iniciação, é ser **ateu**.

- No ritual de companheiro maçom encontramos, quando ele se refere a benemerência: [...] Eis a máxima **cristã**, “Que a mão direita não saiba o que a esquerda faz”.

9.4- REVENDO COLOCAÇÕES PARA ALICERÇAR A CONCLUSÃO FINAL.

“Jesus passou três anos de sua vida tentando curar a “cegueira” das pessoas, para depois seus pretensos representantes na terra, cegá-las novamente”.

Há aproximadamente 250 anos, os novos ideais da humanidade se iniciaram, se desenvolveram e começaram a mudá-la. Os poderes absolutistas sentiram-se ameaçados. Não só os novos pensadores, mas também a população no geral não suportava mais trabalhar para sustentar uma nobreza estéril e opressora. Partiram então em busca de uma liberdade que lhes havia sido negada até o momento presente. Não buscavam apenas a liberdade de ir e vir, mas uma liberdade muito mais ampla, ondem pudessem exprimir seus pensamentos e escolher sua

religião. Ondem tivessem voz e voto. Liberdade que lhes permitisse deixar de ser meras marionetes nas mãos manipuladoras do absolutismo.

Em um período em que imperava a inquisição e o escravagismo em sua plenitude, e o sub escravagismo servil aos domínios absolutistas dos reis e da Igreja, onde imperava, repito, a mentira, a opressão e o medo, o ser humano sai em busca do seu direito de **ser**, de **existir** e de se representar. Buscava sim, o direito de ser livre em todas as suas escolhas, livre das imposições dogmáticas, sem medo do “inferno” e sem ter que “beijar” o anel de reis e bispos.

As mudanças aos pouco implantadas pelo modernismo, chocaram-se frontalmente com os poderes absolutistas na época constituídos, retirando, gradativamente de suas mãos, os poderes por eles alcançados através da força, da imposição, das falsas heresias criadas e de dogmas, que não eram seguidos nem por quem os promulgou.

A modernidade em nenhum momento condenou a **doutrina** católica, mas sim a sua conduta herética e dominadora. Em nenhum momento os iluministas desejaram o **fim** da Igreja, mas sim, almejavam a **liberdade religiosa**. Não queriam **tirá-la** dos governos, mas sim, terem o **direito** de governar sem a sua interferência. À Igreja, cabia cuidar de si e da evangelização dos fiéis, aliás, muito ineficiente na época, e aos políticos, governar, ou seja, cada um em seu devido lugar. Nunca existiu e ainda hoje não existe um único motivo para que a Igreja interfira em governos ou queira governar, a não ser a ânsia pelo poder.

O que ruiu com a modernidade não foram doutrinas de fé ou modelos de governos, e sim, a opressão e a exploração dos pobres pela nobreza. É claro que, para quem estava acostumado a se impor pela força e pelo medo, estas mudanças foram obviamente trágicas. Este

movimento significou o fim de seu “mandato opressivo” e o início de uma nova fase, na qual ela, a Igreja, passou de protagonista a coadjuvante.

E alguém que é tão apegado ao poder, capaz de cometer atos atrozes para conquistá-los e nele se manter, iria se sentir “feliz” em perdê-lo?

A Igreja lutou desesperadamente para se manter em seu elevado status social. Lançou mão de todo o seu arsenal dominador e destruidor. Criou novos inimigos (ver inquisição), inventou novas heresias e novamente, condenou sem provas (inclui-se aqui, a Maçonaria).

A Igreja se faz de vítima da modernidade, mas uma instituição que disseminou a dor, o sofrimento e o medo, fomentando o ódio contra si, esperaria ser tratada com benevolência por seus oprimidos?

Porém, toda essa mobilização não foi suficiente para impedir o avanço da modernidade. Somos o que somos hoje, porque a Igreja não conseguiu se impor aos novos pensamentos.

Vejam que pouco falei de Maçonaria até aqui. É que naquele período, ela era a porta vós do novo movimento iluminista, possuía universidades e biblioteca e oferecia uma filosofia que preconizava por “Igualdade, liberdade e fraternidade”, tudo o que o povo e os intelectuais aspiravam.

Menciono pouco a maçonaria, pois concluí que ela não passou de “bode expiatório” da decadência do poder da Igreja. A Maçonaria não era e não é, inimiga da Igreja. A Igreja pagou por todos os males por ela cometido até então. A história deixa claro que nenhum povo permanece escravo para sempre. Em algum momento ele se rebela e destitui do poder os opressores.

Ao condenar a Maçonaria, a Igreja condena junto o desenvolvimento do conhecimento, em todas as suas áreas, e a liberdade do ser humano, como um ser em si mesmo. A modernidade não poderia vingar, pois caso ocorresse, acarretaria, como de fato ocorreu, o fim do domínio pela força e pelo medo.

Chama muito a atenção um ditado que surgiu na época sobre a perseguição sofrida pela Maçonaria: “A Maçonaria parece massa de pão, quanto mais bate, mais cresce”. Quem conhece a história primitiva da Igreja sabe, que este ditado foi utilizado para defini-la, quando das perseguições dos cristãos pelo exército romano. Depois que passou a fazer parte do Império Romano, a Igreja fez com os outros, tudo aquilo que ela havia sofrido antes⁸.

Relembremos então que, querendo ser a única religião “verdadeira”, ou “religião pura”, impôs-se perseguindo e aniquilando as demais religiões. Que querendo ser a “dona da verdade”, impôs pensamento, regras, leis e dogmas, criando uma atmosfera de intenso medo, levando ao que chamo de “Escravidão pelo medo”.

No período da modernidade, muitas sociedades e ordens secretas foram criadas e o principal motivo de suas criações foram as perseguições sofridas por aqueles que se opunham aos regimes totalitários. Ao serem perseguidos, os novos pensadores foram obrigados a refugiar-se nesse modelo de instituições. Muitos rituais maçônicos, como a pompa fúnebre e a confirmação de casamento, só foram criados pelo fato de os maçons não poderem participar dos rituais católicos.

⁸ Não jogou pessoas aos leões, mas criou o “circo” dos autos de fé, cuja a finalidade era a mesma, divertir os fiéis e disseminar o medo.

Enfim é deles, os iluministas e não da Maçonaria as ideias que iriam transformar o mundo, colocando um fim na opressão e na exploração absolutista. A Maçonaria foi condenada por sua importância e não por ser herege.

9.5- A PERSEGUIÇÃO CONTINUA.

O Iluminismo então, se opunha a tirania e ao absolutismo dos governantes alinhados com a Igreja. Esta união governo mais Igreja, existente a mais de mil anos, ficou ainda mais forte quando o objetivo foi frear o avanço dos seus ideais libertários.

Em nenhum momento se discute a doutrina católica, isto deve ficar bem claro, e sim sua ingerência sobre os governos e sobre a vida das pessoas. A atitude da Igreja contra a Maçonaria não tem cunho doutrinário, e sim, o medo das consequências em permitir que o homem adquirisse conhecimentos, pois ele o permitiria pensar e consequente a questionar. Como a Igreja explicaria suas atitudes de até então?

A Maçonaria, por ser a grande difusora dos ideais iluministas, tornou-se a ré da ocasião. Heresias foram criadas contra ela, foi condenada e proscrita e é promulgada então a bula condenatória. Em seguida, a bula foi ratificada pelo cardeal Farrao, com a seguinte alegação: **“a mera suspeita já é uma ofensa capital**. Atitude típica de uma Igreja inquisitória.

O movimento evoluiu, o poder da Igreja foi diminuindo gradativamente e a cada nova perda de espaço, mais ódio a Igreja tinha da Maçonaria, tornando-se ela, a única culpada pela diminuição da sua influência na vida das sociedades.

A Igreja continuou a impor uma ferrenha perseguição à Maçonaria. Pinçando fatos isolados, os usa de maneira claramente tendenciosa, para poder continuar condenando-a.

Podemos exemplificar o que acima colocamos, com o relato de alguns casos.

Voltemos a Voltaire. Como vimos no Iluminismo, ele **não** era ateu, mas sim, defendia a liberdade de religião, porém a Igreja assim o classificava e taxou a Maçonaria também de ateia, por tê-lo iniciado. O que a Igreja “esquece” de citar, é que ele foi iniciado a apenas dois meses antes de sua morte, pelo Grande Oriente **de** França, que havia promulgado uma nova constituição, na qual era possível iniciar ateus. Não fala também, da reação da Maçonaria Inglesa, coordenadora da Maçonaria mundial diante do fato. Imediatamente esse Grande Oriente foi considerado irregular, ou seja, suas atitudes não representavam a Maçonaria geral, e fundou o Grande Oriente **da** França, que obedecia a Constituição de Anderson, ou seja, ateu **não** pode ser maçom. Posteriormente o Grande Oriente de França se retratou e passou a fazer parte do Grande Oriente da França. A manipulação de fatos fica evidente.

Outro fato da manipulação de fatos pela Igreja, é a própria história do papa Clemente XII, pois como vimos antes, ele criou uma loteria, extinta por seu antecessor, a qual lhe deu o aporte financeiro suficiente para enriquecer e iniciar as obras que marcariam seu papado. Se acessarmos o site “Portal de São Francisco”, veremos que lá consta que foi o papa Clemente XII que extinguiu a loteria. Diante do que vimos aqui, essa atitude demonstra uma tentativa de “melhorar” a imagem desse papa, doente e corrupto, mas que foi o “condenador” da Maçonaria.

O caso mais emblemático, porém, chama-se de “Leo Taxil”. Seu verdadeiro nome não é conhecido, mas sabe-se que ele iniciou sua

carreira de escritor, escrevendo contos pornográficos. Por esse motivo foi preso e posteriormente libertado. Seus textos então passaram a ser anticatólicos, nos quais fazia acusações aos membros do clero. Obviamente, foi duramente perseguido pela Igreja. A partir de então, começou a escrever contra a Maçonaria sob o pseudônimo de Leo Taxil. Em doze anos, escreveu catorze livros.

Foram esses livros que passaram a imagem deturpada que as pessoas têm da Maçonaria até os dias de hoje. Devido a sua ação antimaçônica, chegou a ter uma audiência com o papa. A Igreja passou então a “financiar” suas obras, comprando-as e as distribuindo para os padres as usarem em suas pregações.

Após estar rico, convoca uma seletiva na qual iria revelar todos os seus “segredos”. Comparecerem membros da nobreza, padres, bispos e a imprensa. Seu segredo? Tudo o que havia escrito até então contra a Maçonaria era mentira, mera invencionice. Mentiras essas inventadas, já com o propósito de enganar e se vingar da Igreja, que lhe havia perseguido anteriormente. Esses escritos persistem até hoje e ainda são utilizados para “demonizar” a Maçonaria, pelos fanáticos religiosos.

Taxil fez todos de bobos, usou e abusou de sua capacidade de inventar histórias, ficou rico e depois, riu-se em público daqueles que havia enganado e que o haviam patrocinado.

A Igreja em vez de reconhecer as “verdades” de Taxil como mentiras, engoliu seu orgulho e continuou difundindo-as por mero interesse, pois elas denegriam profundamente a imagem da Maçonaria.

Em nenhum momento desde então, a Igreja sequer pensou em rever a questão. O tempo foi passando e os papas subsequentes a Clemente XII apenas ratificavam sua bula. Na sequência, os papas e suas bulas ou encíclicas: Bento XIV, *Provida*, Pio VII, *Ecclesia a Jusus Christo*, Leão XII,

Quo Graviora, Pio VIII, e Leão XII com a encíclica *Humanus Genus* (20/10/1884). Em 1882, o mesmo Leão XIII na carta ao povo romano *cus-todi*, deixa ainda mais claro a persistência da condenação: “Recordamos que o cristianismo e a Maçonaria são essencialmente inconciliáveis, de modo que, inscrever-se numa, significa separar-se da outra”. O código pio Beneditino (o mais citado nos artigos atuais oriundos da Igreja), em seu cânon 2335, cita exclusivamente o nome da maçonaria como condenada. No código canônico de 1983, sai o termo Maçonaria e entra “instituições que maquinam contra a Igreja”, deixando claro que a Maçonaria continua pertencendo a esse grupo.

Vemos então que a Igreja, de maneira costumas, apresenta interpretação tendenciosa dos fatos, claramente direcionados a condenação da Maçonaria. Todas estas atitudes são contrárias a um convívio pacífico, mostrando assim que a Igreja mantém, contra a Maçonaria, uma conduta tipicamente inquisitória.

Relembremos aqui que a Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), nada mais é do a denominação mais moderna da SUPREMA, o órgão máximo da inquisição e que, em toda a sua história, a Igreja nunca se preocupou em rever seus pontos de vista, não se importando se ocorressem cisões internas com perda de número significativo de membros. Seu eixo central e conservador permanece o mesmo até hoje, por isso não vejo a menor possibilidade de a Igreja entender que, a Maçonaria não impede seus membros de serem católicos.

9.6- A MAÇONARIA NÃO É UMA RELIGIÃO.

Apesar de já termos falado sobre o tema na história da maçonaria, vale apenas aprofunda-lo um pouco mais.

A Maçonaria não é e nunca quis ser uma religião. Apesar da insistência da Igreja de assim conceitua-la, não existe a menor possibilidade de isso ser uma verdade, pois até ao considera-la ateia, a própria Igreja se desmente, pois não existe uma “religião” sem a crença em um ser superior.

A Maçonaria não é uma religião porque ela não “criou” um Deus ou presta culto a algum outro ser superior. Também porque não possui uma doutrina de fé, condições indispensáveis para que uma religião seja considerada como tal.

Pelos mesmos motivos, ela não pode ser considerada ateia, uma vez que prega a “liberdade religiosa” e tem como principal requisito para que uma pessoa seja iniciada, a obrigação do mesmo pertencer a uma religião, ter uma fé e que esta fé contemple a continuidade da vida após a morte (alguma semelhança com a fé católica?). Não vejo, após estas colocações, a possibilidade de conflitos em termos de fé, entre as instituições. Posso sim, pertencer a Maçonaria e ter fé na doutrina católica.

Qualquer maçom indiferente do seu grau, possui esta noção, e é claro, muito mais clara se tornam estas noções no maçom católico. Para quem “conhece” a Maçonaria fica fácil refutar as acusações da Igreja contra ela.

Retomemos ao meu caso. Tinha 62 anos quando fui impedido de ser ordenado diácono. Sempre fui católico e na época já estava a 25 na Maçonaria e tinha chegado ao grau 32 (hoje sou grau 33). Fui ministro da Igreja por dez anos, cheguei a fazer inúmeras celebrações litúrgicas, inclusive no horário das nove horas do domingo. Fiz curso de extensão em teologia, escola de diaconato e em nenhum momento de minha caminhada católica, alguém dentro da Maçonaria chegou para mim e disse: “você não pode ser católico”, ao contrário, recebi muito apoio e creio que

muitos dos meus irmãos, por me conhecerem, teriam começado a ir nas minhas celebrações, como já havia acontecido. Portanto, não foi a Maçonaria que me impediu de ser católico e sim, a própria Igreja. Iludido pelo convite e crendo que essas querelas teriam ficado no passado, já havia convidado todos os Irmãos de minha loja para participarem de minha ordenação e tinha a intenção de convidar os irmãos de outras lojas e o Grão Mestre. Com sinceridade? A Maçonaria não tem nada contra a Igreja católica.

Na Revista do Direito Canônico Suprema Lex nº 3, janeiro/junho de 2012, a qual trata em específico sobre este tema, vê-se que alguns membros do clero que nela expõem suas ideias, como dom Lelis Lara (1925-2016), já conseguem enxergar uma outra possibilidade de convívio, mas a cúpula conservadora da Igreja não deverá rever o assunto, porque uma abertura sobre este tema significaria o reconhecimento de um erro. Mesmo que esta abertura fosse “ofertada” como uma “concessão”, tal atitude não faz parte do jeito de ser e de agir da Igreja. Porém, por mais que a Igreja negue, existem hoje vários casos de padres que pertencem a Maçonaria, mas somente aonde temos bispos com uma mentalidade mais aberta.

Para finalizar, o fato de alguns membros do clero classificarem a Maçonaria pelo termo pejorativo de “seita”, demonstra a intensão clara da agressividade que a Igreja dispensa ao assunto. É um verdadeiro desrespeito por uma instituição que tanto contribuiu para o desenvolvimento da modernidade e para a liberdade das pessoas e de vários países.

9.7- NOS DIAS DE HOJE.

“Zelar pela pureza da fé”, Santa Sé, Ratzinger.

Por mais que o brilho do ouro e das pedras preciosas que revestem as paredes das catedrais e dos palácios da Igreja, ofusque e encante o olhar de seus moradores e de seus visitantes, ele não consegue esconder o mofo medieval que permanece incrustado nos vincos e nas fissuras destas relíquias.

Por que usei o termo “mofo medieval? Porque ainda hoje, a Igreja se utiliza das mesmas armas para manter o poder que lhe sobrou e criar uma imagem de “pureza”, a qual está muito longe de ter. A frase do papa Bento XVI, colocada no início, tem por objetivo chamar a atenção para o assunto. A pureza da fé católica só é exigida aos fiéis, e não ao clero⁹.

Na reportagem da revista Veja intitulada “Os Segredos da Sacristia”, do dia 03 de março de 2021, onde vários padres e ex-padres homossexuais dão seus depoimentos sobre a homossexualidade dentro da Igreja, deixa bem claro que o índice de padres nessa condição é muito alto.

O livro “Os Filhos Secretos de Deus”, de autoria de duas ONGs que defendem a queda do celibato, mostra as pesquisas por eles realizadas, apontando que 51% do clero mantém relações sexuais, além de mostrar a crueldade com que a Igreja europeia trata os padres que resolvem abandonar o ofício para constituírem família. Não só os padres que são perseguidos, mas também suas agora esposas (antes governantas) e seus filhos. Em caso recente, vemos que esta atitude também é tomada no Brasil. (Adendo nº8)

⁹ Toda a repressão leva a desvios de conduta. A sexual também.

Em outra reportagem exibida na revista veja de 20 de outubro de 2021, o papa Francisco declara: “Ainda estou vivo, embora alguns preferiram me ver morto”, fazendo uma alusão velada a oposição interna que sua intenção de abertura da Igreja, encontra no setor conservador da mesma.

Na coluna de Rodrigues Lopes, no jornal Zero Hora do dia 11 de outubro de 2021, sobre o processo de abertura da Igreja pelo papa Francisco: “a rigor, o Vaticano é uma monarquia absolutista, regida por um regime teocrático, sendo o comando supremo exercido pelo papa, sem parlamento e as leis emanadas de Deus.

Ou o assunto é muito polêmico, ou a falsidade impera. O papa Francisco prega a abertura da Igreja, no que creio eu, nem ele mesmo acredita que venha a acontecer, como vimos na sua declaração acima e com sua atitude diante de casos de homossexualidade. Quando o padre inglês James Allison, declarou-se homossexual, recebeu um telefonema do papa: “Quero que caminhes com plena liberdade interior, e no espírito de Jesus”, para em seguida, assinar a suspensão do padre polonês Krzysztof Charamsa, ao se dizer gay, alegando que a homossexualidade não tem espaço na Igreja (mesma reportagem da revista veja de 03/03/2021). Diz o padre suspenso: “nunca fui levado a julgamento, nem tive a chance de me defender”. É a atitude inquisitória da Igreja que persiste até os dias de hoje. Esta mudança rápida de visão do papa sobre o mesmo assunto, se deve a importância do país em questão (Inglaterra X Polônia) ou por pressão interna?

Vemos então que, se a Igreja fizesse valer o cânon referente ao celibato (277 § 1º), sua existência estaria substancialmente ameaçada, pois se 51% dos padres mantêm relações sexuais, deveriam ser expulsos ou impedidos de ministrar o ofício por estarem em pecado grave. Assim, a

Igreja fecha os olhos para si, mas os mantém bem aberto em relação aos fiéis.

A hipocrisia, o faz de conta, a invenção de inimigos, persistirá dentro da Igreja para sempre, pois esta é a maneira por ela encontrada para se manter no poder e na riqueza desde o ano 400.

O conservadorismo prepondera, as perseguições internas e externas também, bem como as tentativas de ocultar a má conduta de membros do clero, mesmo que para isso, cometa o “pecado” do suborno e o de prevaricação, pois uma vez que o medo dela se foi, e as pessoas estão dispostas a denunciá-la.

Quando, em setenta anos, 200 mil adolescentes são abusados por membros do clero na França, somos obrigados a concluir que não são “alguns” membros do clero que são pedófilos e sim, essa atitude é quase uma norma interna dos seminários. Por outro lado, quando a instituição Igreja compra o silêncio dos abusados, criando “níveis” de gravidade do abuso e pagando preços diferenciados por este silêncio, ela se torna cúmplice e por consequência, abusadora também. É a “pureza” a todo custo.

O papa Francisco é uma voz solta ao vento, está sozinho em sua caminhada e a ala conservadora, dele se usa, pois suas promessas de abertura desviam a atenção dos escândalos. Fica fácil adivinhar o perfil do próximo papa: o mais conservador dos últimos séculos.

Vivemos hoje um faz de conta em nome da fé. O padre vive em concubinato com sua “governanta” e o bispo e a comunidade fazem de conta que não vêem. Esta atitude diminui a culpa de ambos. Os tapetes da Igreja estão com suas superfícies onduladas de tantos escândalos sob eles escondidos. O padre em pecado consagra o pão e o vinho como um santo

representante de Deus e o fiel comunga de olhos fechados, pois ali recebe o perdão de Deus, em uma dupla cumplicidade.

Querem heresia maior, se é que podemos classificar uma heresia, podendo até a ser taxada de hipocrisia: o padre que vive em concubinato, que fornicava, que é gay, que é pedófilo, ferindo as leis dos homens e o cânon nº 277 da Igreja, tem o poder e o direito de consagrar o pão e o vinho, mas o fiel que se separou e refez ou não sua vida conjugal não tem o direito de comungar? Hoje a Igreja em vez de criar heresias, as negligencia ou as esconde.

Pregunto: como Jesus deve estar se sentindo ao presenciar tantos desmandos e descaminhos daqueles que se dizem seus representantes na terra? (Não só na Igreja católica).

Diante de tantos descaminhos do clero, a quem o fiel vai seguir: ao representante de Deus que realiza a celebração litúrgica, ou ao “homem” que vive em pecado? Se a melhor forma de evangelizar é pelo exemplo, que evangelização a Igreja está oferecendo a seus fiéis? O mínimo que se espera de um “condutor de rebanho” é de que ele seja coerente com a fé que diz professar.

Esta disposição da Igreja em manter uma imagem de “pureza”, abafando os escândalos promovidos por seus membros, nos mostra que o “germe” da inquisição não morreu dentro dela e que, se lhe for dado condições adequadas, germinará novamente.

Exemplo desse risco é a criação pela Igreja da *Sodalitium Pianum*, que durou de 1909 a 1921, e que se consistia em uma sociedade secreta de delatores de modernistas ou de supostos modernistas, nada mais sendo do que, a recriação dos *familiares* do tempo da inquisição.

O papa Leão XII (1878-1903), inicia à questão social dentro da Igreja, porém com uma visão distorcida do que é o “pobre”, chegando ao

absurdo de defender que a existência do pobre é uma “necessidade” social, que beneficiaria a salvação dos ricos. Aos pobres, pedia que se resignassem e se submetessem à vontade de Deus, aceitando sua sorte com resignação (a ovelha mansa).

9.8- O ILUMINISMO, E SUA INFLUÊNCIA NAS CONSTITUIÇÕES MODERNAS.

O iluminismo foi então, o berço de todas as transformações socio-culturais e econômicas que vivenciamos nos últimos séculos. Apesar de a Igreja o condenar, por motivos óbvios, ele foi fundamental para a criação de uma sociedade mais livre e mais humana, bem como para estabelecer leis que especificavam e garantiam os direitos dos cidadãos. São de seus ideais, que nasceu a Declaração dos Direitos Humanos, em 1945. Sem essas mudanças, provavelmente ainda estaríamos trabalhando para sustentar a nobreza.

Foi a partir da independência de países subjugados aos domínios monarquistas, que surgiram as primeiras constituições. O primeiro país a ter uma constituição foi o Estados Unidos da América, porém, ela ainda não era universalista, pois se atinha mais a tratar da igualdade entre os ingleses e os colonos americanos.

Porém essa constituição influenciou diretamente a primeira constituição francesa, promulgada logo após a Revolução Francesa. Os franceses aprimoraram-na tanto, que passou a ser considerada a primeira Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, agora sim com características de universalidade. Este aprimoramento ocorreu, porque foi detectada a necessidade de se abolir a tortura e os castigos físicos cruéis que assolavam a Europa (leia-se, inquisição e escravatura).

A primeira constituição brasileira foi outorgada por Dom Pedro I, em 25 de março de 1824, quando ainda podemos observar o poder da Igreja, pois a mesma foi mantida como religião oficial do Império e quem não fosse católico, não tinha direito ao voto.

O estado brasileiro só se declarou laico na primeira constituição republicana, em 24 de fevereiro de 1891.

Se alguns renegam a importância do Iluminismo, os povos livres lhe dão a devida importância.

9.9- FINALIZANDO. EM 1738:

- Vemos então, uma Igreja que se recusa a adaptar-se aos novos tempos e que vê, na modernidade, a causa de todos os males, sem se dar conta de que não foi capaz de mudar o mundo durante os mil e cem anos em que nele se impôs como detentora do poder e do conhecimento.

- Que a bula papal de 1738 foi promulgada sem uma única justificativa de cunho religioso (não valem as heresias criadas), mas sob uma égide político econômico, por pressão exercida pela França e pela Espanha contra a Santa Sé.

- Que a Maçonaria já era uma instituição influente, difusora dos ideais iluministas e defensora de uma ampla liberdade, na qual se incluía a liberdade religiosa.

- Que a Maçonaria nada tinha contra a doutrina católica, mas defendia que cada um tivesse o direito de expressar sua fé livre e espontaneamente. Liberdade essa, expressa na colocação de Voltaire: “Discordo do que você diz, mas defenderei até a morte, o seu direito de dizê-lo”.

- Tínhamos uma Igreja inquisitória, que destruiu famílias e sociedades que torturou e matou inocentes (culpados só na sua imaginação) e escravocrata (comprava, vendia e se utilizava de escravos). Com certeza, essa mancha história, a Igreja não conseguirá apagar, apesar de negá-la e de esconde-la.

- Ao desviar a atenção do homem para o divino, afasta-o dos problemas terrenos, a Igreja o tornava um alienado.

- Não podemos justificar os abusos, a crueldade e a heresia da inquisição e da escravidão, simplesmente alegando de que era o modo de agir de uma época. Com certeza, não foi essa a mensagem que Jesus nos quis passar.

- A inquisição foi uma das instituições mais cruel e corrupta da história da humanidade, e a “mãe” dos regimes totalitários e do racismo. Não existe como justificar seus atos. Ao defender sua atuação na inquisição, a Igreja “amordaça” Jesus.

- O acobertamento dos abusos inquisitórios e de sua participação na escravatura, foi eficiente até a liberação completa dos arquivos a eles referidos, aos pesquisadores. E isso só aconteceu após o fim da ditadura de Franco, na Espanha e de Salazar, em Portugal.

- A abertura dos arquivos referentes a inquisição e a escravatura, libertando toda a “verdade escondida”, mostrando quem era a Igreja na época e a exclusão desses dados das obras produzidas por autores ligados à Igreja, mostra o quanto eles são “temidos”.

- Como uma Igreja dominadora e opressora poderia ser a favor de pensamentos que pregavam a liberdade de consciência?

- Povo ignorante e com medo, se torna muito mais fácil de ser dominado.

- Fica fácil, agora, entendermos o pavor da Igreja diante do avanço do Iluminismo, pois ele veio para denunciar e enfrentar os desmandos, a opressão e a exploração absolutista.

- Quando o papa diz a Stephan Hawking que não deveriam seguir estudando o Big Bang, por ser uma obra divina, isto já na década de 1980, a Igreja insiste em afirmar que só ela é a detentora da verdade, negando o avanço do conhecimento.

- É impossível entender como a Igreja de hoje, repleta de teólogos e filósofos, não consegue olhar para trás e reconhecer o mal que a Igreja medieval causou às pessoas e ao conhecimento.

- Dificilmente um católico acreditará nos dados aqui pesquisados, preferindo permanecer em seu dogmatismo inocente, crendo apenas naquilo que o clero lhe disser.

- Repito: Jesus passou os três principais anos de sua vida tentando curar a “cegueira” da humanidade, para depois, a Igreja cega-la novamente até os dias de hoje.

- Pessoas incultas e amedrontadas são de fácil domínio. Só o conhecimento nos liberta.

- Não existe mais a menor possibilidade de a Igreja negar os fatos por ela cometidos, uma vez que é só acessar os arquivos, como fizeram os autores aqui pesquisados, para que qualquer negação seja prontamente desmentida.

- Esta Igreja, da qual recebi todos os meus ensinamentos religiosos e na qual forjei a minha fé, me deixou órfão. Continuo acreditando no seu Deus e em Jesus Cristo, mas não a aceito mais como uma instituição digna de representar-me diante deles.

10

CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE

Diante de tudo que expus até aqui, só me resta concluir que em 1738, a Igreja é que era incompatível com a Maçonaria, e não o contrário.

SEGUNDA PARTE

A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA

1- INTRODUÇÃO.

“O país existe somente desde 1860, e, estritamente falando, é quando sua história começa. Antes dessa data, a Península era uma colcha de retalhos de Estados, cada um com sua própria história e tradições”.

A unificação da Itália é o segundo grande motivo utilizado pela Igreja, para condenar a maçonaria, colocando nela e em Garibaldi, toda a culpa pelas suas perdas econômicas e de poder determinadas por esse acontecimento.

Quanto mais se pesquisa sobre os motivos dessa condenação, mais se verifica o modo costumes da Igreja em tomar um ponto específico de um determinado acontecimento, e transformá-lo em uma grande arma de acusação.

Ao pesquisarmos na literatura, dados, fatos e datas, fica muito mais fácil entendermos o que realmente aconteceu, e a visão unilateral intencional da Igreja, é rapidamente desmentida, trazendo à tona, a verdade.

Não será nem um pouco difícil entendermos o que levou a Igreja a reclamar de suas perdas com a unificação da Itália, o que fica mais difícil de entender, é a escolha da Maçonaria como a grande causadora dessas perdas.

2- ESTRUTURA SÓCIO POLÍTICO DA ITÁLIA, ATÉ A SUA UNIFICAÇÃO.

Após a queda do Império Romano, em 476, a estrutura política da Itália foi a de divisão, até o ano de 1860, pois naquela data ocorreu a dissolução política da península.

Na Renascença sua estrutura política estava formada por várias Cidades Estados, com governo e leis próprias, que não só agiam individualmente, mas que competiam entre si. Nota-se nos relatos histórico, não existir a mínima possibilidade de uma união. A vida política e econômica dos “Estados Italianos” (não era usado o termo Itália) define bem como este sistema funcionava. O norte da península pertencia ao Sacro Império Romano-Germânico. A região central era composta pelos Estados Papais e comandados pelo papa. Nápoles era o Reino de Nápoles. Milão e Veneza, mesmo ao norte, não se submetiam ao poder germânico. Bolonha, ao centro, estava livre da influência do papa e Florença, no século XIII se tornou tão rica e com tal equilíbrio socioeconômico, que ousou enfrentar o papa.

Essa independência das Cidades-estados não permitia o nascimento de uma consciência italiana, nem permitia que os moradores da Península a vissem como um país. Só para se ter uma ideia desse descaso por uma identidade, os moradores do sul mais pobres e mais abandonados, sequer conheciam o termo “Itália”. A divisão era tamanha que no século XIV, na região central da Itália, existiam mais Estados independentes do que no mundo todo em 1934.

Outro fenômeno produzido pela quantidade de Estados livres, associado as frequentes invasões, foi o surgimento de um número sem fim de línguas, com inúmeros dialetos, alguns tão diferentes da língua original, que poderiam ser considerados uma nova língua. Existiam, ao sul, lugares onde ainda se falava a língua grega. Dante Alighieri queixava-se que na Itália de seus dias, existiam mais de mil línguas.

Essa fragmentação política favorecia a luta entre cidades pelos mais diferentes motivos, como políticos, familiares, ganância, poder e religião. A invasão de uma Cidade por outra era frequente, bem como a

reação contrária visando expulsar os invasores. Por outro lado, como cada Cidade-Estado era comandada por um nobre e os estados papais pelo papa, também não havia o menor interesse dessa nobreza, em que ocorresse uma união, pois ela acarretaria à existência de apenas um mandatário. Quando alguma cidade se sobressaía e começava a expandir seus territórios, logo uma coalização acontecia para combatê-la, ou um exército de fora era chamado, artifício utilizado inclusive pela Igreja. Assim, era muito difícil para os moradores da Itália a verem como uma nação. As tentativas de união ficavam mais no sentido de conquistas do que na busca pela união.

Maquiavel (1469-1527) já havia se dado conta de que a Itália era um país “fraco”, devido a desunião e a rivalidade interna, e declarou que, embora cada Estado seja bom, todos juntos seriam melhores.

Somente com o surgimento do Iluminismo é que a ideia de uma Itália unida começou a ser pautada pelos idealistas.

3- BREVE HISTÓRIA DA ITÁLIA ATÉ A UNIFICAÇÃO.

A história da Itália é tão complexa que se tornaria longa demais e fora do nosso propósito detalha-la. Nos ateremos a citar alguns tópicos mais relevantes, que forneçam dados capazes de embasar a discussão do movimento de unificação.

A economia da península se baseava no regime político dominante, que era o absolutismo, ou seja, a clara divisão de classes. De um lado a nobreza e o clero, vivendo na luxúria, e do outro lado, a população de trabalhadores que os sustentavam.

A metade norte era mais desenvolvida por que possuía terras mais férteis, mais indústrias, banqueiros e um grande comércio. A metade sul

era pobre e habitada por camponeses. Ela era tão pobre, que alguns camponeses não conheciam dinheiro, pois produziam o essencialmente necessário para sobreviver e os que produziam um pouco mais, apenas trocavam seus produtos com os vizinhos, pois as péssimas condições das estradas impediam um deslocamento eficaz, o que determinava a deterioração dos seus produtos.

Foram esses camponeses miseráveis que patrocinaram as principais revoltas contra os nobres.

A Igreja fundou missões ao sul, com a intenção de ajudá-los, mas os chamava de “os índios lá de baixo”. Porém, a intenção da Igreja não era só ajudar. Seu objetivo secundário era conquistá-los, para posteriormente, se utilizar deles para revoltas, como aconteceu com a “*Democracia Cristã*”, em 1945.

Após a queda do Império Romano, a política da Itália virou um caos e a Igreja se aproveitou para assumir o seu domínio econômico e administrativo. Foi essa ação papal que conseguiu manter a independência de Roma e suas vizinhanças.

As invasões à Península se sucediam com frequência, e as terras eram confiscadas, exceto nas regiões onde a Igreja possuía grandes áreas arrendadas. Quando uma cidade ou o papa se associava a outros países para conquistas internas ou combater invasores, o resultado sempre era a cedência de áreas de territórios italianos ao aliado. A própria Igreja várias vezes apelou para exércitos estrangeiros, principalmente o francês, para defender o papado.

A França, a Áustria, principalmente, mais a Espanha e a Inglaterra, invadiam com frequência o norte da Itália, em busca de riquezas e de uma passagem segura pelo Alpes para suas caravanas comerciais. Já ao sul, foram os Árabes seus principais invasores.

A última tentativa de unificar a Itália, antes do século XIX, foi realizada pelo rei Frederico II, que tentou se impor ante os demais líderes comunitários e da Igreja. O papado reagiu, e se formou uma guerra que durou trinta anos. De um lado, os Guelfos, pelo papado e do outro os Gibelinos, pelo império. O que sobrou dessa guerra foi apenas uma grande devastação.

Assim, a divisão interna, a briga pelo poder, a ingerência dos papas, a cobiça estrangeira e a grande diferença entre ricos e pobres, impediram a já fragmentada Itália, de se tornar uma nação ou de criar um sentimento de nacionalidade, o que só foi acontecer após a unificação.

4- A IGREJA NA VIDA DA ITÁLIA.

Já nos referimos quanto ao modo de agir da Igreja no subtítulo 3, mas como estamos diante de uma nova bibliografia, também temos novos dados e novos pontos de vista. Ademais, descrevermos com clareza a situação de cada uma das instituições no ano de 1860, é de suma importância para elucidarmos os fatos. Não constituirei então um texto, mas exporei citações com breves comentários.

- Havia lugares onde a Igreja conseguiu fazer um acordo oficial com a *ilegalidade* dos “ricos”: na Sicília, antes de 1860, as autoridades eclesiásticas publicavam uma lista anual de penas (bem leves) para vários crimes, incluindo o assassinato por vingança”.

- [...] a expansão do poder Lombardo [...] e impôs o pagamento de impostos ao papado. Diante da perda de independência, o papa Estevão II recorreu aos francos para pedir ajuda. [...] eles voltaram em 773, comandados por Carlos Magno, que entrou triunfante em Paiva e proclamou-se rei. Desde então, a metade norte da Itália passou a fazer

parte do Império Franco”. A Igreja entregou parte da Itália aos Francos, para se manter no poder.

- A doação de Constantino: documento provavelmente forjado pela chancelaria papal, em 750, no qual constava que o imperador Constantino teria doado as terras de Roma, em direção nordeste, incluindo antigas províncias bizantinas ao redor de Ravena e Bolonha. Esse documento foi utilizado várias vezes com o mesmo objetivo, o qual era, forçar os conquistadores a lhes ceder tais posses.

- “O imperador Conrado relatou como os cidadãos de Cremona se rebelaram contra o bispo em 1037: “e o jogaram para fora da cidade, com grande desonra, o despojaram de seus bens e destruíram as fundações de uma das torres do castelo”. O motivo de tal ato foi a imposição, pelo bispo, de “pedágios”.

- Isso se deve, em parte, ao incentivo pelos papas à luta contra o Império”. A respeito das comunas¹, as quais sempre tentou manter sobre seu controle, instigando-as a frequentes revoltas.

- Em 1059, na tentativa de fortalecer sua posição, o papa Nicolau II estabeleceu uma aliança com os normandos e por trinta anos, saquearam ao sul, o governo bizantino ali estabelecido.

- 1316: enquanto isso, os estados papais, que compreendiam a Lácio, a Úmbria, as Marcas e a Romanha, foram divididos entre os tiranos menores”. As posses da Igreja eram imensas, e por isso, “imensamente” cobiçadas.

- “Só alguns pequenos proprietários conseguiam ficar independentes nos estados papais”. Os demais tinham que pagar tributos ao papa.

¹ Comuna: na Idade Média, designava uma cidade que se tornava emancipada, pela obtenção de carta de autonomia fornecida pelo rei.

- Sobre os Médici, família mais rica de Florença: “A medida que seu império bancário crescia, graças a conquista da conta papal, eles aumentavam o patronato”. Troca de favores, a Igreja lado a lado com a nobreza.

- A agitação, e o conflito na Península foram agravados pelo cisma papal: a partir de 1378, eram dois e em determinado momento três papas rivais e incentivando e ajudando seus adeptos a antepor o poder de um contra o do outro”. Após a ascensão de Afonso de Aragão ao trono da Sicília.

- 1516: “conquistas e concessões papais proviam um emaranhado de pretextos para a guerra e as ambições”.

- “Em 1508, o papa Julio II, aliou-se a Luiz XII, rei da França e Maximiliano, contra Veneza; três anos depois ele fez uma reviravolta e solicitou o apoio veneziano e espanhol para expulsar os franceses. Em 1515, Leão X, uniu-se a França, contra Milão; em 1512, os franceses haviam sido expulsos de Milão, graças a um acordo com a Espanha. Essas distorções trouxeram ganhos substanciais para o papado”. As lutas não eram religiosas, e sim, visando a conquista de poder e fortuna.

- A consequência: em 1527, o desastre, Roma foi saqueada pelas tropas imperiais. Um episódio cujas consequências foram tanto religiosas como políticas. Mostrou que o papado era vulnerável.

- 1519: Carlos V, príncipe dos Habsburgo, conquista toda a península; na divisão, os papas ficaram com o governo dos estados papais.

- “O desafio de Lutero e a humilhação decorrente do saque de Roma, deram origem a era militante da contrarreforma Católica, na qual o poder da imagem da Igreja foi utilizado para combater a austeridade do protestantismo.

- Entre 1620 e 1640, a resseção italiana eleva a dívida da Igreja para trinta e cinco milhões de scudi ².

- Durante a dominação espanhola na Itália, a Igreja ficou muito rica e poderosa”.

- O domínio espanhol levou a Itália a grande atraso cultural, o mesmo vigente na Espanha, devido às restrições da inquisição.

- *“Diante da força da Igreja na Itália, não é surpreendente que os reformistas iluministas, utilizassem boa parte de seu arsenal para atacar os privilégios e poderes clericais”.*

- Em março de 1861, pós unificação: “França e a Áustria, as duas maiores potências continentais da época, ameaçaram invadir o “Novo Reino”, dissolve-lo e reconstituir os novos estados papais anexados por Vitor Emanuel II, no curso da união”. A influência da Igreja era maior na Europa do que na Itália. Mesmo após a unificação, a Igreja tentou de todas as maneiras recuperar as suas terras.

- No papado de Pio XII, a Igreja tentou por um tempo, se transformar em uma bandeira de “Civilização Cristã”, se utilizando dos camponeses ao sul e suas “comunas”, mas o crescimento do comunismo produziu uma causa perdida.

- Nos anos imediatamente seguintes a unificação, as autoridades perceberam (com razão), que o clero, os republicanos e os anarquistas tentavam incitar o campesinato ³ contra o estado...”, a repressão foi intensa. A Igreja não admitia as suas perdas.

² Scudi, plural de scudo, grande moeda de prata utilizada pela Itália até o século XIX. Os Estados papais tinham o scudo d'Oro, com a esfinge do papa Alexandre VIII e de São Pedro e São Paulo.

³ Campesinato: conjunto de camponeses, que unidos formavam as “comunas”.

- Em 1765 (pós unificação): Os jesuítas foram expulsos do reino; os conventos foram suprimidos; os dízimos e as mãos-mortas⁴ foram abolidos e o consentimento real passou a ser obrigatório para os decretos eclesiásticos”. A Igreja tem o seu poder bastante reduzido.

- “Outra forma encontrada pelo governo para aumentar a receita foi o confisco de propriedades das comunas e da Igreja. Entre 1666 e 1667, duas mil congregações religiosas perderam a condição legal e 25 mil entidades eclesiásticas foram suprimidas. Ao longo dos próximos 15 anos, mais de **um milhão de hectares** de terras da Igreja foram vendidos.

5- COMO SE FORMOU O ESTADO DO VATICANO.

Após a morte de Carlos Martel, rei da França, assumiu o trono seu filho Pepino o Breve. Em 751, Pepino destrona o rei merovíngio Quíldérico III, o qual com a aprovação do papa Zacarias (741-752), é encarcerado em um mosteiro. Pepino o Breve é então coroado rei do reino Franco, sendo sua coroação sagrada com óleo santo por um representante do papa. Estava selada, mais uma vez, a aliança temporal e espiritual.

A pedido do papa Estevão II (752-757), Pepino socorre Roma que estava sendo ameaçada pelos lombardos. Pepino realiza ataque tão intenso contra eles, que obriga o rei lombardo Astolfo a lhe ceder as terras que incluíam o encharcado de Ravena e a Pentápole (Rimini, Pasaro, Fano, Sinigalia e Ancona), as quais, Pepino doa para o papa. Nasce assim o chamado **Patrimônio de São Pedro**, dando início ao **Estado do Vaticano**.

⁴ Mãos-mortas era o nome que recebiam os bens da Igreja e comunidades religiosas que estavam sob a proteção especial do rei. Os bispos e frades não podiam vendê-las. Se as vendessem sem o consentimento do conselho municipal, sofriam sérias penas, e quem os comprasse, perdia o bem.

Aquele documento considerado falso da doação das terras para a Igreja pelo Imperador Constantino, é aqui utilizado mais uma vez.

6- A MAÇONARIA E A UNIFICAÇÃO

Os historiadores não dão tanta importância assim quanto a Igreja, para a participação da Maçonaria na luta italiana pela sua unificação e libertação política.

A unificação da Itália ocorreu durante o papado de Pio IX (1846 a 1878), e foi ele o criador e o difusor da imagem de uma Maçonaria “maquinando” contra a Igreja. Foi dele também uma das ratificações da bula de 1738.

Na obra aqui utilizada para a pesquisa, o autor se refere à Maçonaria em apenas três oportunidades, sendo que duas transcrevo neste item e a terceira no item seguinte.

- “[...] e em todo o reino, grupos reformistas do Iluminismo se reuniam em “academias” ou “lojas maçônicas”, para discutir “novas propostas de mudanças” e não para “derrubar” a Igreja em específico. O que buscavam, temos que repetir, era o fim de um absolutismo perverso, que semeava grande miséria entre o povo, preservando a nobreza. A Igreja fazia parte desse contexto e por isso também se tornou alvo das pretensas mudanças.

- “As ideias iluministas foram vistas na Itália como as responsáveis pela ruptura da ordem na França; os príncipes com medo de perderem seus tronos, voltaram a prática do absolutismo radical. A censura ficou mais rigorosa e o uso da Polícia Secreta mais intensa [...] Os maçons foram abertamente perseguidos, de Turim a Palermo”. É notório, como sempre, que não estamos discutindo causas religiosas ou doutrinárias e

sim de permanência do poder absolutista, que incluía príncipes, reis e a Igreja. A Itália não se unia porque ninguém queria abrir mão de sua nobreza.

Vejam que este último fato ocorreu entre os anos de 1793 e 1794, ou seja sessenta anos antes da unificação. Em 1860, na unificação, nem sequer se fala de Maçonaria. As acusações contra ela, advém da ação heroica e decisiva de Giuseppe Garibaldi, que era maçom, mas que no levante que culminou com a unificação da Itália, atuou como comandante do exército do rei Vitor Emanuel, de Piemonte.

7- AS SOCIEDADES SECRETAS.

Devido à grande repressão exercida contra as ideias progressistas pelos poderes instalados, visando a restauração do Estado após as insurreições ocorridas no final do século XVIII, a censura forçou a oposição a procurar a clandestinidade, o que resultou no surgimento de várias sociedades secretas após 1815, aos moldes da Maçonaria (terceira citação da maçonaria pelo autor do livro base). Surgiram várias, mas citaremos as que foram mais atuantes.

Sociedade Sublime Perfect Masters (Sublimes Mestres Perfeitos), criada por Filippo Buonarroti, por volta de 1818, possuía três graus e cada um com suas funções (essa é a que apresentava a maior semelhança com a maçonaria).

Mais ao sul, a principal sociedade secreta criada foi a *carboneria*, sem a estrutura ordenada da primeira e formada pela junção de oficiais do exército, profissionais liberais, artesãos e pasmem, o baixo clero.

A “Jovem Itália”, foi fundada por Mazzini, ex carboneria, era mais intelectual, sem uma estrutura com divisões em graus, porém cultuava os mesmos objetivos.

A desorganização interna das sociedades secretas e uma certa desunião entre elas, levaram ao fracasso suas tentativas de insurreição, e as consequências para elas foram desastrosas.

O surgimento de revoltas esparsas e sem o apoio de um exército eficiente, resultou em grandes fracassos e a repressão foi violenta. Na Lombardia, os austríacos condenaram os líderes de uma revolta a longas penas de prisão. Piemonte e os estados papais também fizeram forte repressão e em Piemonte, noventa e sete conspiradores foram condenados à morte.

Em 1831, novos levantes ocorreram e fracassaram, mostrando o despreparo das sociedades secretas e o quanto o povo italiano não era politicamente confiável, pois não acompanhou os insurgentes. Em consequência, Mazzini foi exilado neste mesmo ano.

Se as insurgências não surtiram um efeito imediato, o movimento iniciado pelas sociedades secretas lançou a semente de uma possível liberdade e de uma Itália unificada, o que viria a acontecer 30 anos depois.

8- GIUSEPPE GARIBALDI.

Nasceu em Nice, na França, em 04 de julho de 1807 e faleceu em Caprera, na Itália, em 02 de junho de 1882. Também é conhecido como o “herói dos dois Mundos”, por sua participação em lutas libertarias tanto na América do Sul como na Itália.

Aventureiro por natureza, foi marinheiro, chegando a conseguir a licença de capitão. Em 1833, com apenas 26 anos, conheceu Giovanni

Oneglia, na Rússia e através dele entrou em contato com a sociedade secreta “Jovem Itália”, de Mazzini, o qual tinha ideias republicanas e era ardoroso defensor da unificação da Itália. Unificação essa que esperava alcançar através de um levante popular.

Se uniu então a essa sociedade secreta, jurando dedicar sua vida a libertação da Itália. Depois, passou a fazer parte da carboneria e em fevereiro de 1834, participou da fracassada insurreição em Genova, onde foi condenado a morte. Refugiou-se em Marselha, em 1835 fugiu para a Tunísia e com 28 anos, chegou ao Brasil pelo Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro conheceu Luigi Rossetti, através de quem se uniu a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Trabalhou e lutou no Uruguai e retornou a Itália em 1848, na Lombardia, para lutar contra os austríacos.

Em fevereiro desse ano, o papa abandona Roma e Garibaldi para lá se desloca e proclama a República Romana, sendo eleito deputado na assembleia republicana. A reação veio de todos os lados e seu pequeno exército teve que fugir. Refugiou-se em San Marino, estado neutro, onde Anita, sua mulher, é ferida e vem a falecer. Garibaldi refugia-se então, na Suíça.

Após encontrar Mazzini em Londres, retorna à Itália em 1854, ocorrendo, a partir de então, todo o movimento que culminou na unificação da Itália, como veremos a seguir.

Garibaldi é um caso raro na Maçonaria italiana. Recebeu o título de Primeiro Maçom da Itália, quando o grau máximo era de Grão Mestre, sem jamais ter assimilado os ritos e a disciplina maçônica.

Isto é o que consta nas escritas italianas, porém, Garibaldi era maçom e provavelmente foi iniciado na Loja Asilo das Virtudes, no Rio de Janeiro. Participou de lojas no Rio Grande do Sul e no Uruguai. Na Itália,

no período da unificação, a Maçonaria havia sido suprimida pela repressão, e ele fez parte das sociedades secretas Jovem Itália e Carboneria.

9- GIUSEPPE MAZZINI.

Mazzini nasceu em Gênova em 1805 e ainda jovem, passou a fazer parte na Carboneria. Apaixonado pela Itália, sonhava com sua unificação. Criado em Londres, voltou para a Itália e participou do levante de 1831, tendo sido exilado.

Seu idealismo o levou a criar a sociedade Secreta “Itália Jovem”, sociedade essa que foi muito atuante nas lutas pela unificação. Ajudou a coordenar as revoltas, mesmo sem ter retornado a Itália.

Teve como ponto importante, ver em Garibaldi um idealista e trazê-lo para a Itália Jovem, o que levou Garibaldi a assumir a causa como objetivo de vida.

10- CONDE DE CAVOUR.

Camilo Benso, conde de Cavour (1810-1861), foi a peça fundamental da estratégia política do levante que determinou a União da Itália. Político hábil, íntimo do rei Vítor Emanuel de Piemonte, soube articular os interesses do rei com os dos libertários.

Se Garibaldi foi o herói guerreiro, conde Cavour foi o estrategista. Jogou dos dois lados. Para atender à sua vontade e a do rei, trabalhou as escondidas, impedindo Garibaldi de invadir Roma e os Estados Papais.

Logo após a unificação, tornou-se Primeiro Ministro e foi o grande articulador do novo governo.

11- A LUTA FINAL PELA UNIFICAÇÃO.

Ao voltar para a Itália, Garibaldi estabelece-se na ilha de Caprera (arquipélago de La Madallena). Teve uma fábrica de velas, voltou a navegar e por último volta-se para a agricultura e pecuária.

Sua intenção de unificar a Itália não havia morrido e em 04 de agosto de 1858, publica em vários jornais, o seu novo projeto de unificação, agora diferente do de Mazzini. Em dezembro se encontra com o conde Cavour e é criado por decreto **real**, “os caçadores dos Alpes”, um exército formado por 3200 soldados, divididos em três batalhões, sendo um comandado por ele e os outros dois comandados por companheiros seus de luta no Uruguai.

Está iniciada a revolta final. Partindo de Turim, vai se expandindo, agora com vitórias consistentes, passando as terras conquistadas a pertencer a Itália. Respeitou a vontade do rei e de Cavour e não invadiu Roma e os Estados Papais, sem saber que havia sido boicotado. Sentiu-se traído pelo rei e pelo conde por eles terem cedido Nice e Saboia a França em uma negociação obscura. O norte da Itália estava unificado e Garibaldi sente que não havia a intenção em prosseguir a unificação por parte do rei, nem do conde, e resolve então continuar a luta sozinho.

Parte para o sul com um exército de apenas mil homens, na maioria jovens entusiasmados com a causa, por isso, com poucas chances de êxito.

Garibaldi gozava agora de uma ilimitada estima do povo italiano e dos liberais do mundo todo. Segue em direção ao sul acumulando vitórias, muito mais por sua capacidade de guerra e por sua astúcia, do que por um exército volumoso. Partindo de Marsala, foi obtendo vitórias e

proclamando o rei Vitor Emanuel, rei da Itália, entrando triunfante em Nápoles no dia 7 de setembro de 1860.

Enquanto Garibaldi conquistava a metade sul, o conde de Cavour, se utilizando do exército piomontês, invade os Estados Papais (Roma permanece sob o comando do papa) antes de Garibaldi, com a finalidade de se firmar politicamente na região. Os camponeses e padres que ofereceram resistência, foram sumariamente fuzilados.

Vitor Emanuel ficou exultante com os resultados de Garibaldi, partindo para o sul e em 25 de outubro, se encontra com Garibaldi perto de Teano, ao norte de Nápoles e Garibaldi entrega lealmente, seus poderes sobre o sul para o rei. Contra todas as probabilidades e, em grande parte acidentalmente, foi criada a Itália.

Os serviços de Garibaldi foram então dispensados. Seus seguidores voltaram para suas casas e Mazzini continuou no exílio, amargo e desiludido. Vitor Emanuel, rei de Piemonte é coroado Vitor Emanuel II, rei da Itália.

12- A ITÁLIA UNIFICADA.

Assim, em 25 de outubro de 1860, com o aperto de mão entre Garibaldi e o rei Vitor Emanuel II, gesto esse que ficou para o panteão da mitologia patriótica da Itália, estava selada a união da Itália. Porém os resultados não foram os esperados. Sem as reformas prometidas a sensação ficou que Piemonte teria conquistado a Itália e não a unificado. Sensação essa que era gozada também pelo rei e pelo conde, quando afirmaram que, se Piemonte havia conquistado a Itália, as novas leis deveriam seguir as piemontesas já existentes.

As insurgências internas eram frequentes. Mesmo Garibaldi, tentou por duas vezes tomar Roma, mas sem sucesso. As diferenças sociais persistiram, grande crise econômica se abateu sobre a Itália, os tributos aumentaram e as terras da Igreja foram vendidas a partir de 1863.

Roma só cai para as tropas italianas em 20 de julho de 1870, na batalha de Sedan, restando ao papa Pio IX apenas o pequeno enclave do Vaticano.

13- ENTENDENDO AS DATAS.

- Em 1793, após os iluministas liberais serem derrotados, os maçons foram fortemente perseguidos e o nome da Maçonaria não foi mais citado na Itália durante todo o século XIX.

- Garibaldi nasceu em 1807, ou seja, época em que a Maçonaria não possuía como instituição, uma estrutura capaz de ameaçar a igreja ou os governos.

- Na Itália, Garibaldi se liga primeiro a sociedade secreta Jovem Itália e posteriormente aos Carboneria. Só começa a fazer parte da Maçonaria no Brasil, após o ano de 1835, durante seu exílio.

- Retorna as lutas pela unificação só em 1858, mas aí, como comandante do exército do rei de Piemonte. Nesse espaço de tempo, os ideais liberais persistiram e várias tentativas de unificação ocorrem sem a presença de Garibaldi.

- Garibaldi queria anexar Roma e os Estados Papais, mas foi impedido pelo rei e pelo conde Cavour. Foi Cavour, por questões políticas, quem anexou os Estados Papais a Itália, enquanto Garibaldi lutava no sul.

- Garibaldi sai da sena principal em 1860, dispensado pelo rei e pelo Primeiro Ministro. Roma permanece intacta.

- Roma cai em 1870, porém suas terras anexadas em 1860, começam a serem vendidas já em 1862.

- Por sua história, Garibaldi é o grande herói da unificação da Itália e idolatrado pelo povo até hoje. Na grande maioria das cidades italianas, existem obras em sua homenagem.

- Só quem não o vê como tal, e sim como inimigo, é a Igreja. Re- vendo a história, fica fácil entender suas razões: quem perde grande parte de seu poder e **um milhão de hectares** de terra, jamais se dará por satisfeito. Terá que achar um **grande** culpado pelos “danos” sofridos. Sobrou para Garibaldi e na “carona”, para a Maçonaria.

14- CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE.

Mais uma vez, a Igreja se usa de causas econômicas e não religiosas, para condenar a Maçonaria. Não achando nada específico, permanece se baseando na afirmativa evasiva de que: “os preceitos maçônicos são incompatíveis com a doutrina católica”.

No quarto argumento utilizado pelo papa Clemente XII, para promulgar a bula *In eminentes*, é colocado: por outros “**justos e razoáveis**” motivos por nós conhecidos. Estes **justos e razoáveis** motivos, não foram até hoje revelados. Porém nossos **justos e razoáveis** motivos para contestar as acusações da Igreja contra a Maçonaria, estão aqui, devidamente desvendados. A Maçonaria é discreta e não secreta e por isso, não temos segredos a esconder.

A Igreja permaneceu se utilizando de seu poder para ampliar suas conquistas e suas riquezas, sem dar a mínima importância em jogar

uma cidade contra a outra, de se utilizar de seu exército ou de exércitos aliados para conquistar ou para impedir a união da Itália.

O resultado é sempre o mesmo, quando estudamos a história do absolutismo: um dia, os oprimidos se cansam, se rebelam e reagem. Aí, chega a vez dos opressores passarem pelos horrores que os oprimidos vinham passando. Neste momento, o papel de vítima não cabe mais.

Bibliografia utilizada neste subtítulo: História Concisa da Itália, Christopher Duggan.

TERCEIRA PARTE

A QUESTÃO RELIGIOSA

1- INTRODUÇÃO.

A Questão Religiosa foi o único conflito em que houve um real enfrentamento entre a Igreja e a Maçonaria, mas que aconteceu no Brasil, sem envolver a maçonaria em um todo. Para entender melhor esse acontecimento, precisamos olhar os fatos de uma maneira um pouco diferente, pois a Igreja permanecia ainda gozando de um grande poder, o que mudou então, foi a importância que a Maçonaria havia adquirido dentro do contexto político da época. O que se evidenciava, é que a maioria absoluta dos políticos do Primeiro e do Segundo Reinado eram maçons e realmente influenciavam diretamente os acontecimentos históricos que culminaram na independência do Brasil. A ação política da Maçonaria era intensa e delineadora dos destinos políticos do Brasil. Para entendermos como ela chegou a esse patamar de influência, se faz necessário conhecermos um pouco da Maçonaria brasileira.

2- A MAÇONARIA NO BRASIL.

No início do século XX, o pensamento filosófico que preponderava, como vimos, era o iluminismo. As reformas por ele pregadas já haviam se iniciado e as transformações consequentes eram evidentes em muitas nações.

No Brasil, essas ideias demoraram mais para chegarem, uma vez que a inquisição em Portugal ainda não havia acabado e dom João VI, rei de Portugal, exercia intenso controle sobre as sociedades Secretas, principalmente sobre a Maçonaria. A descoberta de uma loja maçônica era considerada um crime de “*Lesá Majestade*” e todos os bens de seus participantes eram sequestrados e seus pertences e documentos queimados.

Devida a essa intensa repressão, os maçons criaram então as chamadas “*Sociedades Literárias e Culturais*”, encontrando nelas, uma forma de continuarem se encontrando e planejando a independência do Brasil. Porém, se fossem descobertas atividades políticas nessas reuniões, o castigo era o mesmo dado aos membros de uma loja maçônica.

Por esse motivo, só temos notícia da primeira loja maçônica no Brasil no ano de 1802, com o nome de “*Loja Reunião*”. Mesmo assim, com frequência, lojas eram fechadas e seus membros perseguidos.

Somente com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1815, é que a repressão diminuiu, pois junto com ela veio um grande número de maçons, membros da sua administração. A ilegalidade persistiu, mas a repressão praticamente desapareceu e maçonaria conseguiu se desenvolver e se tornar influente.

3- OS IDEAIS DA MAÇONARIA BRASILEIRA.

Os maçons do Brasil eram filhos de brasileiros que haviam ido estudar na Europa e agora retornavam trazendo consigo os ideais do Iluminismo, ou seja, o que pautava a luta dos novos maçons era “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*” e todos retornaram entusiasmados com a causa.

Os ideais iluministas estavam presentes nos mais variados segmentos da sociedade, inclusive dentro do clero, por mais que a Igreja insistia em negar. Em 1796, foi criado o “*Areópago de Itambé*” em Pernambuco, o qual era formado por um corpo de maçons, por isso é considerado uma verdadeira loja e a precursora da maçonaria no Brasil. O interessante é que ela foi criada pelo frade carmelita Manuel de

Arruda e por seu Irmão Francisco, os quais haviam sido iniciados na Maçonaria em Montpellier, na França.

4- O SEMINÁRIO DE OLINDA.

Vale a pena fazermos um subtítulo para esse tema, pois ele é um dos pontos de acusação mais utilizados pela Igreja, para justificar a condenação da Maçonaria, alegando no caso, que ela havia tentado “*intervir*” na Igreja.

O Seminário de Olinda foi criado pelo **bispo maçom**, dom José da Cunha de Azeredo, em 16 de fevereiro de 1800, passando a ser um grande foco de difusão das ideias libertárias do Iluminismo. No início funcionou como um seminário normal, aceitando apenas leigos interessados em seguirem na carreira clerical, mas transmitindo aos alunos, as ideias iluministas. Posteriormente foi que abriu suas portas para estudantes sem a intenção de seguir carreira clerical. Não foi a Maçonaria que “*invadiu*” o seminário, mas o seminário que abriu suas portas para os iluministas laicos.

No início do século XIX, Pernambuco era a província mais desenvolvida do Brasil, graças as fazendas de cana de açúcar e das usinas açucareiras, por isso, nele crescia o desejo de liberdade. O maior divulgador dos ideais iluministas em Pernambuco, foi o **padre** português Manuel Arruda de Câmara, que havia sido expulso da Universidade de Coimbra, justamente por ser simpatizante da Revolução Francesa. Terminou seus estudos em Montpellier, na França e ao chegar ao Brasil, em 1798, trazia consigo as obras de Rousseau, Voltaire e dos enciclopedistas. Fundou a Sociedade Secreta do Areópago de Itambé, com o objetivo de

manter a Europa ciente dos acontecimentos no Brasil e de derrotar as monarquias absolutistas.

As primeiras revoltas visando a libertação total ou parcial do Brasil de Portugal, também ocorreram em Pernambuco e em todas elas houve a participação de membros do clero, sendo que uma inclusive, chamou-se: “A Revolta dos Padres”.

O Iluminismo passou a ser a nova opção filosófica para uma sociedade que até então viveu sob a opressão dos absolutistas. Suas ideias encantaram tanto, que foram capazes de penetrar em todos os segmentos da sociedade, inclusive no seio da Igreja. Não foram as instituições “que tentaram corromper” a Igreja, mas sim, parte do clero que adotou os novos pensamentos.

5- OBJETIVO PRINCIPAL DA MAÇONARIA NO BRASIL.

A Maçonaria no Brasil nasceu, cresceu e se estruturou em cima de um objetivo político único: a libertação do Brasil do jugo de Portugal. Esta foi a grande pauta até a proclamação da República em 1889.

6- OS REGIMES POLÍTICOS PROPOSTOS PELA MAÇONARIA PARA O BRASIL LIVRE.

A Maçonaria no Brasil não levava tanto em conta a sua união, mas sim, a independência do Brasil. Assim, ocorreram muitas lutas internas durante esse período, sempre visando o poder e/ou a supremacia dentro da instituição, porém, quando o assunto era independência, ela se unia.

Existiam três correntes bem distintas quanto ao regime político desejado após a independência: a) - O grupo dos “vinte e quatro”, liderados por Evaristo e pelo senador Vergueiro, sendo monarquista

parlamentarista. b) – a corrente republicana, liderada por Gonçalves Ledo, pertencentes ao Grande Oriente do Passeio; e c) – a corrente monarquista absolutista, liderada por José Bonifácio de Andrade e Silva, que pertencia ao Grande Oriente do Brasil.

Essas visões políticas diferentes, causaram muitas lutas internas e divisões, mas quando os ataques visavam a Maçonaria como instituição, ou quando o objetivo era a independência do Brasil, ela sabia se unir e se defender, como aconteceu na Questão Religiosa.

É possível conferir uma lista de membros do clero que pertenciam à Maçonaria brasileira no adendo nº 5

7- A QUESTÃO RELIGIOSA.

Apesar da edição da Bula Papal “in eminenti apostulatus specula”, pelo papa Clemente XII, em 24 de abril de 1738, a qual proibia qualquer católico de ser maçom sob severas penas, nos parece não ter havido um reconhecimento e um significativo respeito a ela, nem pelos católicos leigos, nem por parte do Clero.

No início do século XIX, a Maçonaria foi perseguida severamente por Portugal, enquanto a Igreja não exercia grande oposição, tanto que uma grande parte do Clero, ou era ou tornou-se maçom e participou dos principais movimentos libertários. Essa participação do Clero na Maçonaria ou era **desconhecida** da Igreja, ou **simplesmente negligenciada**, ignorando essa parceria proibida.

Essa trégua ou “vista grossa” da Igreja com a Maçonaria e com o Clero maçom durou até 02 de março de 1872 (mais de cem anos após a bula), quando o Grande Oriente do Brasil realizou uma sessão solene para comemorar a Lei do Ventre Livre ou Lei Visconde do Rio Branco, e

para homenageá-lo, uma vez que ele era o Grão-Mestre e Grande Comendador. Pronunciaram-se na ocasião, o Venerável Mestre da Loja Esperança e seu *orador*, **o padre José Luiz de Almeida Martins**, cujos discursos enalteceram à Maçonaria pela sua participação na *luta abolicionista*.

Ambos os discursos foram amplamente divulgados nos jornais da Corte, o que trouxe sérios transtornos ao gabinete do Visconde de Rio Branco e ao padre José Luiz, pois o bispo diocesano do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria Lacerda, ao tomar conhecimento do conteúdo do discurso do padre, reagiu violentamente advertindo o padre e exigindo que ele abandonasse a Maçonaria. Na ocasião o Papa era Pio IX, árduo crítico da Maçonaria, ressentido pela perda das terras da Igreja, quando da unificação da Itália, fato esse que depositava a culpa na Maçonaria.

Como o padre José Luiz negou-se a cumprir as ordens do bispo, esse o suspendeu das ordens, proibiu-lhe o uso do púlpito e do confessionário. Essa decisão foi tomada baseando-se no *Consistório Secreto* de 25 de setembro de 1865 (nem tudo também era as claras na Igreja).

A referida ação do Bispo acabou unindo o Grande Oriente do Brasil e o Grande Oriente dos Beneditinos, que vinham em conflito, em defesa do padre José Luiz. O Grande Oriente dos Beneditinos, comandado por Saldanha Marinho, emitiu em 27 de abril de 1872, um manifesto em nome da Maçonaria (sem a anuência do Grande Oriente do Brasil). Nesse manifesto, *Saldanha Marinho deixa de lado qualquer diplomacia, foi anti-clerical e agrediu violentamente a Igreja*.

Em contraponto aos elogios feitos à Maçonaria, proferidos nos discursos acima mencionados, e em resposta ao manifesto do Grande Oriente Brasil, a Igreja reagiu com a edição do livro “A Maçonaria Revelada Por Si Mesma”, de autoria do padre João T. G. Mourão, impresso no

Pará e que recebeu todo o apoio do bispo paraense Dom Antonio de Macedo Costa.

A crise persistia e para piorar, chega ao Recife o bispo Vital de Oliveira, vindo da Europa e seguidor das ideias do papa Pio IX. O bispo de Recife suspendeu todos os padres maçons e determinou que todos os maçons fossem expulsos das irmandades. Não sendo mais uma vez atendido, lançou um interdito contra as capelas e igrejas rebeldes, as quais apelaram para a coroa.

As capelas obtiveram ganho de causa junto ao Conselho de Estado que, em 12 de julho de 1873, determinou ao bispo o levantamento do interdito. Dessa vez, quem não obedeceu foi o bispo, alegando incompatibilidade entre a Igreja e a Maçonaria. Rio Branco, na qualidade de chefe do Conselho de Ministros e Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho da Maçonaria, não concordou com as alegações do bispo, afirmando que “[...] a Maçonaria não é uma sociedade antirreligiosa e funesta a instituições sociais”.

Diante da insubordinação legal, dom Vital, bispo de Recife e dom Antonio Macedo Costa, bispo do Pará, foram presos em 1874 e condenados a quatro anos de prisão em regime de trabalho forçado, pena esta que foi revertida para prisão simples, e em 17 de setembro de 1875, por decreto imperial, foram anistiados.

A igreja não se deu por vencida e persistiu orientando as paróquias a expulsarem os maçons membros de suas irmandades. Esta perseguição chegou a tal ponto que, em 1876, **o Duque de Caxias** foi expulso da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, onde era provedor e membro da mesa administrativa, sob a alegação de ser um **Maçom Pestilento**, como se ele nada houvesse feito pelo Brasil e pela Igreja.

Esta é a versão que nos traz o irmão João Ferreira Durão, em seu livro, *Pequena História da Maçonaria no Brasil*. Vejamos agora a versão da Igreja, no livro *Maçonaria e Igreja Católica* (1996), de autoria do bispo dom João Evangelista Martins Terra.

As razões básicas do conflito são as mesmas e as narrativas também são semelhantes, porém, a reação da Maçonaria contra a Igreja é muito mais exacerbada na versão da Igreja e até um tanto teatralizada, quando compara a união dos dois Grandes Orientes que viviam em litígio, contra a Igreja, com a união de Pilatos com Herodes contra Cristo.

Outro ponto de discórdia entre as duas fontes, refere-se ao tamanho da reação da Maçonaria frente à ação da Igreja contra ela. Segundo Durão (2008), a reação foi intensa, mas restrita ao Rio de Janeiro. Segundo dom João Evangelista, as agressões maçônicas contra a Igreja teriam ocorrido em todo o território nacional, atacando todos os dogmas do Catolicismo, especialmente a Doutrina da Trindade, a divindade de Cristo, o Santíssimo Sacramento etc., referindo-se, ainda, a um tratamento jocoso aos padres por parte dos maçons. As heresias voltaram a ser criadas e a Igreja repete o seu modo de agir costumeiro.

Dom Vital, Bispo do Recife, assim se manifesta sobre a Ordem “[...] até 1872, a Maçonaria no Brasil respeitou a religião católica. Introduziu-se no clero, nos conventos, nos cabidos, nas Confrarias. Mas quando teve um Grão-Mestre à frente do governo nacional [...] julgou oportuno atacar a Igreja”. Na verdade, não houve um “ataque” da Maçonaria contra a Igreja, mas sim, uma disputa entre elas, com agressões bilaterais.

Para quem é maçom e católico, fica fácil concluir que o grande problema nessa “intolerância”, é que a Igreja não consegue rever a questão de uma maneira lúcida e imparcial, ficando apegada aos fatos ocorridos

e relatados, tendenciosamente, pela Igreja, há aproximadamente 280 anos. A intolerância e a implicância é, e sempre foi, unilateral.

Repensemos os fatos. A Igreja rompe unilateralmente com a Maçonaria em 1738, sem uma justa causa. Segundo os dois relatos acima citados, foi a Igreja quem levantou-se contra o discurso do padre José Luiz e o obrigou a abandonar a Maçonaria e, não atendida, retirou dele seus Direitos Canônicos. Após esta pena imposta pela Igreja ao padre maçom, é que a Maçonaria reagiu e se manifestou. A Maçonaria não poderia atacar os dogmas católicos, como referido no livro de Dom João, pois admitia padres e católicos em seu seio e, portanto, deveria respeitar as suas convicções religiosas. E por fim, como vimos anteriormente, não foi a Maçonaria quem se infiltrou na Igreja e na Política, e sim os políticos e os padres com ideias libertárias que entraram na Maçonaria, por encontrar nela um ambiente propício ao exercício e a evolução de seus ideais.

Apesar de toda esta pendenga, fica uma pergunta: Em algum momento da história, a Maçonaria adentrou-se na Igreja e tentou mudar sua doutrina e seus ritos? O que os fatos nos mostram, é que, o que ocorreu, foi mais uma das tantas lutas empreendidas pela Igreja na busca pelo poder e para nele se manter, e cujo resultado compromete e complica a vida dos maçons católicos até os dias de hoje.

8- CONCLUSÃO DA TERCEIRA PARTE.

A Questão Religiosa encerra os conflitos entre as duas instituições e, com certeza, esta foi onde ocorreu a reação mais contundente da Maçonaria. Por que? Porque a Igreja havia escolhido a Maçonaria para ser a sua grande inimiga e a causadora da sua perda de poder espiritual e

econômico (temporal). Foram os ideais iluministas que mudaram o mundo. A Maçonaria ajudou a difundir-los, é certo, porém, as mudanças eram inevitáveis e o absolutismo estava chegando ao fim, como chegou. A nível mundial, a Maçonaria optou em seguir seu rumo, indiferente da perseguição da Igreja, apenas nos países onde o absolutismo durou mais tempo é que ela foi obrigada a agir de maneira “secreta”, para não sofrer a retaliação dos poderes absolutistas.

No caso específico, a Maçonaria brasileira havia conquistado uma posição política que lhe permitia “enfrentar” sua grande inimiga (por escolha dela, que fique bem claro). Pela primeira vez, a poderosa Igreja encontrou quem lhe enfrentasse, sem temer as consequências.

Assim, ao não ceder aos desmandos da Igreja, a Maçonaria aumentou a profundidade do “fosso” que as separa.

Bibliografia utilizada nesse subtítulo: Influências da Origem da Ordem Maçônica. Tragnago, L.C. & Silva, O.T. da

POSFÁCIO

Ao fazer uma revisão na *Suprema Lex*, nº 3 de fev. a jun. de 2012, revista do Direito Canônico, a qual traz como tema: “Igreja & Maçonaria, Conciliáveis?”, tive a nítida certeza de que tudo o que coloquei até aqui é verdade, ou seja, nada vai mudar nesta relação.

Esta revista consta de cinco artigos, todos, é óbvio, escritos por autores membros do clero ou a ele ligados. A evidência da unilateralidade em tratar do assunto é notória, saltando aos olhos de quem conhece a história do conflito. Apenas no artigo de Dom Lellis Lara é colocada a possibilidade de que se avalie a pessoa do maçom, deixando de lado as querelas institucionais, amenizando a situação sem, contudo, ter a intenção de reverter-la (A Igreja “bondosa”).

Os autores permanecem fiéis a máxima da Igreja que é a de criar leis, regras e dogmas, impô-los aos fiéis e a partir de então, só essas diretrizes devem ser seguidas e obedecidas. Cumpra-se o que a Igreja determinou.

A Igreja continua a se utilizar de sua principal arma, que é a de, sempre que contestada, transformar-se em vítima, se dando daí o direito de atacar seus supostos “inimigos” com violência, e se puder destruí-los, melhor.

Fica difícil entender esta persistência em condenar a Maçonaria, pois mesmo mudando os termos do cânon 2335, ela não cita quais as outras instituições “maquinam” contra a Igreja, permanecendo a

perseguir única e exclusivamente a Maçonaria. De nada adiantou mudar os termos do cânon.

Quantas entidades de cunho particular existem no mundo, e que permitem apenas a participação dos sócios em suas reuniões, porém só a Maçonaria é taxada de “secreta”? Só aqui em Lagoa vermelha, RS, além do Rotary Club e do Lions, com suas derivadas, posso enumerar a existência de no mínimo mais três: Clube do Jeep, Clube do Bode e Clube do Tênis. Será que todos eles estão inclusos no cânon 2335? Claro que não, só a Maçonaria.

Por que a Igreja persiste em taxar a maçonaria de realizar reuniões “secretas” das quais ninguém sabe o que acontece ou do que é tratado? Por que não se importa com o que acontece nas reuniões das demais entidades particulares e de cunho fechado?

A Maçonaria é uma entidade de caráter “particular”, possui CNPJ e endereço fixo e é tida como uma entidade filantrópica, como a Igreja, ou seja, isenta de impostos. Como toda a entidade particular, ela é “fechada”, isto é, só para sócios, seus membros são escolhidos e aprovados por unanimidade, como em todas as entidades particulares. Quando uma loja realiza aquilo que chamamos de “sessão branca”, ela é aberta ao público, sendo permitida a presença de qualquer pessoa, indiferente de sua posição social ou de seu credo.

Nas sessões normais, que nós chamamos de econômicas, existe um momento de espiritualidade, o que chamamos de Livro da Lei, é a Bíblia, para as lojas que predominam os católicos¹, e é lido, neste momento, um salmo. Após, temos um período de instrução, onde são expostos

¹ Livro da Lei: é o livro que rege uma religião, como a Torá e a Bíblia. Existem Lojas que ofertam mais de um Livro da Lei, visando oportunizar ao membro, utilizar o Livro Sagrado da sua religião.

trabalhos sobre os mais variados temas (maçônicos ou científicos). Segue-se assuntos gerais e o encerramento com novo momento de espiritualidade.

Estes dados aqui fornecidos, estão à disposição na Internet livre, podendo ser conferidos por quem assim desejar. Por mais explicações que se tente dar à Igreja, ela persiste em chamar a Maçonaria de “seita”, o que, como já vimos, não cabe, nos permitindo pensar que o objetivo de tal atitude é persistir denegrindo a imagem da Maçonaria, lhe permitindo, é claro, a persistir em sua condenação.

Para a Igreja, não bastou condenar a Maçonaria, ela se esforçou, e muito, em “demoniza-la”, utilizando-se do poder que tinha e do que ainda lhe resta, divulgando falsas acusações, como vimos no caso Taxil.

Em consequência dessa ação católica, hoje a Maçonaria é tida como a “Instituição que cultua o mal”, por grande parte das “supostas” religiões neopentecostais, onde pessoas que se auto intitulam “pastores”, provavelmente por não possuírem capacidade de conduzir “liturgicamente” seus cultos, amedrontam seus “fieis” com o medo do pecado e a ameaça de um juízo final queimando no fogo do inferno, como a igreja fazia no passado. Essa demonização da Maçonaria, disseminada pela Igreja, é por elas utilizada para incutir o ódio e o preconceito aos seus fiéis, contra os maçons.

A Maçonaria na modernidade, agiu diretamente contra a Igreja? Não, mas tomou parte ativamente do Iluminismo, o qual se opunha aos abusos e desmandos dos poderes absolutistas, nos quais se incluía a Igreja. A Igreja não relata a sua atuação no período medieval e modernista em suas obras condenatórias à Maçonaria, escondendo-se na negação dos fatos.

Após tomar ciência destes fatos, minha nora me perguntou: o que faço agora com a educação religiosa de meus filhos? E eu lhe respondi, apesar de parecer uma incoerência, para que eles seguissem a religião católica, que batizassem, realizassem a primeira eucaristia e que crismassem seus dois filhos, pois de todas as religiões que conheço, a religião católica, é a única que possui um ensino religioso coerente e que não pratica o fanatismo religioso. Quando meus netos tiverem idade suficiente para tomarem decisões, eles poderão escolher livremente seguir ou não uma religião. Caso optem por não seguir, pelo menos terão conquistado uma fé a seguir, como acontece comigo hoje.

Eu não abandonei a fé católica, apenas não acredito mais na “instituição Igreja”. Sua história passada poderia ser esquecida, porém, o conhecimento da vida clerical que aprendi em seu convívio, durante a Escola de Diaconato e os repetidos escândalos internos, hoje revelados em abundância, e que trouxeram à tona a realidade vivida pela instituição, me impedem de nela crer. Sigo na sua fé, mas caminhando só. Foi isso que tentei passar para a minha nora, para que transmita aos meus netos.

Por outro lado, a minha condição de católico e maçom, me permite ter a certeza absoluta de que ambas **são** compatíveis, e que é possível sim, pertencer as duas.

Quando dom Silvio G. Dutra, bispo da Diocese de Vacaria veio à minha casa comunicar que eu não seria ordenado diácono, por ser maçom, ele me propôs a possibilidade de deixar a Maçonaria e me “reconciliar” com a Igreja, pois vivia em “pecado grave”. É claro que não aceitei a proposta, não por ser uma imposição da Igreja, mas sim, por não aceitar a pretensa incompatibilidade entre ambas. Confesso que no início me senti traído, fiquei muito indignado, e hoje, depois de todos os meus

estudos, tenho um sentimento de decepção com a intransigência e a radicalidade ainda reinante na Igreja.

Enfim, como diz o ditado: “O que não tem solução, solucionado está”. Segue-se em frente, cada um com seus pensamentos e convicções, mas tenho a certeza de que, não me será negado, por não seguir a Igreja Católica, o meu encontro final com Deus, no dia da minha morte.

ADENDOS

Adendo nº 1- *Erasmus de Rotterdam (1467-1536), Elogios da Loucura e o retrato fiel da Igreja no século XV/XVI.*

Erasmus, bem como Maquiavel, foram odiados pela Igreja por serem ferrenhos denunciadores dos abusos e da vida mundana do clero de sua época. Em seu livro “Elogios da Loucura”, Erasmus satiriza a sociedade como um todo, incluindo é claro, a Igreja. A descrição que faz de seu tempo é tão detalhada que optei em reproduzir quase na íntegra o trecho referente a Igreja, lembrando aos leitores que no livro, quem se pronuncia é a “Loucura”.

“A vida dos príncipes e dos cortesões induz-me, como é natural, a falar também da vida dos papas, cardeais e bispos. Há tanto tempo que essa sacra gente imita reis e sátrapas¹, que não tenho nenhuma dúvida que os já superou. Suponde agora que um bispo, para divertir-se, se dispusesse a observar o seu cortejo e adornos pontificais. Se um bispo meditasse que a singeleza do roquete², significa uma vida inteiramente imaculada; que a mitra³ bicórnea, em que as extremidades se ligam em um nó, mostra profundo conhecimento do Velho e do Novo Testamento; que as mãos calçadas de luvas significam um coração liberto de todo contágio mundano na administração dos sacramentos; que a cruz dos sapatos previne-o de que é preciso velar sem cessar pelo seu rebanho;

¹ Sátrapas: governador de uma província da antiga Pérsia.

² Vestimenta branca, de crochê, que o bispo sobrepõe as demais vestes.

³ Chapéu utilizado pelo papa, pelos bispos, arcebispos e cardeais.

que a cruz prelatícia que lhe pende no peito é indício de completa vitória sobre as paixões humanas; se o nosso bispo, repito, meditasse sobre todas essas lindas coisas e tantas mais que suprimo, não seria certo que viria a tornar-se magro, meditativo, macilento, hipocondríaco? Causaria piedade! Entretanto, não, não tenhais dúvidas, eu dei o remédio a isso. Dei a esses falsos sucessores dos apóstolos o conselho de que seguissem estrada totalmente oposta, e ninguém houve nunca, que melhor soubesse seguir os meus conselhos. Efetivamente, o principal objetivo de nossos ilustríssimos e reverendíssimos reside em viver com alegria e, no tocante ao rebanho, que Jesus Cristo tome conta dele. [...] os bispos foram ao ponto de esquecer que o seu nome, assim ao pé da letra, quer dizer trabalho, zelo, carinho pela redenção das almas. Contudo, por Baco, não se esquecem das honrarias e do dinheiro.

Vangloriam-se os veneráveis cardeais de que descendem em linha reta dos apóstolos, porém, eu gostaria que meditassem sobre os seus costumes e endereçassem a si mesmos essa apóstrofe: “desde que eu descendo dos apóstolos, por que não faço, então, aquilo que eles fizeram? [...] que significado tem a branca candidez do meu roquete se não uma completa pureza dos costumes? Que significa essa sotaina (batina) de púrpura, a não ser um ardente amor a Deus? Que quer dizer esta capa da mesma cor (tão grande e espaçosa que seria capaz de cobrir não apenas a mula do eminentíssimo, porém mesmo um camelo junto com o cardeal), a não ser uma caridade sem limites e sempre disposta a socorrer o próximo, ou melhor, a instruir, a exortar, a serenar o furor das guerras, a opor resistência aos desregramentos, a dar de boa vontade e de seu próprio sangue e as riquezas, pelo bem da Igreja? Para que são tantos tesouros? Aqueles que têm a pretensão de representar o antigo colégio dos apóstolos não deveriam, antes de mais nada, imitar a sua

pobreza? Declaro que, se os cardeais a si próprios fizessem tal apóstrofe, meditando com seriedade sobre todos esses pontos, de duas uma, ou devolveriam prontamente o chapéu, ou passariam a levar uma vida de trabalhos, cheia de desgostos e de desejos, exatamente como procediam os primeiros apóstolos.

Os papas consideram-se vigários de Jesus, porém, se tentassem conformar-se à vida de Deus, seu mestre; se sofressem com paciência os seus padecimentos e a sua cruz [...] quem quereria *comprar* (grifou meu), com todas as suas posses, esse cargo eminente, ou quem, desde que a ele subido, quereria, para manter-se nele, empregar a espada, os venenos e toda a espécie de violência? [...] A sabedoria! Seria bastante que tivessem um único grãozinho somente daquele sal de que fala o Salvador. Teriam perdidos, então, aquelas fabulosas riquezas, aquelas honras divinas, aquele imenso domínio, aquele opíparo patrimônio, aquelas riquíssimas vitórias, todos aqueles cargos, aquelas dignidades e aqueles vícios de que tomam parte; todas aquelas taxas que recebem, o fruto de todos aqueles favores e todas aquelas indulgências, com as quais eles vão comerciando de modo vantajoso, aquela populosa corte de cavalos, de mulas, de servos; aquelas delícias e aqueles prazeres que eles gozam continuamente.

[...] seria o mais bárbaro, o mais abominável, o mais detestável de todos crimes pretender reduzir à sacola e ao bastão os sumos monarcas da Igreja, os veros luminares do mundo. Afirmam eles que a Pedro e a Paulo lhes era lícito viverem de esmolas, carregando todo o peso do pontificado, porém, eles podem folgadoamente sustentá-lo, reservando, eles, para si, apenas o que nele existe de esplêndido e agradável.

[...] como as funções episcopais residem em ornatos misteriosos e quase teatrais, em cerimônia, em apelidos faustuosos de *beatíssimo*,

reverendíssimo, santíssimo, em benções, em maldições, acreditam eles que já fazem muito a vontade de Jesus Cristo, sem suspeitar aquilo que, Este, lhes dirá um dia.

[...] diria esse bom apóstolo (Pedro) ao seu Mestre: “deixamos tudo para te seguir”. Entendeis que imenso sacrifício fez o pobre pescador! Ele conseguiu a fortuna em razão dessa renúncia; é por esse motivo que Sua Santidade glorificada possui terras, cidades, domínios e recebe impostos e taxas.

[...] Além do mais, tanto quanto a Igreja cristã foi fundada com sangue, confirmada pelo sangue, aumentada com o sangue, do mesmo modo os papas governam-na com sangue, como se jamais Jesus Cristo existisse para defendê-la e sustentá-la.

[...] esses ministros do altar (os padres), não se contém de contentamento quando descobrem, nas obras dos escritores antigos, qualquer passagem que lhes permita aterrorizar as consciências e demonstrar ao populacho que ainda lhes está devendo muito mais do que os dizimos.

[...] os papas, sempre ativos e incansáveis, na sua faina de recolher dinheiro, descarregam em cima dos bispos tudo quanto haja de incômodo no apostolado; os bispos, para as costas dos párocos; os párocos sobre os vigários; os vigários para cima dos frades mendicantes; e os mendicantes, por fim, mandam as ovelhas aos pastores espirituais, que sabem como a tosquam e tiram proveito de sua lã.

Este trecho do livro de Erasmo, justifica claramente, o porquê do ódio desenvolvido pela Igreja contra os pensadores da Renascença e do Iluminismo. Seu modo de viver não condizia com os ensinamentos de Jesus e, a denúncia de tal atitude era tida, pela Igreja, como uma ação anticlerical, rapidamente transformada em heresias. “Não era a Igreja que agia de maneira errada, eram as pessoas que queriam ver o seu fim”.

Este resumo é de um trecho do livro *Elogio da Loucura*, de Erasmo de Rotterdam, editora Rideel, 2003, São Paulo, SP. Biblioteca Clássica.

Adendo nº 2- *Sobre o celibato (caelibatus)*.

A prática do celibato remonta aos tempos iniciais do cristianismo. O apóstolo Paulo, já orientava aos seus seguidores, que se pudessem, seria melhor, não mais se “ocuparem” com coisas terrenas, como o casamento. Ele mesmo se consagra inteiramente à evangelização.

O tema é muito controverso e cheio de idas e vindas. Já no século II, se encontram registros de ministros que optaram pelo celibato. No século III, o assunto ganha mais relevância e alguns líderes optam pelo celibato, mas não obrigam seus seguidores a imitá-los.

Segundo Orígenes, os sacerdotes que desejassem serem “*perfeitos*”, deveriam abster-se de relações sexuais. Elas não seriam más em si, mas carregaria uma certa impureza, isto é, desviaria o presbítero de sua missão central, que era evangelizar.

Em 306, no Sínodo de Elvira, o celibato passou a ser exigido, mas tal determinação não foi obedecida. Foi o ideal monástico, (adeptos do celibato) tido como o único modelo de perfeição, que levou a Igreja a iniciar bispos oriundos dos mosteiros.

O imperador Justiniano (governou de 527 a 565, não se sabe a sua data de nascimento), impôs o celibato aos bispos, vetou o segundo matrimônio do clero e o ordenado que quisesse se casar, deveria abdicar do cargo.

O papa Gregório VII (1020-1085), proibiu o concubinato dos padres, e suspendeu, depôs e excomungou bispos que não lhe obedeceram.

Em 1139, no II Concílio de Latrão, é que o celibato foi elevado à condição de obrigatoriedade, porém, muitos membros do clero o desconhecaram.

Foi o concílio de Trento (1545 a 1563), em seu **cânon 277 §1º**, que implantou, definitivamente o celibato a **todo** o clero da Igreja latina, incluindo os seculares⁴.

Esta determinação foi ratificada posteriormente, em várias oportunidades:

- Concílio Vaticano II: documento *Presbyterorum ordinis* nº 16 e o documento *Optatam tatius* nº 10.

- Encíclica *Sacerdotalis coelibatus*, promulgada pelo papa Paulo VI, em 24 de junho de 1967, lembrando da opção dos padres orientais pelo celibato.

- Em 30 de novembro de 1971, o Sínodo dos Bispos elabora o documento *De Sacerdotio ministerial*, ratificando o celibato, o qual foi posteriormente aprovado pelo papa Paulo VI.

- O papa Bento XVI, em 08 de setembro de 2007, fez uma contundente explanação a favor do celibato, na basílica de Mariazell, Áustria.

Segundo a Wikipédia⁵, a qual refere estar baseada em fontes históricas, durante o Concílio de Constança (1414-1418), 700 prostitutas atenderam sexualmente os participantes.

Como vimos então, foi tentado introduzir o celibato desde os tempos primordiais da Igreja, porém, nota-se a pouca vontade do clero em adota-lo. Mesmo depois do concílio de Latrão, o clero continuou a

⁴ Seculares: clero que obedecia diretamente ao rei de Portugal ou da Espanha. O rei nomeava os bispos e criava as dioceses e esses nomeavam os "padres seculares", por isso estes eram os mais corruptos.

⁵ Ela apenas se refere existirem as tais fontes históricas, mas não as nomeia.

manter relações sexuais e a viver em concubinato com suas “governantas” (ver subtítulo 2.2).

Em 1521 o ex-monge franciscano Sebastian Meyer, do bispado de Constança, Alemamha, fez um levantamento e calculou o nascimento de aproximadamente 1500 filhos de padres por ano e que a cada filho de padre nascido, o bispo recebia 4 *gulden*⁶ (a Igreja “escondendo os descaminhos do clero). Durante a Renascença, pode-se comprovar vinte descendentes dos nove papas que oficiaram entre os séculos XV e XVI e em 1520, dezesseis dos trinta e nove cardeais, tinham um ou mais filhos com suas amantes. O papa Alexandre VI, foi pai de dez filhos devidamente confirmados, sendo uma delas Lucrecia Bórgia, personagem bem conhecida da elite da Renascença.

Não vamos aqui discutir se é justo ou não o celibato, até porquê, do jeito que está, não existe a menor justificativa para o cânon 277 continuar a vigorar, mas vamos discutir leis instituídas. Se o cânon 2335 determina que um maçom não pode pertencer a Igreja, por estar em “pecado grave” e, por este motivo eu não pude ser ordenado diácono, pergunto: “por que o membro do clero que mantém relações sexuais e fere o cânon 277 não é considerado em estado de pecado grave? A Igreja sempre usou de dois pesos e de duas medidas e isso, com certeza, não é justo e nem faz parte da pregação de Jesus.

Adendo nº 3- *Sindicalismo, marxismo e a teologia da libertação.*

Como já havia lido o livro “Jesus Cristo Libertador”, de Leonardo Boff, em cima do qual foi construída a teoria da libertação, me chamou

⁶!1 gulden equivalia a 1 moeda de prata.

muito a atenção a semelhança dela, com o pensamento de Carl Marx, quando o estudei na filosofia.

Agora, ao pesquisar a história da Igreja para este livro, encontrei passagens em que a Igreja se declara completamente contra, tanto dos ideais do marxismo, como, obviamente, da teologia da libertação.

Listaremos alguns documentos da Igreja referentes ao tema, para depois concluirmos.

- O papa Pio X (1835-1914), demonstra reservas em relação ao sindicalismo, sendo que não lhe pareciam cristãs, certas formas de lutas, como greves e ocupações de terras.

- O papa Pio XI (1922-1939), publica a encíclica *Divini redemptoris*, em 1937, onde reprovava a visão materialista do homem, o absolutismo das lutas de classe, o totalitarismo comunista; decretava: "oposição absoluta entre o cristianismo e o marxismo".

Em artigo retirado do site da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), referente a uma palestra proferida pelo bispo dom Fernando Arêas, com o tema: A doutrina católica e o pensamento marxista, no dia 12 de setembro de 2018, ressaltamos:

- Encíclica do papa Bento XVI, *Spe Salvi*, 2º, 21, onde o papa expõe a oportunidade histórica vivida e aproveitada por Marx para difundir o seu pensamento, considera as ideias de Marx de uma visão unilateral e de uma agudeza capaz de fascinar o seu tempo e pessoas até os dias de hoje. Enfatiza que Marx esqueceu que a "liberdade permanece sempre liberdade" e condena o materialismo contido em sua teoria.

- O papa Paulo VI, em sua Carta Apostólica *Octagesima adveniens*, 34, deixa bem claro: "alguns tentaram misturar o marxismo com o cristianismo, numa "falsa" teologia da libertação. Seria ilusório e perigoso o esquecimento do íntimo vínculo que as une de forma radical, aceitar

os elementos da análise marxista, sem reconhecer suas relações com a ideologia, entrar na prática de lutas de classe e de sua interpretação marxista, deixando de perceber o tipo de sociedade totalitária a que conduz o processo.

- A posição da Igreja sobre o marxismo fica mais clara ainda, no documento da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), de 19 de setembro de 2012: “essa concepção totalizante (de Marx), impõe sua lógica e leva “as teologias de libertação” a aceitar um conjunto de posições “*incompatíveis*” (grifo meu) com a visão cristã do homem [...] A nova hermenêutica, inserida nas teologias da libertação conduz a uma leitura essencialmente política das escrituras.

- “O sistema marxista, onde governou, não só deixou uma triste herança de destruição econômica e ecológica, mas também uma dolorosa destruição de espírito”. Papa Bento XVI, discurso inaugural, Aparecida, Br.

Após o que vimos anteriormente, estas manifestações contrárias ao absolutismo e ao totalitarismo, mostra uma mudança de pensamento da Igreja, se comparado a Idade Média e a Modernidade. Que bom se esta visão se estendesse aos demais pontos de conflitos.

Por outro lado, vê-se que, os padres e bispos, partidários “das teologias da libertação”, estão em completa desconformidade com o pensamento da Igreja a que pertencem.

Adendo nº 4- *A Noite de São Bartolomeu.*

A Igreja esteve envolvida em muitas guerras, as chamadas guerras religiosas, que como sempre, escondiam por trás dos motivos religiosos, o econômico, como as cruzadas, que, com o objetivo de reconquistar a

Terra Santa, o que a Igreja e os reis queriam era, no fundo, aumentar seus territórios e suas fortunas.

Porém, algumas delas envolveram diretamente o interesse religioso, e estas, pelo envolvimento do fator fanatismo, foram cruéis e impiedosas. Dentre elas, citamos: Guerra dos Camponeses (1524-1525), Guerra de Keppel, Suíça (1531), Guerra de Esmalcada (1546-1547), Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), Noite de São Bartolomeu (1572) e Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

Para exemplificar do que o fanatismo religioso é capaz, vamos relatar apenas a Noite de São Bartolomeu.

No dia 22 de agosto de 1572, dois dias antes da noite de São Bartolomeu, Catarina de Medici, católica, mãe do rei da França, Carlos IX, ordenou a morte do Almirante Gaspard de Coligny, líder huguenote⁷, por crer que o mesmo estava induzindo o rei a declarar guerra contra a Inglaterra. O Almirante ficou apenas ferido e os huguenotes furiosos. Para acalmá-los, o rei promete investigar. Porém, Catarina convence o filho de que os huguenotes estavam à beira de uma revolta e Carlos IX, resolve então, autorizar o assassinato dos líderes huguenotes, pelas autoridades católicas (rivalidade cristã/protestante?). A maioria dos huguenotes estavam em Paris, comemorando o casamento de Henrique Navarra, protestante, com a irmã do rei, Margarida (Margot).

Quando os assassinatos começaram, os católicos parisienses aderiram ao massacre. O rei tentou impedir a continuidade das atrocidades, mas não conseguiu. As mortes de protestantes prosseguiram até o mês de outubro, estendendo-se por várias cidades francesas. Calcula-se que

⁷ Como eram chamados os protestantes franceses.

só em Paris, três mil protestantes foram assassinados e cerca de setenta mil, no país inteiro. O filme *Rainha Margot* retrata muito bem o episódio.

Adendo nº 5: *O clero maçônico no Primeiro Império.*

Bispo Dom José da Cunha Azeredo,

Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (Pe. Miguelzinho),

Padre Luiz Cavalcante,

Padre João Pessoa Montenegro,

Padre Belchior Pinheiro de Oliveira,

Padre Roma,

Cônego Januário da Cunha Barbosa,

Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio,

Cônego João Batista Campos,

Padre Manoel de Arruda Câmara,

Manoel José Rodrigues de Carvalho Coleta,

Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca (Frei Caneca),

Frei Isidoro de Santa Tereza Brito,

Cônego João Batista Campos.

Adendo nº 6- O batismo.

O batismo é considerado a “iniciação” do cristão, sendo que no início da era cristã, seguia o ritual judaico. Esse ato só ocorria a partir do pedido feito por alguém disposto a se converter, e o ritual de iniciação não acontecia de imediato.

Para ser batizado o candidato era submetido a uma longa preparação, a qual podia levar anos, e incluía uma preparação doutrinal e moral. Nesse processo, ele era acompanhado por um membro da comunidade, o qual atestava a sua “boa disposição” em abraçar a fé. Uma vez aceito

ao catecumenato (período de formação), passava a ser instruído por membros da comunidade.

Apesar dos ritos e costumes serem diferentes entre as comunidades, a preparação prévia ou catecumenato era um procedimento unânime.

A comunidade não aceitava qualquer pessoa para fazer parte dela, temendo que fossem fraquejar diante das perseguições.

As crianças podiam ser batizadas a qualquer momento, porém havia séria resistência ao seu batismo dentro das comunidades.

A cerimônia do batismo foi se tornando mais complexa. Só ocorria na vigília pascal e era precedida de dois dias de jejum. O bispo impunha as mãos ao catecúmeno e o submergia por três vezes em água corrente (água pura segundo o judaísmo), em nome da Santíssima Trindade. Em seguida, ungia-o com o óleo consagrado, fazia sobre ele o sinal da cruz e o revestia com uma túnica branca. A Imersão podia ser substituída pela aspersão de água sobre a cabeça do catecúmeno.

Enquanto o catecúmeno não fosse batizado, ele não poderia participar dos cultos, motivo pelo qual como já vimos, a Igreja primitiva era considerada uma “sociedade secreta”, sendo esse um dos motivos de sua perseguição.

Uma entidade por ser particular, não a transforma em secreta. Métodos de agir e formas de reuniões são específicas de cada instituição. Só a neurose persecutória de uma instituição, é que transforma uma sociedade particular, em uma instituição que maquina contra ela.

Adendo nº 7- Novos fatos a acrescentar.

A história não para, os fatos se sucedem, desmentindo ou confirmando o passado. Se nós humanos, continuamos a praticar atos quase

que pré-históricos, por que esperar que a Igreja aja de maneira diferente daquilo que sempre foi?

Tratarei neste adendo de dois novos fatos recentemente publicados pela imprensa, que ratificam com clareza, aquilo que venho tentando demonstrar em minhas explanações anteriores. Estes fatos poderiam ser inseridos em subtítulos específicos, mas devido a suas atualidades, achei conveniente citá-los e comentá-los de uma maneira mais ampla.

Em primeiro lugar, gostaria de comentar o artigo do filósofo Fernando Schüller, publicado na revista *Veja* de 02 de fevereiro de 2022, sob o título de “O longo aprendizado”.

Neste artigo, o filósofo debate a intolerância com o divergente e a sua “imediate” exclusão das redes sociais ou de grupos de estudos, citando um fato recente, o qual é o motivo de seu artigo.

No texto, ele cita uma carta assinada por jornalistas de um grande jornal, na qual eles reclamavam da publicação de um texto do antropólogo Antonio Risério, destacando que o que chamava a atenção, não era o fato de jornalistas tentando censurar jornalistas, inibindo o livre debate, mas a simplicidade algo “clerical” do documento. Nele, os opositores apenas alegavam que as teses de Risério eram falsas e que sua falsidade havia sido demonstrada por “pessoas mais qualificadas”, que o jornalismo tem compromisso com a verdade e que como Risério não diz a verdade, não devia ser publicado.

O que vemos aqui é a ratificação da constatação unânime de que o clérigo se utilizava de justificativas vazias e sem embasamento verídico para condenar seus desafetos, como podemos conferir no item 4 da bula papal “*in iminentes*”: e por outros justos e razoáveis motivos que só nós

conhecemos. Ao “esconder” os motivos só por ela “conhecidos”, a Igreja se dava ao direito de agir rigorosamente contra esse novo “inimigo”.

A falta de clareza nas acusações contidas nos processos católicos, permitiam a Igreja criar suas heresias, e não permitir a defesa dos acusados. Eu sei e basta. Eu sou a lei e a voz de Deus na terra e o que eu digo é a verdade, mesmo que essa “verdade” fosse uma grande e inventada “mentira”.

O segundo fato a comentar, diz respeito a reportagem do jornal Zero Hora, do dia 5/6 de fevereiro de 2022, com o título: “bispo é réu por abuso sexual no norte do Rio Grande do Sul”, onde o bispo de Frederico Westphalen, dom Antonio Carlos Rossi Keller, passa a ser réu por ter abusado de um adolescente de 13 anos na época.

O que chama atenção na reportagem, não é o fato de um membro do clero ser acusado de abuso sexual, uma vez que denúncias neste sentido passaram a serem comuns, mas sim os detalhes de como o processo em si ocorreu.

O bispo em questão, sofreu três processos canônicos (internos), realizados em Passo Fundo, RS, e remetidos ao Vaticano, sendo que nos três, ele foi absolvido.

Denunciado pelo Ministério Público, o juiz de primeiro grau não aceitou a denúncia, por entender que “carícias íntimas” e “sexo oral” não se enquadravam nas acusações do MP e que na época da denúncia, estupro só se caracterizaria se fosse contra o sexo feminino.

O Ministério Público recorreu à 7ª câmara criminal do Tribunal de Justiça, o qual acatou por unanimidade a denúncia e o bispo deverá ser julgado em Frederico Westphalen, apesar de que ainda cabe recurso.

Quem apenas lê a reportagem, sem conhecer a história passada da Igreja, provavelmente não se dará conta no que implica esta sequência de fatos.

Em primeiro lugar, a absolvição nos três processos canônicos, deixa clara a intenção da Igreja em acobertar mais um escândalo envolvendo um membro do clero.

Quanto ao juiz de primeiro grau, ele buscou justificativas “legais”, para não aceitar a denúncia, talvez pela posição do réu, não o inocentando, mas impedindo um julgamento justo, justificativas estas, que não convenceram os juízes da 7ª vara.

Tendo em vista que o jovem abusado, submeteu-se a uma cirurgia de transição de gênero e hoje se apresenta com um nome feminino, não é de se estranhar, caso a igreja mais uma vez inverta os fatos, acabe a vítima sendo acusada de ter “seduzido” o bispo.

Por último, relato o que aconteceu com dois padres que participaram dos processos canônicos contra o bispo. Um deles foi perseguido pelo bispo, fato este que resultou em mais um processo contra o mesmo, com as seguintes acusações: o bispo teria ofendido a saúde psíquica do padre, ao “deixá-lo sem salário e benefícios” e removê-lo da paróquia sob a alegação de que ele havia infringido regras do Vaticano em assuntos religiosos.

A perseguição ao padre culminou com a sua demissão das funções clericais, decretada pelo papa Francisco, em setembro de 2021, sob a alegação para o ato, de uma desobediência continuada e por ter abandonado a função de sacerdote.

Já, o segundo padre mencionado anteriormente, acabou pedindo seu afastamento da diocese, provavelmente pelas pressões sofridas.

Podemos concluir então, diante dos novos fatos relatados, que a visão que os estudiosos têm da Igreja e o modo dela agir, permanecem iguais apesar do passar dos tempos, tentando esconder os desvios de conduta de seus membros, e atacando e perseguindo quem ouse lhe acusar.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA COMO BASE, POR TEMA

GREEN, Toby. Inquisição o reinado do medo. 2011. Editora Eletrônica, RJ., RJ. Tradutora Cristina Cavalcanti.

GOMES, Laurentino. Escravidão Volume I. Do primeiro leilão de cativos em Portugal, até a morte de Zumbi dos Palmares. 0219. Ed. Globo SA. RJ, RJ.

SOUZA, Ney de. História da Igreja. Notas introdutórias. 2020. Editora Vozes LTDA. PETRÓPOLIS, RJ.

BAUNGARTNER, Mireille. A Igreja no Ocidente. Das origens às reformas do século XVI. 2015. Editora Universitaires de France, Lisboa, Portugal. Tradutor: Artur Morão. Título original: L'Église en occident: des origines aux reformes du XVI siècle.

HALE, John R. Renascença. 1966. Editora TIME inc.Tradução: Leonor de Veras.

SOUZA, Maria das G. de e NASCIMENTO, M.M. Iluminismo: a revolução das luzes.2019. Editora Almeida Brasil, SP.SP.

TRAGNAGO, L.C. e SILVA, O.T. da. Influências da Origem da OrdemMaçônica. Um resgate histórico e filosófico. 2021. Editora Fi. Porto Alegre, RS.

DUGGAN, Christopher. História concisa da Itália. 2016. Edipro. SP.SP.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLEN, D. e SPRINGSTED, E. O. Filosofia para entender teologia. 2017. Editora Paulus. Santo Antré. SP.

ANDERSON, James. Constituições de Anderson de 1723. Tradução e Introdução de João Nery Guimarães. São Paulo: Fraternidade, 1982.

- ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. O que é e como surgiu a maçonaria? 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/o-que-e-e-como-surgiu-a-maconaria/>>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- ANATALINO, João. Conhecendo a Arte Real: A Maçonaria e suas influências históricas e filosóficas. São Paulo: Madras, 2007.
- ANATALINO, João. Os Collegia Fabrorum. 2011. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/ensaios>>. Acesso em: 23 mar. 2020
- BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. O templo e a Loja: O surgimento da maçonaria e a herança templária. São Paulo, Madras, 2013.
- BANDEIRA, Rui. O Templo de Salomão. 2018. Respeitável Loja Mestre Affonso Domingues. Disponível em: <<https://www.rlmad.net/secmaconaria/artigos/temp-salom/>>. Acesso em: 23 out. 2020.
- BAUER, Alain, O Nascimento da Francomaçonomia: Isaac Newton e os Newtonianos, Paris: Éditions Dervy, 2008.
- BBCNEWS-BRASIL. O que é a maçonaria e por que ela está rodeada de mistério e polêmica. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43148021>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- BRUHNS, A. e WENSIERSKI, P. Os folhos secretos de Deus. Filhas e filhos de padres contam sobre seu destino. 2004. Editora Nova Era. RJ.RJ.
- CAMINO, Rizzardo da. A pedra Bruta. São Paulo/SP: Maçonica/A Trolha, 1996.
- CAMINO, Rizzardo da. Introdução à Maçonaria: Doutrina, História e Filosofia. São Paulo: Madras, 2000.
- CAMINO, Rizzardo da. Simbolismo do Primeiro Grau: Aprendiz. São Paulo/SP: Madras, 1998.
- CAMINO, Rizzardo da. O Príncipe Rosa-Cruz e Seus Mistérios. São Paulo: Madras, 1995.
- CAMINO, Rizzardo da. Breviário Maçônico. São Paulo: Madras, 1995.
- CAPELA ROSSLYN: O Pilar do Aprendiz, 2018. Disponível em: <freemasons-freemasonry.com>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CARVALHO, Assis. Ritos & Rituais. Londrina: A Trolha, v. 1, 1993.

CASTELLANI, José. CARVALHO, William Almeida de. História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na História do Brasil. São Paulo: Madras, 2009.

CHASSAGNARD, Guy. Quem foi esse “antiquário” chamado Elias Ashmole? Tradução de José Filardo. Disponível em: <<https://bibliot3ca.com/quem-foi-esse-antiquario-chamado-elias-ashmole/>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

CONTE, Carlos Brasília. Pitágoras: Ciência e Magia na Antiga Grécia. São Paulo: Madras, 2004.

CORDEIRO, Tiago. 2019. Cavaleiros Templários: ascensão e queda da notória Ordem Medieval. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-ascensao-e-queda-dos-cavaleiros-templarios-ordem-medieval.phtml>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

COUTO, Sergio Pereira. Maçonaria. São Paulo: Universo dos Livros, 2005. (Série Sociedades Secretas).

D'ELIA JUNIOR, Raymundo. Maçonaria: 100 Instruções de Aprendiz. São Paulo: Madras, 2014.

DURÃO, João Ferreira. Pequena História da Maçonaria no Brasil (1720 – 1882), São Paulo: Madras, 2008.

DURVILLE, Henri. A ciência secreta: as grandes correntes iniciáticas através da história. São Paulo: Pensamento, 1991.

EDGEELLER, Johnathan James. Tomando o Hábito Templário: regra, ritual de iniciação e as acusações contra a ordem. 2010. Tese de MA, Texas Tech University. Disponível em: <<https://br.mdeena.com/2651-taking-the-templar-habit-rule-initiation-ritual-and-t.html>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FADISTA, Antônio Rocha. A Geometria Sagrada. Revista Arte Real, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.revistaartereal.com.br/wp-content/uploads/2014>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

HAWKINH, S. Breves respostas para grandes questões. 2019. Editora: Intrínseca LTDA. RJ. RJ. Tradução: Cassio de Arantes Leite.

- HAWKING, S. Uma breve história do tempo. 2015. Editora Intrínseca LTDA. RJ. RJ. Tradução: Cassio de Arantes Leite.
- HAYWOOD, Ir. H.L. Os Mestres Comacine. Tradução de José Antonio Filardo. São Paulo: Grande Oriente de São Paulo. Disponível em: <<https://bibliot3ca.com/2020/10/16/maconaria-e-os-mestres-comacine/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- HORNE, Alex. O Templo do Rei Salomão na Tradição Maçônica. Tradução de Otávio M. Cajado. 9. ed. São Paulo: Pensamento, 1997.
- LEWIS, Harvey Spencer. As doutrinas secretas de Jesus: símbolos, padrões e interpretações do trabalho de Jesus e seus doze Apóstolos. São Paulo: Grande Loja do Brasil, 1988.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política - O processo de produção do capital. Livro 1. São Paulo: Bomtempo, 2013.
- MASIL, Curtis. O que é Maçonaria. São Paulo: Tecnoprint, 1986.
- MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. O poder da Maçonaria: A história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. O judaísmo antigo e o cristianismo primitivo em nova perspectiva. In: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; COLLINS, John Joseph. (Orgs.). Identidades fluídas no judaísmo e no cristianismo primitivo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010, p. 15- 27.
- PITOMBO, Heitor. Maçonaria no Brasil. São Paulo: Escala, 2009.
- PRESTON, William. A história da Maçonaria na Inglaterra: Esclarecimentos sobre Maçonaria. Livro IV. Tradução de Luciano Rodrigues. Rio de Janeiro: Arcanum, 2017, p. 143–326.
- PROBER, Kurt. Cadastro geral das lojas maçônicas do Brasil: ativas, abatidas e inativas. Paquetá/RJ: Editora do Autor, 1986.
- RODRIGUES, Irmão Raimundo. História sobre os primórdios da maçonaria. Grande Loja Maçônica de São Paulo. Disponível em: <<https://www.glesp.org.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

ROTTERDAM, E. de. Elogios da Loucura. Ediouro publicações AS, RJ. RJ. Tradução: Paulo M. Oliveira. Ediouro 90385.

SABOYA, Maria Clara Lopes. Pitágoras: todas as coisas são números. Revista educação, gestão e sociedade, v.5, n.19, 2015. Disponível em: <www.faceq.edu.br/regs>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SARMENTO, Walter. O Aprendiz. 2016. Disponível em: <<http://blogoprendiz.blogspot.com/2016/02/balaustradae-balaustre-as-vezes-nao-nos.html>>. Acesso em: 21 ago. 2020. SCHAW, William. O Inventor da Maçonaria Moderna. Tradução de José Filardo. Disponível em: <<https://bibliot3ca.com/william-schaw-o-inventor-da-maconaria-moderna/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SCOTT, Leader. (Sra. Lucy Baxter). Os Construtores de Catedrais: A história de uma grande sociedade maçônica. Gould, 1889.

SEGREDOS DA CAPELA ROSSLYN: Os Cavaleiros Templários e a Maçonaria. Revista Universo Maçônico. 2010. Disponível em: <<https://www.revistauniversomaconico.com.br/historia/segredos-da-capela-rosslyn-os-cavaleiros-templarios-e-a-maconaria/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SILVA, Michel. Maçonaria no Brasil, São Paulo: Paco Editorial, 2015.

<slavevoyages.org> Tudo sobre a escravidão. Site livre.

SPOLADORE, Hercule. Maçonaria: passado, presente e futuro: o Maçom dentro do contexto histórico. O Buscador: Campina Grande/PB, a. 2, n. 2, p. 38-44, jul./dez. 2017.

STEVENSON, David. As origens da Maçonaria: O Século da Escócia (1590-1710). Tradução de Marcos Malvezzi Leal. São Paulo, Madras, 2005.

SUPREMA LEX, revista do direito canônico, nº 3, janeiro/junho 2012. Igreja & Maçonaria, conciliáveis? Editora: Instituto de Direito Canônico "pe. Giuseppe Benito Pegoraro" São Paulo, SP.

TERRA, Dom João Evangelista Martins. Maçonaria e Igreja Católica. São Paulo: Santuário, 1996.

VASSAL, Pierre-Gérard. Curso Completo de Maçonaria: História Geral da Iniciação. São Paulo, Madras, 2005.

VELOSO, P. dos R. (coordenador) *Renascença, primavera do humanismo moderno: lições para o Brasil*. 2014. Instituto Nacional de Altos Estudos, RJ. RJ.

VIEGAS, Luiz Marcelo. *O Simbolismo da Pedra Angular*. 2010. Disponível em: <<https://opontodentrocirculo.com/2015/10/06/o-simbolismo-da-pedra-angular/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

Sambenito



**Flâmula da
inquisição**



**Máscara de
Flandres**





A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org